



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS DE AGRICULTURA FAMILIAR/UFPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES AMAZÔNICAS

ELIZABETH CRISTINA TAVARES RAIOL

INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE
CASO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E AÇÃO NAS PRÁTICAS DO
PROAMBIENTE NO PÓLO RIO CAPIM

BELÉM - PARÁ
2007

ELIZABETH CRISTINA TAVARES RAIOL

INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE
CASO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E AÇÃO NAS PRÁTICAS DO
PROAMBIENTE NO PÓLO RIO CAPIM

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Iran Veiga

BELÉM - PARÁ
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS DE AGRICULTURA FAMILIAR/UFPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES AMAZÔNICAS

ELIZABETH CRISTINA TAVARES RAIOL

INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE
CASO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E AÇÃO NAS PRÁTICAS DO
PROAMBIENTE NO PÓLO RIO CAPIM

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em
Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável,
da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira
de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, como
requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Iran Veiga

Data: 31/08/2007

Banca Examinadora:

Iran Veiga
Prof. Dr. - Orientador (NEAF/UFPA)

William Santos de Assis
Prof. Dr. (NEAF/UFPA)

Maria José Aquino
Profª. Dra.(CFCH/UFPA)

Heribetr Schmitz
Prof. Dr. – (NEAF/UFPA)

BELÉM - PARÁ
2007

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só pôde ser realizada com o apoio e contribuição de muitos. A todos quero deixar o meu mais profundo e reconhecido agradecimento. Citarei alguns, aos quais não poderia deixar de dizer **OBRIGADA!**

À minha família pelo apoio e compreensão pelas ausências durante a realização desta pesquisa.

Aos agricultores familiares, homens e mulheres que participaram da pesquisa, com os quais muito aprendi.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Iran Veiga, pela competência, incentivo, apoio irrestrito e pela amizade, com contribuições inestimáveis nos momentos difíceis e, à Eliza, pelas palavras preciosas nas ocasiões necessárias.

À parceria da Prof^a Maria de Nazaré com o Prof. Oswaldo Kato, colaborando para as primeiras inserções no campo e para o amadurecimento metodológico da pesquisa.

Aos professores Gutemberg Diniz Guerra e Roberto Porro, pela leitura e comentários do trabalho no processo de qualificação do projeto.

À dedicação da Prof^a. Dr^a. Laura Ferreira no acompanhamento da execução das pesquisas, financiadas pela ADA, viabilizando os trabalhos de campo e as discussões junto a esta instituição.

Ao Prof. Dr. Heribert Schmitz, pela oportunidade de participar das discussões suscitadas na disciplina Ação Coletiva no Espaço Rural disciplina, muito contribuiu a discussão teórica aqui apresentada.

A todos os colegas do curso de Mestrado, em especial, aos colegas do “Projeto da ADA”, Walter, Zezinho, Dulce, Rosa e Barto, pelas contribuições nas indagações desde a elaboração das questões da pesquisa.

À Elza e Soraia, por debaterem comigo sobre as várias questões relacionadas a este trabalho.

Aos funcionários/as e professores do Centro Agropecuário/NEAF que acompanharam esta jornada.

À equipe técnica da FANEP, pela intermediação junto às organizações locais dos agricultores inseridos na Zona Panela do PROAMBIENTE.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irituia por proporcionarem os primeiros contatos com agentes comunitários e com as famílias das comunidades.

Ao CNPq pela bolsa concedida e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, pelo apoio financeiro à pesquisa, tornando possível realizá-la.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Estrutura Geral do PROAMBIENTE _____	15
Figura 2 – Localização da Zona Panela do PROAMBIENTE, município de Irituia no Nordeste Paraense e as regiões que compõem a Zona _____	39
Figura 3 – Croqui da Região Panela do PROAMBIENTE _____	47
Figura 4 – Barracão da escola na Comunidade S. João do Murureteua, Zona Panela do PROAMBIENTE _____	53
Figura 5 – Escola na Comunidade Panela, Zona Panela do PROAMBIENT _____	53
Figura 6 – Fonte d’água utilizada por Mulheres, crianças e animais domésticos localizada nas proximidades de suas residências (Comunidade do Panela/Irituia) _____	54
Figura 7 – Mesma fonte d’água utilizada por animais domésticos localizada (Comunidade do Panela/Irituia) _____	54
Figura 8 – Posto Médico no Km 09, que serve as famílias da região da Estrada _____	55
Figura 9 – Residência da Comunidade do Panela/ Irituia _____	55
Figura 10 – Croqui da comunidade do Candeuá _____	57
Figura 11 – Comunidade do Candeuá, entre as condições de infra-estrutura _____	62
Figura 12 – Casa de farinha na Comunidade do Panela _____	63
Figura 13 – Casa de farinha na Comunidade do Menino Jesus do Alto Murureteua _____	63
Figura 14 – Máquina de moer mandioca movida à força humana _____	64
Figura 15 – Máquina de moer mandioca com motor movido à gasolina _____	64
Figura 16 – Mulher peneirando a farinha da mandioca _____	64
Figura 17 – Mulher utilizando o tipiti para extração do tucupi _____	64
Figura 18 – Agricultores fazendo carregamento de farinha para venda em São Miguel do Guamá _____	65
Figura 19 – Criação de suíno por agricultor da comunidade do São João do Murureteu _____	67
Figura 20 – Criação de suíno por agricultor da comunidade do São João do Murureteua _____	67
Figura 21 – Croqui com sistema atual de propriedade de uma família da região Panela do PROAMBIENTE, com área de 23 ha _____	71
Figura 22 – Croqui com sistema atual de propriedade de uma família da região Candeuá do PROAMBIENTE, com área de 28 ha _____	72
Figura 23 – Secador de frutas localizado na propriedade do Agente comunitário do PROAMBIENTE _____	73
Figura 24 – Secador de frutas localizado na propriedade do Agente comunitário do PROAMBIENTE _____	73
Figura 25 – Igarapé Murureteua atravessando a estrada do Betel e servindo de limite entre a Comunidade do Betel e a Comunidade de São Mateus do Jurujaia _____	73
Figura 26 – O Igarapé Murureteua passando pelo terreno de um agricultor inserido o PROAMBIENTE, na Comunidade São Mateus do Jurujaia _____	73
Figura 27 – Agricultora da comunidade São Tomé do Panela mostrando a produção diversifica por ela iniciada e localizadas nas proximidades de suas residência _____	74
Figura 28 – Agricultor da comunidade Menino Jesus do Alto Murureteua mostrando a produção diversifica por ela iniciada e localizadas nas proximidades de suas residência _____	74
Figura 29 – Mutirão organizado por agricultores inseridos no PROAMBIENTE para preparo de roça sem queima, localizado na comunidade do Panela _____	75
Figura 30 – Igarapé assoreado pela grande quantidade de cascas de mandioca, na comunidade do Candeuá, propriedade visitada juntamente com um grupo de agricultores/as durante atividade de uma discussão sobre agroecologia _____	76
Figura 31 – Estrutura das relações de parentesco das famílias inseridas no PROAMBIENTE na Região Panela _____	80
Figura 32 – Estrutura das relações de parentesco das famílias inseridas no PROAMBIENTE na Região Candeuá _____	81
Figura 33 – Horta, desenvolvida por agricultora em sua propriedade a partir dos cursos realizados para o grupo de Mulheres de Candeuá _____	86
Figura 34 – Sede da Associação dos Pequenos e Médios Produtores do Panela _____	88
Figura 35 – Queimada acidental na propriedade de agricultor inserido no PROAMBIENTE, na comunidade do Panela _____	119

Lista de Quadros

Quadro 1 – Zonas de atuação para o PROAMBIENTE _____	17
Quadro 2 – Comunidades envolvidas no PROAMBIENTE na Zona Panela por região, número de famílias e cadastro por gênero _____	41
Quadro 3 – Composição das famílias da região Panela do PROAMBIENTE _____	48
Quadro 4 – Composição das famílias da região Candeua do PROAMBIENTE _____	60
Quadro 5 – Identificação de relação de envolvimento de participantes do PROAMBIENTE com as formas de organização local existentes da região Candeua _____	89
Quadro 6 – Identificação de relação de envolvimento de participantes do PROAMBIENTE com as formas de organização local existentes da região Panela _____	90
Quadro 7 – Grau de envolvimento nas formas de organização das famílias inseridas no PROAMBIENTE das regiões Candeua e Panela _____	95

Lista de Gráficos:

Gráfico 1 – Origem dos participantes da Região Panela do PROAMBIENTE _____	49
Gráfico 2 – Tamanho das propriedade das unidades familiares da Região Panela do PROAMBIENTE _____	51
Gráfico 3 – Origem dos participantes da Região Candeua do PROAMBIENTE _____	60

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO _____ 1

1. AGRICULTURA FAMILIAR, INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL _____ 5

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR E INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE PARAENSE _____ 5

1.2. O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES: A PROPOSTA DO PROAMBIENTE _____ 11

2. ESTRUTURA E AÇÃO: SOBRE O ENFOQUE TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA _____ 19

2.1 TEORIAS MACRO SOCIOLÓGICAS, TEORIAS MICRO-SOCOLÓGICAS E A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA AÇÃO NA ANÁLISE DA ESTRUTURA SOCIAL E DA AÇÃO DO INDÍDUO _____ 19

2.2 PRÁTICAS SOCIAIS DE INTERVENÇÃO FRENTE ÀS ESTRUTURAS SOCIAIS LOCAIS: AS QUESTÕES DA PESQUISA. _____ 26

HIPÓTESES: _____ 29

OBJETIVOS DA PESQUISA _____ 30

2.3 PRODECIMENTOS DE TRABALHO PARA A ANÁLISE DA ESTRUTURA E DAS AÇÕES INDIVIDUAIS _____ 30

3. PARA PENSAR PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO DO PROAMBIENTE: SOBRE A ESTRUTURA LOCAL DE DUAS REGIÕES DO PÓLO CAPIM. _____ 39

3.1 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE COMUNIDADES DE DUAS REGIÕES DO PROGRAMA: DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS ESTRUTURAIS _____ 46

3.1.1 A região Panela _____ 46

3.1.2 A região Candeua _____ 56

3.2 PARA ALÉM DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS _____ 63

3.3 PARENTESCO E ORGANIZAÇÕES LOCAIS: FORMAS E ESPAÇOS DE INTERAÇÃO REVELANDO PRÁTICAS DE AÇÃO COLETIVA E DE RECIPROCIDADE ENTRE FAMÍLIAS _____ 77

4. ESTRUTURA E AÇÃO REVELADOS NAS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES _____ 96

4.1 AS ESTRATÉGIAS DE SELEÇÃO DOS AGENTES DO PROAMBIENTE E DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES _____ 96

4.2 A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE A ESCOLHA DAS FAMÍLIAS E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS _____ 103

4.3 A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES/AS DE CANDEUA E DO PANELA COM OS RECURSOS NATURAIS _____ 110

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ 122

APÊNDICES

A – Roteiro para visita de campo nas regiões da Zona Panela do PROAMBIENTE _____ 133

B – Roteiro de entrevista sobre a história da comunidade _____ 134

C – Entrevista com coordenadores das organizações sociais locais (associações, clubes, etc.) _____ 135

D – Roteiro semi-estruturado de entrevista com o agente comunitário do PROAMBIENTE _____ 136

E – Formulário de caracterização das relações sociais das famílias inseridas no PROAMBIENTE _____ 137

F – Roteiro de entrevista com as famílias inseridas no PROAMBIENTE _____ 139

G – Roteiro de entrevista com as famílias não inseridas no PROAMBIENTE _____ 140

H – Lista de siglas _____ 141

RESUMO

Na Amazônia, desde o final dos anos 90, vêm-se discutindo formas de introduzir programas e políticas de desenvolvimento rural, que articulem a viabilidade econômica, a inclusão social e a preservação e conservação ambiental. Esse processo culminou na elaboração de uma proposta de política pública de financiamento e incentivo rural, de base socioambiental, originada da mobilização dos agricultores através de suas organizações, como o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTR, juntamente com as organizações representativas das categorias de produtores familiares rurais na Amazônia. Diante disso, tem-se o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural da Amazônia, PROAMBIENTE, que busca articular os mecanismos de apoio à produção com uma nova concepção de uso dos recursos. Diante deste quadro, conceitos como intervenção e beneficiários também entram no centro da discussão em função do enfoque participativo. Pensando em efetuar uma leitura da implementação das práticas sociais, realizadas pela intervenção de desenvolvimento do PROAMBIENTE, foram realizados estudos etnográficos objetivando, assim, identificar e compreender a interação entre estrutura e ação, enfatizando os processos de aprendizagem social no nível local de duas regiões do programa, no nordeste paraense, para tentar contribuir na análise dos efeitos que as intervenções podem gerar sobre as estruturas locais, bem como, as ações coletivas tomadas pelos próprios agricultores.

PALAVRAS-CHAVES: Intervenção de desenvolvimento, estrutura social, ação, desenvolvimento local.

ABSTRACT

In Amazonia, since 90's, ways of introducing programs and rural development politics have been discussed, in order to articulate the economic practicability, social enclosure and the environmental conservation. This process culminates on the development of a bid of public politics of financing and socio environmental base rural impulse, raised from the agriculturist mobilization through their organizations, as the Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTR, with the representative organizations of the rural familiar producers categories in Amazonia., the Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural da Amazônia – PROAMBIENTE, that means to articulate the backing mechanisms to the production with a new conception of the resources use. In face of this scene, concepts as intervention and beneficiaries also are in the center of the discussion because the participation focuses. Trying to make a reading of the implementation of the social politics realized by the developing intervention of the PROAMBIENTE, ethnographic studies were realized meaning this way to identify and to understand the interaction between structure and action, enhancing the social learning process in the local level of two areas of the program in the northeast of the Pará state, trying to contribute to the analysis of the effects generated by the interventions on the local structures as well as the collective actions taken by the agriculturist themselves.

KEYWORDS: Developing intervention, social structure, action, local development

INTRODUÇÃO

O enfoque participativo tem sido um tema central em diversos programas de desenvolvimento rural. Associado a este fato, o meio rural vivencia a presença das intervenções de desenvolvimento pelas Organizações Governamentais, Organizações não Governamentais e pelas Organizações representativas dos diversos atores sociais relacionadas com o espaço rural. Neste sentido, a mobilização dos agricultores através de suas organizações, como o MSTR, em sua formulação política, vem procurando dar saltos qualitativos, articulando propostas de desenvolvimento para o meio rural.

Desta forma, manifestações da sociedade no seu conjunto e os movimentos sociais têm buscado mudar o paradigma do desenvolvimento, pontuando a importância do abandono da crença do crescimento ilimitado, ecologicamente predatório. A necessidade de se adotar uma nova ética, não-economicista, de gestão dos recursos naturais, respeito à integridade dos sistemas naturais através da união, conservação e melhoria da qualidade de vida para as comunidades locais tem sido um dos pontos centrais das discussões acerca do significado do meio ambiente (CAVALCANTI, 1982).

Dentre as estratégias, podemos destacar a de adicionar valor aos recursos naturais, reduzindo o impacto negativo de seu uso (FEARNSIDE, 2002) e o surgimento de novas metodologias participativas para possibilitar a geração e gestão mais democrática das políticas públicas pelos agricultores e agricultoras.

Neste sentido, diagnósticos e planejamentos participativos realizados pelos próprios agricultores, com o apoio dos técnicos, passam a ser a orientação geral, dando assim, uma nova formatação às políticas de intervenção, viabilizada por diversas organizações dos agricultores/as (sobretudo Sindicatos de Trabalhadores Rurais), instituições governamentais e organizações não governamentais, na busca de alternativas, como por exemplo, menos degradação ambiental e mais cidadania.

Diante deste contexto, as organizações representativas das categorias de produtores familiares rurais na Amazônia (CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, FETAGs – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura da Amazônia Legal, MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores, COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros e GTA – Grupo de Trabalho Amazônico), vêm apresentando uma proposta de desenvolvimento rural que hoje foi transformada em política pública, o

PROAMBIENTE, este que busca articular os mecanismos de apoio à produção com uma nova concepção de uso dos recursos naturais.

Nos cabe questionar, como uma proposta que emerge de organizações representativas dos agricultores familiares, constrói processo de aprendizagem social e interage com as estruturas sociais locais.

As pesquisas geralmente têm se referido à preocupação com a geração de tecnologias adequadas aos agricultores, desenvolvendo estudos dos sistemas de cultivos locais, experimentação de técnicas inovadoras de cultivo e a necessidade da simplificação da linguagem técnica (CARDOSO et al 2003; OLIVEIRA, 2002). Estas investigações centraram-se na intenção de entender o sistema técnico tradicional dos agricultores e o processo de comunicação entre técnicos e agricultores (OLIVEIRA, 2002). Em fazer com que se garanta um lugar para o conhecimento e o entendimento dos agricultores nas mudanças tecnológicas.

Não desmerecendo o valor e a relevância destes estudos, uma vez que implicam em conhecer o saber localizado, inclusive levando em conta principalmente o saber dos agricultores e seus sistemas culturais, porém, igualmente é necessário conhecermos as dinâmicas sociais desses agricultores e não apenas suas reais demandas técnicas. Isso deve ser ressaltado se desejamos romper com a verticalidade das propostas de desenvolvimento rural, voltadas para a agricultura familiar. Acreditamos, assim, que se faz necessário compreender os processos de participação que emergem de práticas implementadas a partir de propostas desencadeadas pelas diversas organizações de agricultores, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Organizações Governamentais e as Organizações não Governamentais, que se lançaram na busca de alternativas, procurando uma forma de desenvolvimento capaz de reconciliar menos miséria, menos degradação ambiental e mais cidadania.

A problemática básica desta pesquisa dá-se em torno do processo de implementação de projetos de intervenção local, voltados para o desenvolvimento da Agricultura Familiar. A questão central para a investigação é procurar entender como o PROAMBIENTE, enquanto uma proposta provinda da organização política dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura da Amazônia, se relaciona com as estruturas sociais locais (famílias e organizações sociais). Isso implica analisar as relações sociais dos agricultores em suas dinâmicas sociais e ações frente às propostas do PROAMBIENTE.

A pesquisa, ora apresentada, surgiu da reflexão sobre trabalhos de capacitação com homens e mulheres ligados à agricultura e à pesca artesanal, inicialmente em decorrência de minha atuação no Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará, e

posteriormente, em programas de capacitação de trabalhadores rurais para geração de trabalho e renda e para atuação política de Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural, portanto, atividades sempre relacionadas com a participação de agricultores e agricultoras no desenvolvimento rural.

Juntamente com essas reflexões, as discussões de professores e pesquisadores do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF da Universidade Federal do Pará - UFPA, nos fez descobrir que não basta garantir a participação dos agricultores desde o início nas propostas de desenvolvimento rural, que não se trata somente de um problema de linguagem, ou melhor, não basta simplificar a linguagem dos pesquisadores ou avaliar se as tecnologias que são transferidas são compatíveis com o sistema cognitivo dos agricultores, antes disso, deve-se entender as estruturas sociais locais.

Desse modo, além de se garantir a participação dos agricultores desde o início do processo de desenvolvimento, é importante também levar em consideração, o respeito e compreensão das práticas sociais locais produzidas na estrutura social desses agricultores, evitando que sejam geradas tecnologias e inovações sociais incompatíveis com essas práticas sociais localizadas. A compreensão destas ajudam a identificar, compreender e/ou tentar prever os efeitos que as intervenções podem gerar sobre os agricultores e, também, as ações tomadas pelos próprios agricultores.

Portanto, efetuar uma leitura da implementação de propostas com metodologias participativas, realizando estudos etnográficos das estruturas sociais, deverá representar uma possibilidade de contribuição nos estudos a respeito das propostas de intervenção de desenvolvimento do ponto de vista dos agricultores.

Agricultura familiar, intervenção de desenvolvimento, estrutura e ação encontram-se nas bases da construção analítica que se fará a seguir. Para isso, a construção dos capítulos buscou contemplar fundamentalmente os aspectos teóricos e metodológicos para fundamentar a pesquisa que se apresenta organizada da seguinte forma:

O capítulo 1 introduzirá ao leitor a problemática da agricultura familiar e da intervenção de desenvolvimento, especificamente, no Nordeste Paraense, para termos um breve panorama das práticas de intervenção que vieram ocorrendo nesta região, trazendo também a proposta de desenvolvimento socioambiental do PROAMBIENTE, apresentando o processo de elaboração da proposta, sua estrutura e composição das áreas de atuação em seus aspectos socioeconômicos, associado a uma discussão do contexto em que se insere a proposta no campo das disputas ideológicas, políticas, econômicas e técnicas, identificada no campo das teses da economia ecológica.

A partir desta aproximação, introduzo com o capítulo 2 o referencial teórico e metodológico de análise, tratando das questões da pesquisa e os caminhos traçados para as investigações no trabalho de campo, para poder fazer a análise da estrutura e das ações individuais de agricultores inseridos no PROAMBIENTE. A revisão teórica em torno da dicotomia entre as abordagens sociológicas é levantada neste capítulo, objetivando construir um campo de análise que possibilite fazer uma leitura de realidades locais específicas, articulando elementos da estrutura e da ação dos indivíduos.

De posse do instrumental teórico e metodológico, é feito no capítulo 3 uma caracterização de duas regiões da Zona Panela do PROAMBIENTE no Nordeste Paraense, Panela e Candeuca, delimitando-se assim o foco de análise da pesquisa na atuação do programa, discutindo alguns aspectos mais estruturais das comunidades que compõem as regiões. Teremos a apresentação dos primeiros dados, ao tratar das diferenças entre as duas regiões do programa nos aspectos estruturais, articulando as ações dos indivíduos na relação das atividades econômicas com os recursos naturais existente no nível local.

O capítulo 4 trará, através da análise das entrevistas acerca das estratégias de seleção dos agentes e das famílias participantes do PROAMBIENTE nas duas regiões, alguns elementos da interpretação dos agricultores sobre a escolha das famílias e o pagamento dos serviços ambientais. Ao apresentar a relação dos agricultores da região Candeuca e Panela com os recursos naturais, como último item deste capítulo, buscou-se articular elementos da estrutura e da ação, através das práticas técnicas e das relações sociais dos agricultores, identificado no sistema de corte-e-queima, que demarcaram as condições em que se encontram os recursos naturais de cada região.

A conclusão buscará retomar os principais pontos achados durante o percurso da pesquisa. Por isso, convido o leitor, para a partir de agora, somar nas reflexões que serão apresentadas.

1. AGRICULTURA FAMILIAR, INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL.

Articular agricultura familiar com intervenção de desenvolvimento rural no contexto de uma proposta de desenvolvimento socioambiental na Amazônia e, em particular, no Nordeste Paraense, requer uma compreensão histórica da especificidade vivenciada por esta região, caracterizada pela prática de um sistema de cultivo, representado pelas práticas tradicionais de broca, derruba, queima e coivara, para posterior implantação da roça de lavoura branca (milho mandioca e feijão) e, também, as condições sócio-políticas que remontam do início do processo de colonização do Nordeste Paraense. Essas características geraram sérias conseqüências ambientais e políticas para os agricultores. Nota-se ainda a tímida ou quase imperceptível ação do estado para promover a melhoria de vida dos agricultores e da sua família, estas entre outras características, serão levantadas neste capítulo para que possamos compreender a elaboração de uma proposta de desenvolvimento rural, que visa romper com as formas clássicas de intervenção, que a partir de uma perspectiva da economia ecológica, aplica o conceito de desenvolvimento socioambiental, expressa na própria proposta do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia – PROAMBIENTE.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR E INTERVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE PARAENSE

No Estado do Pará, a diversidade de processos sociais vivenciados pela população apresenta importantes diferenças no desenvolvimento das habilidades e competências, próprias de experiências construídas a partir da vivência com o extrativismo, a agricultura, a pesca, a criação de gado e o artesanato, em diversas regiões do estado. A Mesorregião do Nordeste Paraense experimentou desde a sua colonização especificidades decorrentes da herança social e histórica da Bragantina Paraense “clássica”¹, revelando-se uma sociedade de cunho agrícola (produção de alimentos) e agrário (democratização de acesso a terra), com

¹ Conceição (2002) denomina como Bragantina Paraense “Clássica” a composição da Bragantina denominada pelo IBGE de Zona Fisiológica Bragantina até 1950, posteriormente denominada Microregião Homogênea Bragantina, agrupando todos os municípios em torno da Estrada de Ferro de Bragança e os deles desmembrados, pela formação da MRH de Castanhal (Castanhal, Santa Isabel do Pará e Inhangapi) e MRH do Guamá (São Miguel do Guamá). Segundo Conceição a classificação do IBGE prejudica a manifestação da unidade e da identidade social da Bragantina.

redes de comercialização desvantajosas, com a ação de atravessadores, dependente de políticas públicas e de frágil representação política (CONCEIÇÃO, 2002).

Até por volta de 1940, o extrativismo e a caça eram atividades principais dessa região. Após esse período, o extrativismo e a agricultura familiar, baseada no sistema de cultivo da roça de arroz e milho, algodão, milho, caupi, mandioca, fumo, malva e banana, passam a predominar na mesorregião (VILAR: 1997 apud CARVALHO, 2000; PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO, s/d.)

Até o início da construção da Estrada de Ferro entre Belém e Bragança, no final do século XIX, a Zona Bragantina era coberta por florestas primárias (VEIGA et al., 2004) caracterizada pela mata alta, vegetação exuberante, com predomínio do latossolo amarelo, de baixa fertilidade natural (CARDOSO et al., 2003). A região teve sua fisionomia completamente modificada na época da borracha, quando o abastecimento de Belém começou a ser um problema para o governo estadual, sendo então elaborado um plano de colonização agrícola da Zona Bragantina, destacando-a como a primeira fronteira agrícola da Amazônia Oriental (VEIGA et al., 2004). Esta fronteira agrícola foi marcada por políticas de ocupação respaldadas em estratégias de doações de terras, o incentivo à imigração européia, japonesa e nordestina dos sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte e o estabelecimento de agricultores familiares, produzindo excedentes comercializáveis.

Entretanto, Veiga et al. (2004: 38) ressaltam que:

[...] a facilidade de escoamento da produção agrícola com a estrada de ferro não conseguiu resolver as outras inúmeras dificuldades encontradas pelos colonos, especialmente a baixa fertilidade dos solos, as difíceis condições climáticas, a incidência das pragas nas lavouras e a falta de tecnologias adaptadas e de apoio técnico.

Junto a estes fatores, ressaltados por Veiga et al. (2004), não devemos esquecer também a falta de apoio do governo estadual que investia apenas na imigração em sua política de colonização da Bragantina.

Com o declínio da borracha, na Amazônia, no início do século XX, foi acelerado o processo de ocupação da Zona Bragantina por seringueiros que foram se instalado às margens da estrada de ferro e ao longo de suas vicinais (EGLER 1961 apud VEIGA et al., 2004: 38), predominando “[...] a agricultura de subsistência, adaptada ao contexto amazônico, dos sistemas de produção nordestinos voltados para o consumo familiar e para a comercialização nos centros urbanos”.

A agricultura familiar do Nordeste Paraense tem sido caracterizada pelo emprego do sistema técnico de corte-e-queima, fundamentado pelas práticas de broca, derruba, queima

e coivara. Apesar de adaptado agronomicamente à regiões de floresta de baixas densidades populacionais, acarreta inconvenientes, como poluição ambiental, erosão, perda de nutrientes e um trabalho relativamente penoso, de grande dispêndio físico pelo agricultor (CARDOSO et al., 2003). Tal sistema necessita da derrubada anual de uma área de floresta primária ou secundária (capoeira) (EGLER 1961 apud VEIGA et al., 2004), a qual é cultivada por 1 a 3 anos, em seguida sendo deixada em pousio, durante o qual a vegetação natural tende a se reconstituir formando a capoeira.

Atualmente, a principal cultura da região é a mandioca, que se adapta à baixa fertilidade do solo e é plantada depois da primeira utilização de uma área nova (aberta na mata), ou como primeira cultura na capoeira. Além de exigir poucos cuidados agrícolas, parte da produção destina-se ao consumo e outra parte para a comercialização. Um outro motivo para a escolha desta cultura é a boa aceitação da farinha de mandioca no mercado de Belém, fazendo desse produto o carro-chefe da ocupação da Zona Bragantina.

Mas, segundo Ludovino (2002 apud VEIGA et al., 2004), em decorrência da colonização oficial no final da década de 1960, a pecuária mista de carne e leite foi incorporada, na região, à agricultura familiar, por alguns migrantes oriundos do sudeste que desenvolveram fazendas com pastagem cultivadas em área de terra firme em floresta primária ou capoeira, também na base do sistema de corte-queima. Entretanto, Veiga et al. (2004) ressaltam que, diferentemente de outras regiões pecuaristas tradicionais como a Ilha do Marajó e o Baixo Amazonas, poucas fazendas implantaram-se na zona Bragantina relativamente a outras fronteiras agrícolas da Amazônia Oriental.

Além da pecuária, a produção de frutas também é abundante em se tratando de grande produção como na agricultura familiar, e neste caso também há um crescimento das hortas em sistema intensivo, utilizando pequenas áreas e grande quantidade de insumos nas pequenas propriedades, onde o lote de colonização original era de 25 hectares (VEIGA et al., 2004; PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO, s/d).

Como resultado de um século dedicado à agricultura extensiva baseada no sistema de corte-e-queima, segundo Billot (1994 apud VEIGA et al., 2004), o ecossistema florestal natural passa a ocupar menos de 3% do espaço, quase desaparecendo em menos de 100 anos. A capoeira ocupa atualmente mais ou menos dois terços do espaço. Ludovino (2002 apud VEIGA et al., 2004), analisando a dinâmica do uso da terra em 97 propriedades na Zona Bragantina, entre 1994 e 1997 observou uma pequena diminuição da capoeira, um leve aumento da área da pastagem, e a estabilidade da área agrícola, além de um início de intensificação do uso da terra pelas culturas perenes, como as fruteiras, e hortaliças.

Hurtienne (2001) ao tratar de problemas teóricos e metodológicos ligados a conceitos como agricultura familiar, pequena produção, desenvolvimento rural sustentável, entre outros, chama atenção para o fato de que a população rural de agricultores com estabelecimentos de pequeno e médio porte, aqueles com até 200 hectares, que denomina de agricultura familiar, sempre foi associada a uma agricultura “migratória” de derruba e queima, entretanto, “[...] predomina atualmente uma tendência de diversificação crescente dos sistemas de produção agrícola, incluindo de forma variável culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e até pecuária” e que:

[...] não existe uma correlação clara entre a expansão da agricultura familiar e o desmatamento porque as diversas formas de uso da terra estão ligadas a graus diferentes de sustentabilidade ambiental (2001: 177 e 185).

O autor ainda ressalta que a agricultura familiar não pode ser mais considerada como migratória de corte-e-queima, mas como sistemas de produção agrícola complexos, destacando que essa idéia inclusive resulta de estudos da EMBRAPA sobre a Transamazônica (WALKER; HOMMA, 1988 apud HURTIENNE 2001) e de projetos como o SHIFT Capoeira, que mostram que a agricultura de derruba e queima nem sempre tem efeitos tão desastrosos para o meio ambiente. Segundo Hurtienne (2001) essa percepção começou a mudar no nível político institucional, como fruto das pressões de atores sociais como os sindicatos dos trabalhadores rurais ou de pesquisas isoladas da EMBRAPA valorizando a agricultura familiar no processo do desenvolvimento agrário.

As condições sócio-econômicas até aqui apresentadas nos levam a compartilhar das considerações de Carvalho (2000: 59) ao tratar do campesinato no Nordeste Paraense, na atualidade:

Estamos diante de um campesinato com características bastante comuns, descritas em inúmeros trabalhos etnográficos e sociológicos (MOURA, 1986) que tratam do campesinato chamado tradicional, no sentido dado por Abramovay parcialmente integrado no mercado e tecnologicamente rudimentar – na Amazônia. Mas trata-se também de um campesinato de *fronteira* (Velho, 1976) resultando de movimentos migratórios intensos que persistem até o presente, de grupos marcados pela cultura amazônica. Isto torna a questão da dinâmica de suas mudanças, seus fundamentos, características e limites ainda mais interessantes, tanto como referência para a percepção dos destinos da agricultura familiar na região, quanto, mesmo, para o estudo da agricultura familiar em geral.

Além do sistema de corte-e-queima outras situações demarcam as características socioeconômicas originadas do processo de colonização do Nordeste Paraense. Conceição (2002:16) ressalta que a condição de colonização dirigida, da região “[...] produziu uma sociedade sem organização política forte, bastante marcada pela intervenção estatal (o governo estadual e os governos municipais), ou institucional (caso da Igreja Católica)”.

Demonstra ainda que o movimento social que se estruturou na região Bragantina havia passado pelos trabalhos pedagógicos e catequéticos da Igreja através da “organização de comunidades”.

A mesma autora destaca o pioneirismo do movimento sindical, que com o golpe militar de 1964 sofreu a intervenção nos sindicatos e ULTAP. Neste aspecto, lembra da eficácia dos controles sociais que deixou uma herança sentida pelo passado de pouca participação e muitos controles políticos.

Como a(s) referida autora, Guerra e Acevedo Marin (1990), em estudo sobre a organização dos trabalhadores rurais no Pará, nos lembram que a região bragantina serviu como ponto de passagem para os migrantes oriundos do Nordeste, que atravessaram o Maranhão a procura de terras disponíveis no sudeste do Pará. Destacam que a Igreja organizava as discussões sobre a produção², e os partidos as discussões em torno da terra e da justiça social no campo, e também que:

A Bragantina experimentou rapidamente os impactos dos movimentos dos trabalhadores urbanos; suas ligações através da estrada de ferro Belém-Bragança, com a capital permitiram uma circulação rápida das mensagens políticas levantadas pelas categorias dos ferroviários e estivadores. O corte da mobilização dos camponeses e os rumos dentro do sindicalismo sob controle do Estado correspondem ao período de fins de 60, quando se fundam os sindicatos à beira da estrada Belém-Brasília. A vida associativa experimentou no seu conjunto, particularmente no município de Bragança, uma influência forte da Igreja e do Estado (GUERRA e ACEVEDO Marin, 1990: 39).

No mesmo trabalho, os autores consideram que o Nordeste Paraense possui uma história particular em relação ao movimento sindical, apresenta a existência das primeiras organizações de produtores, assim como, a abundância de entidades oficiais na década de 70 e, pelo fato de ser de ocupação mais antiga, se constituiu por um determinado período em via de acesso para outras regiões do Pará. Como Conceição (2002), Guerra e Acevedo Marin (1990) destacam a intervenção estatal, pela preocupação do Estado com a organização dos produtores no controle das representações trabalhistas e a Igreja na doutrinação de valores (organização comunitária, familiar, escola).

Das intervenções, Conceição (2002) também nos faz lembrar que as experiências extensionistas direcionadas aos agricultores familiares, iniciadas pela Igreja Católica, a torna pioneira na extensão e na assistência técnica na região bragantina. Cita como exemplo os

² Para um maior aprofundamento do início da organização política dos trabalhadores rurais no Nordeste Paraense ver Guerra e Acevedo Marin (1990) que apresentam ainda uma análise do controle do Estado sobre os sindicatos dos trabalhadores rurais no Nordeste, bem como as oscilações políticas no processo de organização dos trabalhadores rurais, com posicionamentos das organizações ora afinados com os interesses do Estado, ora com a efetiva conquista de melhorias para os trabalhadores.

“Clubes agrícolas, que atuavam em área comunal, praticando experimentos agrícolas como forma de difusão de tecnologia e também de incentivo às práticas comunitárias” (CONCEIÇÃO: 2002; 145). Esta experiência se disseminou entre áreas rurais vizinhas dos municípios de Irituia, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, por fazerem parte da área de ação confiada à Prelazia de Bragança, que utilizava sua Rádio procurando transmitir noções religiosas e políticas³.

Em decorrência destas formas de intervenção, o Nordeste Paraense vivenciou um processo lento e contínuo de organização dos trabalhadores rurais, que desencadeou intensos movimentos sociais pela reforma agrária e agrícola na região, se beneficiando de vitórias obtidas pela luta dos agricultores de diversas regiões do país. A exemplo de outras regiões do Estado, também obteve acesso ao crédito do PROCERA no final dos anos 1980, gerenciado pelo INCRA, destinado às famílias assentadas pela Reforma Agrária e do FNO-Especial na década seguinte, gerenciado pelo Banco da Amazônia. A micro-região do Guamá apresenta um significativo número de projetos aos assentados pelo INCRA, assim como a outros agricultores pelo acesso ao PROCERA e ao FNO-Especial (PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO, s/d).

Para obter o financiamento pelo FNO-Especial, o agricultor deve pertencer a uma associação por onde passa o trâmite de projetos relativamente uniformes, determinados pelo órgão de assistência técnica e pelo agente financeiro, reduzindo as oportunidades para que os agricultores interfiram nas atividades financiadas. Logo, o acesso ou não dos agricultores ao crédito passou pela formação de associações⁴. Embora fosse uma condição imposta, a disponibilidade de crédito proporcionou uma certa organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

Paralelo a esse contexto, processos dinâmicos como a formulação coletiva de diagnósticos, planos e programas de ação, visando o desenvolvimento sustentável dos agricultores e de suas organizações, começaram a ser desencadeados em direção ao rompimento das formas clássicas de intervenção, não apenas no Estado do Pará, configurando-se na dinâmica nacional de descentralização e de reforma administrativa.

³ Neste aspecto Guerra e Acevedo Marin (1990) também nos falam que a Igreja divergindo da orientação dos comunistas instala o MEB, no início da década de 60 na região Bragantina, que voltado para a educação através do programa de rádio, transmitia noções religiosas e políticas, procurando despertar os trabalhadores para os valores doutrinários em oposição à ação de outras forças políticas. O MEB pretendia uma formação política mais consciente, a mais longo prazo e menos vanguardista que o Partido Comunista.

⁴ Conceição (2002: 163) considera que o FNO-Especial ao definir as formas associativas como via de acesso aos financiamentos, estimulou a proliferação das mesmas. Por outro lado, programas como o FNO-Especial por não definirem [...] *de forma competente a assistência técnica, ficou mais ausente ainda a assessoria ao associativismo implantado às pressas*”.

Um exemplo foi a estratégia de trabalho comunitário da EMATER – Pará, que se fundamentando no diálogo entre técnicos e produtores, redefine sua área de atuação no Nordeste Paraense⁵ com o objetivo de:

“Rever o processo de planejamento da extensão na perspectiva do desenvolvimento, ajustando-o à dinâmica do meio rural, ao papel da ater, integrando as demais instituições envolvidas a nível municipal, regional, estadual” (EMATER-Pará. Nova Sistemática de Planejamento, 1990: 15, grifado no original).

A EMATER-Pará, no referido documento, apresenta um discurso⁶ afinado com uma nova abordagem de planejamento, reconhecendo que inicialmente a ATER constitui-se em instrumento do Governo Central para impor sua política em todos os setores de atividade.

A partir das questões até aqui apresentadas, podemos inferir que a agricultura familiar, no Nordeste Paraense, foi profundamente marcada pela política de colonização do governo estadual para a Bragantina e também pelas políticas de crédito e extensão originadas, tanto por políticas governamentais, quanto pela ação doutrinária de segmentos da Igreja Católica que demarcou o processo de organização e atuação política dos agricultores da região.

1.2. O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES: A PROPOSTA DO PROAMBIENTE

Recentemente, na Região do Nordeste Paraense, passa a ocorrer um outro processo com o interesse de romper com as formas clássicas de intervenção, visando uma construção participativa do desenvolvimento sustentável dos agricultores e de suas organizações, definida por uma perspectiva socioambiental, expressa na proposta do PROAMBIENTE.

A proposta do PROAMBIENTE foi desencadeada a partir do contexto de discussão da sociedade acerca do desenvolvimento desde os anos 90, particularmente por conta da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro (World Summit on Sustainable Development – Rio de Janeiro). A ECO não constituiu apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, representou um momento histórico onde as várias matrizes do movimento ambientalista brasileiro se expressam paralelamente ao evento oficial quando a idéia de um

⁵ A área escolhida abrangeu 9 municípios, sendo Castanhal, Igarapé-Açu e Santa Maria do Pará, no Regional de Castanhal, Santa Izabel, Bujaru e Santo Antonio do Tauá, no Regional de Santa Izabel, e Capanema, Bragança e Augusto Corrêa, no Regional de Capanema (EMATER-Pará. Nova Sistemática de Planejamento, 1990).

⁶ Aqui empregado no sentido de “[...] atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados [...]”, “[...] discurso forma uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas” (MAINGUENEAU, 1998: 43-44).

desenvolvimento sustentável, concebida a partir do conceito de ecodesenvolvimento, fundamenta novas premissas de uma agenda norteadora de políticas públicas. Entre os vários grupos da sociedade civil, os pequenos agricultores, os sem-terra e os trabalhadores de modo geral firmam sua posição em torno de um outro modelo de desenvolvimento agrícola, fazendo “eco”, tanto nas entidades governamentais, como nos movimentos ambientalistas da sociedade civil organizada, que se sente reforçada nas suas estratégias de ação (BRANDENBURG, 1995).

As associações, os movimentos populares e as Organizações Governamentais e Não-Governamentais, passam a ter o meio ambiente como parte integrante das políticas públicas. Na Amazônia, a questão ambiental encontra-se com as discussões sobre as formas de implementação de programas e políticas de desenvolvimento para agricultura, em especial para a agricultura familiar. Estas discussões ocorrem num contexto em que é consensual que as políticas e programas destinados à produção familiar na Amazônia devem desenvolver mecanismos e formular instrumentos a potencializar práticas sustentáveis para a reprodução sócio-econômica para este público (TAVARES, 2005).

O fragmento de entrevista a seguir com uma representante da FASE-Pará, ao tratar sobre a participação da instituição na elaboração do PROAMBIENTE, demonstra o efeito da contestação ao padrão técnico e econômico, implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado, associada à inclusão da dimensão ambiental nas análises das ciências sociais, inclusão esta que ocorre a partir das manifestações de diversos segmentos da sociedade civil e da ação denunciadora de diferentes grupos (BRANDENBURG⁷, 1995).

[...] quando você chega lá pelos finais dos anos 90, você começa a questionar os limites do crédito, das políticas agrícolas que estavam aí, quer dizer, os agricultores familiares, conseguiram a base de lutas, lutas e conquistas, terem acesso as políticas públicas, bem ou mal tiveram acesso a assistência técnica, ao crédito, conseguiram bastante coisas, que anteriormente está completamente excluído disso tudo. Só que aí você começa a questionar na verdade a qualidade dessas políticas públicas, porque daqui a pouco começa a aparecer as dívidas do FNO, os agricultores ficam endividados, começam aparecer problemas do FNO, dos projetos técnicos, os problemas na assistência técnica. Só que eles acessaram as políticas públicas e começam a verificar que é uma política pública que não tá adequada nem pra

⁷ BRANDENBURG (2005) também ressalta que somente a partir do momento que o ambiente natural se coloca como uma questão para a sociedade é que as ciências sociais começam a tratar do ambiente rural.

agricultura familiar e muito menos pra Amazônia. Bom, nesse período a gente fez uma grande pesquisa no NAEA, com a universidade sobre os impactos do FNO, não sei se você conhece? né, “Estado e Campesinato na Amazônia”, onde ali nós levantamos vários problemas sobre a questão do crédito e a partir daí já fizemos uma rodada com todas as regionais da FETAGRI, como também em vários estados da Amazônia, apresentando a pesquisa e discutindo os problemas e as soluções do crédito. Bom, a partir daí já foram levantadas várias idéias e começa nessa época toda uma discussão do crédito ambiental. Isso aí foi lá por volta de 98, 99, o livro sai em 2000, né. A primeira apresentação e discussão desse problema começa em 98, a pesquisa foi realizada a partir de 97, e essa rodada de seminários regionais foi em 99. Só que também além de todo esse processo de revisão, de discussão de crédito, do crédito rural, começa a discutir toda uma nova proposição tanto de crédito quanto de assistência técnica, saídas das dívidas dessa coisa, porque também aconteceu nesse período os vários PDAs várias experiências de agroecologia, aconteceu também na Amazônia. Nesse período também, é quando surge o GTA, o Grupo de Trabalho da Amazônia e que começa a fazer conferências e discussão sobre o modelo de desenvolvimento e tal, em fim né, quer dizer você começa nesse período da década de 90 todo um processo de, quer dizer, passado esse período, onde os agricultores familiares tiveram acesso as políticas né, você começa todo um processo na verdade, de discussão e de revisão desse modelo [...] (Representante da FASE-Pará, em julho de 2005).

A proposta preliminar do PROAMBIENTE surgiu então em maio de 2000, por iniciativa das FETAGs da Amazônia, durante o Grito da Amazônia 2000. O projeto foi criado em janeiro de 2001, dentro de um dos quatro programas de pesquisa IPAM, no programa Floresta e Comunidade. Durante o ano de 2001, foram realizados diversos encontros, reuniões e seminários para a construção da proposta e estruturação dos pólos a serem executados o programa.

O PROAMBIENTE, ao longo de sua elaboração, conta com o apoio técnico da FASE, e posteriormente com o apoio institucional do MMA e do MDA (PROAMBIENTE, 2003). Em 2003 o programa é apresentado a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, no mesmo ano é incluído no PPA 2004/2007, como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Em 2005 passa do MMA para o MDA.

A equipe técnica responsável pela elaboração da proposta inicial do PROAMBIENTE era composta pela FETAGRI/PA, FETAGRO, FASE e IPAM. No Conselho Gestor Nacional do PROAMBIENTE participavam a CONTAG, FETAGRI/PA (representando a Amazônia Oriental) FETAGRO (representando a Amazônia Ocidental),

CNS, MONAPE, COIAB, GTA, IPAM, FASE, MMA, MDA, MIN, EMBRAPA, BASA e BNDS, sendo o conselho a instância deliberativa do processo de construção do programa. O PROAMBIENTE representa uma proposta não apenas do MSTR do Norte, em alternativa à agricultura de corte-e-queima, mas de diversos segmentos da população da Região Norte, como os trabalhadores e trabalhadoras rurais, os indígenas e os pescadores, representados pelas FETAGs de Rondônia e do Pará, COIAB, MONAPE, enquanto proponentes do programa. Portanto, se estabelece um amplo processo de discussão e debate na região amazônica e parceria técnica para a formulação de uma proposta de programa visando torná-la política pública.

O PROAMBIENTE trabalha com o conceito de planejamento integrado de uso e conservação dos recursos naturais em unidade de produção, através da exigência do Plano de Utilização da Unidade de Produção, assim como com o conceito de territorialidade, através da exigência da construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo.

O PROAMBIENTE é um programa de desenvolvimento rural socioambiental direcionado aos produtores e produtoras familiares. Com o PROAMBIENTE, o espaço rural adquire um novo papel perante a sociedade, pois seus atores sociais deixam de ser apenas fornecedores de produtos primários, sendo valorizado o caráter multifuncional da produção econômica associada à inclusão social e conservação do meio ambiente. Sendo assim, este programa representa uma conquista dos produtores e produtoras familiares rurais rumo ao controle social das políticas públicas e remuneração dos serviços ambientais prestados à sociedade brasileira e internacional (PROAMBIENTE, 2003: 04, grifado no original).

O Programa do PROAMBIENTE propõe a conciliação da produção econômica com conservação do meio ambiente, com uma perspectiva de tratamento diferenciado aos produtores e produtoras rurais participantes:

O elemento central da proposta está no Programa de Serviços Ambientais, isto é, o produtor e/ou produtora familiar que aderir ao PROAMBIENTE terá apoio para o estabelecimento de sistema de produção rural (via recursos próprios ou via crédito produtivo opcional). [...] Comprovada a prestação dos serviços ambientais propostos, o produtor e/ou produtora familiar terá o direito de receber uma parcela mensal referente à remuneração desses serviços ambientais prestados à sociedade nacional e internacional (PROAMBIENTE, 2003: 08).

Apresentando-se como uma proposta alternativa de desenvolvimento para a Amazônia, O PROAMBIENTE se coloca adotando uma nova concepção de desenvolvimento rural que “(...) deve vir acompanhada de condições técnicas e econômicas compatíveis para o alcance desses objetivos” (PROAMBIENTE, 2003: 22), propondo ainda uma Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, diferenciada e integrada com os diferentes atores sociais, sendo um dos pontos fundamentais para o sucesso do programa. O PROAMBIENTE pretende propiciar, ao agricultor familiar amazônico, a incorporação de que a propriedade gera serviços

ambientais para a sociedade quando manejada segundo critérios agroambientais e que estes trazem custos para a produção que devem ser pagos pela sociedade global.

O Programa, tendo como ponto central de sua estrutura os serviços ambientais (Figura 1), os define como: “[...] a qualidade de vida oferecida à sociedade proporcionada por mudanças qualitativas nos sistemas de produção”. Quanto ao valor do serviço ambiental, o próprio programa o identifica dentro dos princípios da valoração da Economia Ecológica, que inicialmente foi calculado como equivalente a meio salário mínimo por mês, tomando por base o custo de se eliminar o uso do fogo nos sistemas de produção, chamado custo de oportunidade que é: “[...] o custo adicional para reduzir os riscos e impactos ambientais dos sistemas de produção que não é internalizado no preço final do produto ao mercado consumidor [...]” (PROAMBIENTE, 2003: 17, grifado no original).

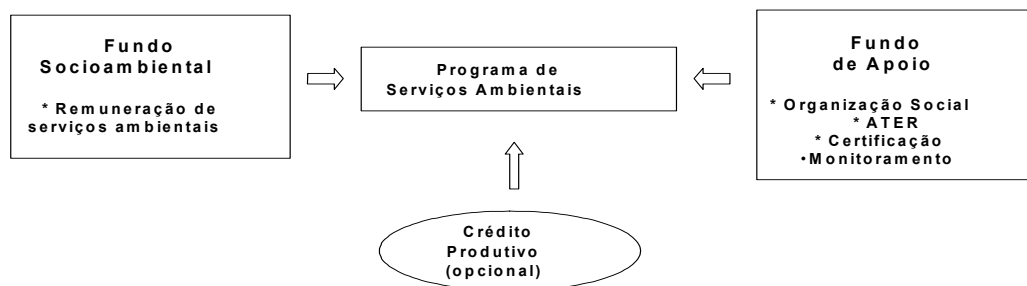


Figura 1 – Estrutura Geral do PROAMBIENTE

Fonte: PROAMBIENTE, 2003.

A proposta do PROAMBIENTE baseia-se assim no reconhecimento das múltiplas funções estratégicas exercidas pela produção familiar e seus benefícios para a sociedade, considerando justa e necessária a compensação pelos serviços ambientais referentes a todas as atividades de sistema de produção ou de recuperação de áreas alteradas e áreas de preservação que proporcionem:

- 1 Redução do desmatamento (ou desmatamento evitado)
 - 2 Absorção do carbono atmosférico (ou seqüestro de carbono);
 - 3 Recuperação das funções hidrológicas dos ecossistemas (ciclo da água);
 - 4 Conservação dos solos;
 - 5 Conservação e preservação da biodiversidade;
 - 6 Redução da inflamabilidade da paisagem (ou redução do risco de fogo)
- (PROAMBIENTE, 2003).

Porém, podemos considerar que a origem da proposta do PROAMBIENTE está relacionada a um contexto maior de disputas ideológicas, políticas, econômicas e técnicas. Montibeller-Filho (2001) ao discutir as teses da economia ecológica nos confirma, como faz o próprio programa, que é nesta corrente da economia ambiental que estão os princípios da proposta do PROAMBIENTE, uma vez que os economistas ecológicos propõem que os movimentos sociais ambientais devem pressionar o mercado a absorver nos preços o custo ambiental:

São os movimentos sociais, segundo esta visão, que são capazes de obrigar o capital a internalizar ao menos parcelas das externalidades, melhorar as condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, eliminar resíduos tóxicos, preservar florestas, e outras ações relativas ao meio ambiente [...]. Apesar da crítica ao sistema de preços, os economistas ecológicos propõem que este deva ser pressionado 'desde fora' - politicamente, portanto - pelo movimento ambientalista em suas diversas formas (criação de regulamento, leis, ações voluntárias e coletivas, por exemplo) para que assumam os custos ambientais (MONTIBELLER-FILHO, 2001: 131 e 135).

O PROAMBIENTE, ao incorporar uma dimensão socioambiental associada à mudança de padrão técnico da produção agrícola familiar, além de ressaltar o padrão multifuncional, como a reprodução sócio-econômica dos agricultores e de conservação do meio ambiente, sedimenta a agricultura familiar no sentido definido por Neves (s/d: 03) enquanto:

[...] uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições mediante engajamento político. Por este engajamento se torna concorrente na disputa por créditos e serviços sociais; na demanda de construção de mercados e cadeias de comercialização menos expropriadores; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que coloca em prática; na reivindicação do reconhecimento do protagonismo do processo de decisões políticas que lhe digam respeito ou que sobre ele intervenham etc [...].

É a partir da definição da agricultura familiar como uma categoria de ação política, que compreendo o surgimento da proposta do PROAMBIENTE, sem esquecer ainda o que nos chama atenção a mesma autora, para o fato de que muitas vezes o termo absolutiza a diversidade das ações.

O PROAMBIENTE no Estado do Pará tem dois pólos, um na Transamazônica e outro no Rio Capim, este último sendo implementado nos municípios de São Domingos do Capim, Mãe do Rio, Irituia e Concórdia do Pará.

A composição do Pólo Capim, deu-se por discussões das regionais da FETAGRI/PA, tendo as Coordenações Regionais indicado os municípios, quanto a indicação das localidades que vieram a representar as regiões do programa, *“a escolha é política”* por esta razão, segundo um dos TNMs *“A escolha dos municípios também é ruim para a*

operacionalização do trabalho”(Comunicação pessoal)⁸.

Situações como estas nos induzem a refletir acerca da perspectiva e das práticas participativas do PROAMBIENTE, uma vez que o programa se apresenta como uma conquista dos agricultores rumo ao controle social das políticas públicas para o desenvolvimento socioambiental, através de processos participativos de planejamento e decisão.

As áreas de atuação do PROAMBIENTE estão organizadas por zonas e foi estabelecida durante a realização do Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Pólo Rio Capim, onde se sentiu a necessidade de zonear, que na definição apresentada pelo referido documento:

Zonear não é sinônimo de homogeneidade, visto que o pólo possui inúmeras diversidades nos mais diversos aspectos (Sistema de Produção, Meio Ambiente, Mercado Local, Organizações e Infra-estrutura), porém facilita a compreensão destes aspectos, principalmente o objetivo principal deste documento que é o aspecto Ambiental ali existente (DIAGNÓSTICO para o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Pólo Rio Capim, Nov./2002 a jan./2003: 26, não publicado).

Vejamos abaixo (Quadro 1) a composição das zonas, em seus aspectos socioeconômicos, segundo os participantes da elaboração do diagnóstico:

ZONA E SEUS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS*	REGIÕES	MUNICÍPIO
ITABOCAL , mais precisamente no Município de São Domingos do Capim, destaca-se a grande concentração de recursos naturais (rio, matas), uma vez que o extrativismo é muito praticado e dá maior sustentabilidade para os agricultores familiares, e como principal atividade dessa zona a agricultura de subsistência.	Taperuçu Boa viagem Catita	São Domingos do Capim
SANTA ANA , no Município de Mãe do Rio, esse papel é o inverso, onde os recursos naturais existentes são mínimos, uma vez que o processo de pecuarização é muito marcante nesta área, ou seja, a sua base econômica concentra-se na pecuária e agricultura de subsistência.	Santa Rita Santa Ana Nova Jerusalém	Mãe do Rio
PANELA , no Município de Irituia, os aspectos econômicos não são diferentes da Zona Santa Ana, uma vez que a pecuária e agricultura de subsistência são bem visíveis do ponto de vista econômico.	Araraquara Brasileira Panela Candeua	Irituia
GALHO Um caso bastante isolado, ou seja, bem diferente das outras zonas é a Zona do Galho , no Município de Concórdia, que se apresenta com uma vegetação bastante intensa, que é adequada para formação de roças (culturas de subsistência) que dá sustentabilidade para os familiares daquela região.	Galho Vila União Jauíra Jutaí	Concórdia

Quadro 1 – Zonas de atuação para o PROAMBIENTE

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Pólo Rio Capim (Novembro/2002 a janeiro/2003, não publicado)

*As características aqui pontuadas foram apontadas pelos agricultores que participaram do diagnóstico.

⁸ As informações aqui apresentadas foram levantadas durante os trabalhos iniciais de campo, período entre os meses de outubro e novembro/2004, momento em que os diagnósticos individuais estavam sendo realizados nas propriedades dos agricultores e sistematizados individualmente na sede da FANEP, em Capanema.

Uma situação que chama atenção nos aspectos socioeconômicos das zonas apresentadas na visão dos agricultores, que participaram do Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local do Pólo Capim, é quanto a definição de seus sistemas produtivos como de subsistência, que revela uma postura secundarizada ou que se nega a pensar as relações dos produtores ditos familiares com o processo de circulação. Para Neves (1995: 24) esta compreensão ocorre “[...] *pela suposição de que os produtores se orientam pela minimização da dependência ao mercado e pelo autoconsumo.*”⁹. Esta postura nos leva ainda a contrariar a análise de Wolf (1976) quando chama a atenção para o fato de que os camponeses estão conscientes do preço do trabalho e dos bens do mercado, uma vez que sua sobrevivência econômica e social depende disso.

⁹ Neste aspecto Neves (1995) analisa que no caso das unidades familiares de produção, o reducionismo nos estudos dessas unidades de produção se agrava pelo adjetivo familiar, onde elas são estudadas da perspectiva da produção imediata e não da produção social e o processo de circulação é quase sempre secundarizado, secundarização esta que não é inocente, pois seu entendimento implicaria no estudo do jogo de forças, da luta de classes e na concorrência pelo controle da parte da renda e ou do lucro, que comumente são apropriados por outros setores ou segmentos da sociedade. A autora ressalta também que, quando as relações de mercado aparecem no estudo das unidades familiares de produção são limitadas a alguns tipos de circuitos, enfatizando ou o mercado e a relação desigual de troca, ou destaca a vinculação ao mercado de trabalho, olhada do ponto de vista da necessidade de venda de força de trabalho pelo produtor, para completar a os recursos financeiros necessários à reprodução do processo produtivo ou da família.

2. ESTRUTURA E AÇÃO: SOBRE O ENFOQUE TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 TEORIAS MACRO SOCIOLOGICAS, TEORIAS MICRO-SOCIOLOGICAS E A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA AÇÃO NA ANÁLISE DA ESTRUTURA SOCIAL E DA AÇÃO DO INDIVÍDUO.

As abordagens teórico-metodológicas da estrutura e da ação representam alternativas analíticas que decorrem de uma linha divisória, entre dois tipos de análises nas Ciências Sociais, uma análise macro-sociológica e outra micro-sociológica. E centrar uma reflexão sobre o que tem sido uma dicotomia epistemológica nas ciências sociais é sempre um desafio. Na intenção de unir estas duas abordagens, reuni alguns autores em suas reflexões e propostas em busca de uma análise que fuja da dicotomia que tem marcado os caminhos teóricos e metodológicos das pesquisas de algumas das ciências como Sociologia, Antropologia, História e Geografia. Sem adentrar nas crises e reformulações de cada uma destas ciências, limitei-me apenas a levantar elementos apresentados por algumas dessas ciências em direção a uma proposta de análise da ação coletiva no espaço rural, seguindo o complexo caminho entre a ação e a estrutura, já tratado por alguns autores, pela perspectiva da interdisciplinaridade no conjunto das ciências sociais, visando a superação de visões exclusivamente econômicas enfatizando a análise do comportamento concreto e nas ações e interações sociais de indivíduos.

No contexto da sociologia contemporânea, a questão das unidades de análise é abordada especialmente a partir da dicotomia: ação versus estrutura (FROTA, 2006). Alexander (1987 apud FROTA 2006) identifica um movimento de mediação que oscila entre teorias da ação (microsociológicas) e teorias estruturais (macrossociológicas). Esta oscilação é originada das divergências em relação às unidades de análise das ciências sociais, na teoria sociológica clássica representadas na dicotomia: individualismo versus coletivismo metodológico, que tem suas raízes nas abordagens iluministas e românticas nos séculos XVIII e XIX. Enquanto o iluminismo buscava o universal, as regularidades e afirmava a identidade entre os homens, o romantismo buscava as particularidades, o inconstante e afirmava a dimensão da diversidade.

Neste contexto surgiram as concepções coletivistas representadas na sociologia por Marx e Durkheim e que foram contrapostas pelo individualismo metodológico, representado por Max Weber (MAGALHÃES 1998 apud FROTA, 2006). Weber define a orientação

subjetiva do ator individual como a unidade básica de análise da sociologia, consistente com a natureza de seus pressupostos, não recorre a entidades supra-individuais, como estrutura social, na construção de suas teorias explanatórias. Marx, por sua vez, define o objeto da sociologia como estruturas societárias, elaborando um sistema teórico no sentido de eliminar orientações subjetivas do modelo de explicação, cujas dimensões estratégicas são sistemas objetivos de relações de produção (PRATES, 1991 apud FROTA, 2006).

As teorias macrosociológicas, por terem como foco os sistemas sociais, consideram que os padrões sociais preexistem aos atos individuais, diferentemente das teorias microsociológicas, que centrando na interação individual, consideram os padrões sociais como resultantes da negociação individual. Assim, para as primeiras, a natureza da ação (motivação para ação) pode ser de ordem Racional (referência externa): supõem que a ação é motivada pela racionalidade instrumental, estruturas coletivas externas aos indivíduos, ou de ordem não racional (referência interna): estruturas extra-individuais se tornam internas (socialização), sendo os atores guiados por ideais e emoções. No segundo caso, a natureza da ação teria outras razões, nesta perspectiva: as formas elementares da vida social são constituídas por indivíduos racionais, a partir de cálculos (Teoria das Trocas); a relevância situacional é que define as atitudes e não a internalização (Interacionismo Simbólico). Na perspectiva das teorias microsociológicas, ainda no que se refere a natureza da ação, há uma ênfase nos desejos individuais de manipular a apresentação do eu em papéis socialmente estruturados (Dramaturgia Social) e se busca compreender como os atores fazem suas próprias normas (Etnometodologia).

Madel Luz (1993) considera que a exaustão não apenas teórica, mas metodológica da macro-sociologia em suas teorias macro-explicativas, de métodos objetivistas em busca de leis sociais, oriundas do paradigma naturalista aplicado às ciências sociais ligada, da idéia de “neutralidade”, “distanciamento”, “precisão” e “verificabilidade”, gerou uma das crises mais importantes das Ciências Sociais, proporcionando o surgimento de novas propostas ou o ressurgimento daquelas historicamente subordinadas ao padrão dominante de análise como o movimento teórico micro-sociológico.

A reação “microteórica” para Madel Luz (1993: 43), “[...] representa ao mesmo tempo um divisor de águas teórico e um despertar disciplinar para a Sociologia e a Antropologia, para citar as disciplinas clássicas do campo.”, fazendo surgir temas de investigação que legitimaram-se como objetos válidos e importantes de pesquisa, tornando-se um desafio para as macro-teorias e as abordagens tradicionais de pesquisa. Novas visões teóricas florescem a partir da segunda metade da década de 1980, tomando em seu quadro

referencial as ações individuais ou grupais, a história, a cultura e a ordem social, analisando sujeitos particulares inseridos em seus cotidianos específicos, sem perder de vista os contextos explicativos globais de natureza cultural.

Este novo contexto vivido pelas Ciências Sociais requer novas explicações e abordagens metodológicas, o que ocorre com a contribuição de outras ciências como a Antropologia, diante de sua própria reação ao funcionalismo estrutural onde a pergunta básica da pesquisa antropológica, especificamente a britânica, não é mais de *Como a sociedade se mantém?* e sim *Como a sociedade se transforma*, desta forma, se passa do privilégio da análise de modelos e regras sociais, através do estudo de formas, sistemas e valores sociais, para um tipo de indagação de orientação processual, com a reformulação da pergunta Marx e Weber são retomados na “teoria da ação” superando a clássica visão dicotômica entre eles, onde esta:

“Tem como objetivo captar a complexidade, a variação e o fluxo social, através do estudo dos assim chamados ‘espaços intersticiais’ ou ‘interstícios sociais’. **Tenta combinar a análise da estrutura e de processos sociais.** Postulou inicialmente, a necessidade de observação sistemática do comportamento de indivíduos específicos, suas ações, interações, estratégias e opções alternativas entre normas conflitantes, a partir de parâmetros sociais” (FELDMAN-BIANCO, 1987: 20, grifo nosso)¹⁰

A aproximação entre “macro” e “micro” teorias representa uma necessidade produtiva para as Ciências Sociais, onde se deve considerar as grandes mudanças sócio-históricas ocorridas nas últimas décadas, no tocante as relações entre Estado-sociedade civil, aos movimentos sociais ligados a grupos específicos e às transformações nas relações de gênero, raça, etnias, gerações e dos indivíduos entre si, que por sua vez, vem em direção à superação das clássicas relações que envolvem classes sociais, partidos, sindicatos etc., que durante muito tempo foram objetos privilegiados nas Ciências Sociais.

O enfoque micro-sociológico da “teoria da ação”, na Antropologia, propiciou instrumentos de pesquisa que contribuíram para apreensão de processos e ações à partir de uma perspectiva histórica da sociedade em movimento e em constante fluxo, levando conjuntamente em consideração ação e representação, no contexto de circunstâncias específicas. Nesta perspectiva ocorre ainda a ênfase na observação do comportamento concreto e da prática cotidiana de um número restrito de indivíduos, em seqüência de

¹⁰ Feldman-Bianco (1987) no entanto, ressalta que apesar de ter sido formulado uma reação ao funcionalismo estrutural, essa orientação estrutural não significou uma ruptura total com os preceitos teóricos e metodológicos vigentes na antropologia britânica, e que seus fundamentos foram concebidos a partir de parâmetros delimitados pelas contribuições de Malinowski e do próprio Radcliffe-Brown, mas se ambos privilegiaram a análise de indivíduos em detrimento de sistemas, os proponentes da nova orientação tentaram integrar indivíduos e estrutura social na análise.

situações estruturadas através do tempo, abrindo possibilidades para análise da cultura enquanto processo, favorecendo pesquisas que tenham por interesse entender:

[...] como conjunto de significados são transmitidos e desenvolvidos e como a ação humana é medida por um projeto cultural no contexto das complexidades dos processos sociais (FELDMAM-BIANCO, 1987: 11).

Passando-se a privilegiar a observação de processos, contradição, conflito de normas e manipulação de regras, não salientadas, as ações orientadas por objetivos intencionais de indivíduos, indivíduos estes que já não são vistos como ocupantes de papéis, mas também como personalidade, assim, relacionando a análise da estrutura às ações e interações dos indivíduos que operam esta estrutura. Esta perspectiva tendo como ênfase os indivíduos e suas estratégias, implicou uma substituição de conceitos estáticos do enfoque funcionalista estrutural como: forma social; sistema social; consistência social; estabilidade social; equilíbrio social; valores sociais; funções sociais; modelos sociais; padrões e desvios sociais, etc., para conceitos-chave como: indivíduos enquanto atores sociais; empreendedores sociais, econômicos ou políticos; quase-grupos; redes sociais; grupos de interesse; facções; coalizões; ações; interações; opções; alternativas sociais; margens de manobra; estratégias; manipulações; transações; conflitos; disputas; contradições; evento situação; campo social; etc (VINCENTE apud FELDMAN-BIANCO, 1987).

Feldman-Bianco (1987) ressalta que os teóricos da ação tenderam inicialmente a não incluir em suas análises uma perspectiva da economia política mais ampla, nem as condições que moldaram as situações por eles observadas no transcorrer de suas pesquisas de campo. Desta forma, alguns incidiram no perigo de restringir suas análises a meros agregados de indivíduos e situações ou não se desvencilharam da armadilha funcionalista-estutural do consenso e do equilíbrio social. Para Vincente (Apud FELDMAM-BIANCO, 1987) um dos maiores perigos da teoria da ação consiste em cair no individualismo metodológico, devido sua tendência à omissão da história, tendo como desdobramento a reificação do indivíduo utilitarista, racional e manipulador, o que pode ser superado pela confluência da Antropologia com a História. Neste aspecto ressalto ainda a contribuição de Vincent (Apud FELDMAM-BIANCO, 1987) ao chamar nossa atenção para a necessidade do refinamento de técnicas de pesquisa que propiciem a abordagem processual e histórica. Como Feldman-Bianco (1987), também acredito ser uma alternativa para não cairmos no individualismo metodológico.

Adotar a teoria da ação na compreensão do comportamento concreto e nas ações e interações sociais de indivíduos como atores sociais requer do pesquisador “*ver as coisas do ponto de vista do nativo*”, o que implica em captar conceitos, que segundo Geertz (1997:88):

Para captar conceitos que, para outras pessoas, são de experiência próxima e fazê-lo de uma forma tão eficaz que nos permita estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar os elementos mais gerais da vida social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa, que colocar-se ‘embaixo da pele do outro’.

Geertz, ao tratar na natureza do entendimento antropológico, nos chama atenção para o fato de que o pesquisador e, especificamente o etnólogo, não é capaz de perceber aquilo que seus informantes percebem, para ele o que o pesquisador *percebe* “[...] e com bastante insegurança, é o ‘com que’, ou ‘por meio de que’, ou ‘através de que’(ou seja, lá qual for a expressão) os outros percebem” (GEERTZ, 1997:89). Estas reflexões de Geertz nos levam inclusive a considerar as reais potencialidades da proposta aqui apresentada para análise da estrutura e da ação no espaço rural.

Para uma associação entre estrutura e ação, como uma alternativa de abordagem analítica, parto da contribuição de Giddens (1987 apud CHAZEL, 1985) ao buscar responder: “*De que modo é possível pensar a ligação ou as ligações entre a ação humana e a estrutura social?*”, onde ele propõe que se pense conjuntamente o nível de ação e nível de estrutura. Para isso, considera ser necessário o reconhecimento da “dualidade da estrutura”, raciocinar não em termos de dualismo, mas de dualidade, a estrutura como o produto das práticas sociais e como o próprio meio da reprodução dessas práticas, ou seja, que vejamos a dependência recíproca de um e de outro. Reconhece que a estrutura surge empenhada na produção e na reprodução das práticas, daí chama atenção para se falar mais das propriedades estruturais do sistema social do que das estruturas dos sistemas sociais. Entretanto, Chazel (1995) alega que falta esclarecer melhor o que entra em sua composição, embora Giddens em sua proposta chame atenção para o fato de que “[...] a estrutura não deve ser analisada exclusivamente sob o ângulo das regras” (CHAZEL, 1995: 233). Assim, estruturas não devem ser analisadas em termos de regras, mas também em termos de recursos, onde, o que é fundamental:

[...] é o emprego das regras e dos recursos por atores competentes numa pluralidade de contextos de ação; é efetivamente em suas ‘atividades [que] se ancoram os sistemas sociais’ cuja estruturação não pode ser dissociada da interação entre os atores, na qual são produzidos e reproduzidos (1987: 74, apud CHAZEL, op cit: 233).

Roberto Bustos Cara (2002), em sua discussão sobre os sistemas territoriais a partir da análise da estrutura e da ação, também se reporta à contribuição de Giddens para a superação da idéia de contraposição entre teorias da ação e teorias da estrutura, concebendo a realidade social, não como uma mera contingência da ação nem tão pouco exclusivamente como objetividade da estrutura, mas como um processo dinâmico de estruturação formadora

da ação, para ele:

Buscar el sentido de la acción nos induce a concebir al individuo o colectivo como sujetos y como actores. El camino de la subjetividad incorpora conceptos como el de percepción, representación, imaginario ideología y cosmovisión como formas profundas de subjetividad que se integran en lo estructural conformando la identidad y la cultura. Como actor es rol, relación y red y al mismo tiempo es *campo* articulado en *hábitus*, cultura e identidad. (BUSTOS CARA, 2002: 03)

Para Giddens (ARONSON, 1995 apud BUSTOS CARA, 2002), a ação nada mais é que a permanente intervenção dos seres humanos no mundo natural e social de acontecimentos e que, portanto, os conceitos estrutura e ação designam somente dois momentos analiticamente diferentes da realidade dos sistemas de ação estruturada, onde as estruturas não existem em absoluto como fenômenos autônomos de natureza espacial e temporal, mas sempre e somente na forma de ações ou práticas dos indivíduos.

Ainda como contribuição para uma proposta de análise da estrutura e das ações individuais no espaço rural, podemos nos reportar a indicação de Bustos Cara (2002) quando trata do cotidiano como uma unidade de tempo-espaço significativa, constituindo a condição concreta de existência, texto e contexto do indivíduo, como ator e sujeito. Entretanto, para que sua análise se transforme em método requer desativar o processo de naturalização; identificar lugares e modos de atividade social onde o cotidiano é significativo para reprodução das condições sociais e das mudanças sociais; análise das categorias tempo-espaço; e voltar à origem, ao início como um campo de observação. Para Bustos Cara (2002: 11) “*Entre la estructura y la acción existe un mundo subjetivo que puede ser analizado en términos de representaciones, imaginario o ideologías integradas en la identidad pero también localizadas en coordenadas de espacio y tiempo específicas*”.

Diante das contribuições até aqui apresentadas, tanto nos aspectos teóricos quanto nos procedimentos metodológicos, para análises com o enfoque na relação entre estrutura e ação, cabe ainda destacar que o caráter microsociológico, proporcionado pela teoria da ação com a contribuição de diversas disciplinas, requer a delimitação de unidades de estudo, muitas vezes, menores do que a “localidade” ou “comunidade” para operacionalizar pesquisas que têm como foco a observação do comportamento concreto de indivíduos específicos em situações estruturadas.

O estudo de unidades como a localidade ou a comunidade a partir da compreensão da ação permanente e intervenção dos seres humanos no mundo natural e social, nos conduz

ainda a tratar das concepções e saberes de populações locais¹¹.

Se associarmos o tratamento das concepções e saberes dessas populações locais à noção de patrimônio de Ost (apud CASTRO, 1997: 230), enquanto “*instituição complexa que articula o sujeito e o objeto, o privado, o local e o global, o presente, passado e futuro*” veremos essas populações, através do patrimônio comum capaz de assegurar o futuro não somente do planeta como o das sociedades, em suas experiências localizadas em um dado território projetando-se na atualidade da dinâmica global. Nesta perspectiva, temos uma maneira de compreender estrutura e ação em seu processo dinâmico, da “dualidade da estrutura”, sugerida por Giddens, presente nas ações coletivas das populações locais.

Peter Berger (1985, p. 1), ao analisar as estratégias do empreendimento humano na construção do mundo, pode nos ajudar a compreender o significado de dualidade da estruturas na seguinte colocação:

A sociedade é um fenômeno dialético, e nada mais que um produto humano, que no entanto retroage continuamente sobre seu produtor. A sociedade é um produto do homem. Não tem outro ser exceto aquele que lhe é conferido pela atividade e consciência humana. Não pode haver realidade social sem o homem. Pode-se também afirmar, no entanto, que o homem é um produto da sociedade. Toda biografia individual é um episódio dentro da história da sociedade, que a precede e lhe sobrevive. A sociedade existe antes que o indivíduo nascesse e continuará a existir após a sua morte. Mais ainda, é dentro da sociedade, como resultado de processos sociais, que o indivíduo se torna uma pessoa, que ele atinge uma personalidade e se aferra a ela, leva adiante os vários projetos que constituem a sua vida. O homem não pode existir independentemente da sociedade. As duas asserções, a de que a sociedade é produto do homem e a de que o homem é produto da sociedade, não se contradizem. Refletem, pelo contrário, o caráter inerentemente dialético do fenômeno social.

Ainda que compartilhando da idéia de “dualidade da estrutura” em Giddens, não podemos esquecer o que nos diz Frota (2006) sobre as teorias macrosociológicas e microsociológicas, onde ressalta que ambas têm como pressuposto comum o fato de que a sociedade tem padrões, estruturas de algum modo diferentes dos atores que a compõem, e apresentam posições diversas em relação à natureza da ação e às formas de produção da ordem.

As discussões até aqui apresentadas para a combinação das duas abordagens teórico-metodológicas, visando tratar ação e estrutura no espaço rural a partir “*do ponto de vista dos nativos*”, implica em primeiro lugar reconhecermos que se acentua a intersubjetividade na prática da pesquisa, sem esquecer que a sociologia, como as demais ciências sociais devem ser vista como uma prática social entre outras, que ela se exprime

¹¹ O que denomino de população local corresponde especificamente à definição campesinato polivalente de Castro (1997) que é composto por agricultores, agroextrativistas, seringueiros, pescadores, coletores, e caçadores garimpeiros, castanheiros, quebradeiras de coco, entre outras, atores típicos da Amazônia Brasileira.

através da ação (social). É verdade que uma ação fundamentada em um conhecimento, mas conhecimento que se torna uma forma de ação específica, com suas regras, suas normas, seus códigos de linguagem e seus símbolos. Em segundo lugar, que o conhecimento é sempre interpretativo da realidade social e aí cabe muito bem o que nos diz Geertz (1977:89) “*O que é importante é descobrir que diabos eles acham que estão fazendo*”, porque assim como não existe uma “verdade” sociológica, não existe uma “realidade social”.

2.2 PRÁTICAS SOCIAIS DE INTERVENÇÃO FRENTE ÀS ESTRUTURAS SOCIAIS LOCAIS: AS QUESTÕES DA PESQUISA.

A experiência da sociedade civil em práticas participativas na gestão municipal é recente, datando precisamente do processo de redemocratização da sociedade brasileira com a constituição de 1988. Neste novo contexto, o tema do desenvolvimento participativo tornou-se a tônica diante das formas clássicas de intervenções centradas no modelo econômico. Assim, têm-se tornado dominante entre os diversos segmentos da sociedade, inclusive no contexto das instituições internacionais, a ênfase na participação da sociedade civil e na articulação de atores sociais locais para ações relacionadas à promoção do desenvolvimento rural (BANDEIRA, 1999).

Entre os diversos segmentos sociais envolvidos em práticas relacionadas à gestão participativa de recursos estão os agricultores e agricultoras familiares. Um exemplo são as práticas de participação já iniciadas no Pólo Rio Capim do PROAMBIENTE, expressas, tanto em razão da escolha dos municípios, quanto das famílias. Entretanto, partimos da compreensão que, embora o PROAMBIENTE represente uma proposta originada das organizações representativas dos agricultores, isto não necessariamente significa que o programa se articulará melhor com as dinâmicas sociais locais. Esta compreensão está relacionada ao entendimento de que o programa é uma forma de intervenção onde intervenção é:

Um esforço sistemático de aplicação estratégica de recursos para manipular elementos aparentemente causais em um processo social em curso, de maneira a reorientar permanentemente aquele processo para direções que se estimam desejáveis pela pessoa ou organização que realiza a intervenção (RÖLING & DE ZEEUW, 1988: 32, tradução livre).

Em se tratando da intervenção no sentido de reorientar processos desejáveis pela pessoa ou organização, o mesmo implica na participação daqueles que deveriam ser os principais beneficiários do processo da intervenção. Veiga (2003: 128) ao analisar a

participação dos atores locais no meio rural, nos diz que “[...] no nível decisório dos projetos muitas vezes encobriu uma freqüente ausência de participação dos agricultores na concepção e implementação de mudança técnica nos sistemas produtivos [...]”. Acrescentamos além da ausência no aspecto da mudança técnica, a ausência sobre outros aspectos na implementação de programas de desenvolvimento rural, como os processos de mobilização, que garantem dispor aos agricultores da decisão de querer ou não contribuir pessoalmente com os processos.

Para maior clareza da intervenção partimos do entendimento de participação como:

[...] **o fazer parte nas tomadas de decisão** pelas pessoas usuárias de um serviço público, pelos clientes de um serviço, pelos consumidores de um produto, pelos envolvidos ou ‘impactados’ de uma ação comunitária, de qualquer tipo, pelos agricultores parceiros na implementação de um projeto de desenvolvimento local. Participar é também acompanhar, durante e ao final, as atividades geradas por meio daquelas decisões coletivas tomadas durante o processo participativo (GOMES E VILELA; 2004, grifo dos autores).

Gomes e Vilela (2004: 229) ao abordarem a dimensão subjetiva da participação nos dizem que:

O enfoque participativo na ação política, social, econômica cultural e técnica têm se mostrado como uma contingência nessa fase de transição de valores e conceitos que experimentamos no desenvolvimento atual da sociedade, mas nada deve ser tomado sem um distanciamento crítico no que diz respeito aos processos de interferir nas relações sociais para promover a transformação da realidade.

Os autores nos instigam a refletir sobre como as práticas de intervenção do PROAMBIENTE, que mesmo sendo uma proposta provinda da organização política dos agricultores familiares, se relacionam com estruturas sociais locais (rede de relações sociais e comportamentos) já estabelecidas, nos levando a indagar acerca das práticas concretas desta intervenção nos processos de escolhas.

Albaladejo e Veiga (2002a: 2), ao interrogarem sobre a pertinência do local nas práticas do desenvolvimento, onde a sociologia do desenvolvimento mostra que o local¹² é uma escala privilegiada das agências públicas de desenvolvimento, alegam que:

[...] o local não é sinônimo de ‘participação’; muito pelo contrário, às vezes ele aparece como o cadinho de práticas clientelísticas ou paternalistas que se prolongam no seio das organizações camponesas, ainda que, na fachada, apresente-se como um discurso de transparência e de democracia.

No estudo sobre a natureza do ‘vínculo social’ e ação coletiva, Veiga e Albaladejo (2002) nos chamam atenção para a importância de se entender a estrutura de relações sociais a

²⁰ Os autores se referindo as regiões de fronteira da Amazônia Oriental, definem o local pelo caráter cotidiano das relações entre as pessoas e com as coisas materiais (Veiga e Albaladejo, 2002).

nível local, o contexto no qual as relações são construídas e adquirem sentido aos olhos dos que as praticam, relações estas que nem sempre foram apreendidas através da prática de um mercado de relações ‘contratuais’, mas sim, pela prática de relações personalizadas de tipo doméstico-familiar.

As questões levantadas por Albaladejo e Veiga (2002a), perpassam pela estrutura social, compreendida aqui na perspectiva de Radcliffe-Brown (1969), que a define como uma rede de relações onde os seres humanos estão conectados. Os fenômenos sociais por sua vez estão ligados à existência da estrutura, estando implícitos nela, mas também sendo resultado dela. Radcliffe-Brown diferencia estudo da estrutura social de estudo das relações sociais e considera que estudar estrutura não é o mesmo que estudar relações sociais, uma vez que estudá-la implica em tratar da vasta rede de relações sociais. Portanto a relação social específica entre duas pessoas é apenas parte dessa rede da estrutura social.

Na perspectiva de Radcliffe-Brown (1969: 227) os estudos da estrutura social conduzem ao estudo dos interesses e valores como determinantes das relações sociais e que “[...] *Una relación social no resulta de una similaridad de intereses, sino que proviene, o bien del interés mutuo de varias personas entre si, o bien de uno o más intereses comunes, o de la combinación de ambas cosas*”. Tal definição pode ser associada à noção de ação social de E. Husserl, M. Heidegger, e de L. Wittgenstein (RIOS, 1986) que, em uma vertente não-marxista sublinham a importância da pessoa, o indivíduo agente, o ator para análise da ação, onde as ações exigem interpretações, diferentemente dos movimentos que podem ser diretamente observados e descritos. A ação é ainda concebida não somente como produção das estruturas sociais, mas também reprodução da vida social.

Para a análise das relações sociais vale destacarmos Araújo e Schiavoni (2002), ao levantarem as relações recíprocas entre a ‘localidade’ e a ‘família’, ao destacarem o personalismo e o clientelismo muitas vezes introduzido na localidade, demarcando as formas associativas dos processos de mobilização dos agricultores. Araújo¹³ chama atenção inclusive para as características autoritárias do agrupamento doméstico, onde fazer gestão pública com a lógica particularista é um problema, questionando assim, até que ponto as sociedades com estas características têm se organizado democraticamente. Embora Araújo e Schiavoni estejam se referindo ao parentesco nas estratégias de acesso a terra, onde as migrações familiares desempenham um papel importante nas estratégias fundiárias no nordeste do Pará, nos vale para uma análise que busque afastar-se de reificações do espaço rural, em especial da

¹³ Anotações de aula em 18/08/2004.

unidade de produção camponesa como espaço mais democrático, pensamento este conforme nos chama atenção Neves (1995), baseia-se na convicção de um evolucionismo linear, qualificando os camponeses apartados dos valores e das representações que orientam as práticas nas sociedades capitalistas quando na verdade apresentam uma racionalidade social que:

[...] se reproduz porque aqueles que são dela portadores estão embebidos em relações personalizadas, submetidos ao controle das regras familiares e do parentesco e resistem à integração ao sistema social abrangente, vivendo, quiçá sob o manto da tradição.

Perante estas discussões acerca da intervenção e da participação, vale questionarmos: como o PROAMBIENTE se relaciona com a estrutura social local? Como as práticas sociais já estabelecidas pelo PROAMBIENTE, pela escolha das famílias e das zonas de atuação do programa é concebida por aqueles/as que não estão inseridos no programa? E quais as interpretações dos agricultores e agricultoras a respeito do pagamento dos serviços ambientais?

Portanto, me proponho a tratar neste trabalho da problemática da implementação de projetos de intervenção local, voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar. A questão central para a investigação é procurar entender como o PROAMBIENTE, enquanto uma proposta provinda da organização política dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura da Amazônia, se relaciona com as estruturas sociais locais, o que implica em entender as práticas concretas junto a população local existente e a visão dessa população sobre as propostas dessa intervenção.

HIPÓTESES:

- 1 – A estrutura social local pode demarcar a participação de agricultores no PROAMBIENTE. Estruturas de relações sociais que no nível local nem sempre são apreendidas através de um modelo de relações contratuais, mas sim pelas relações personalizadas de tipo doméstico familiar (Veiga e Albaladejo: 2002).
- 2 – Não sendo o local sinônimo de participação, por ser demarcado [...] *de práticas clientelísticas ou paternalistas que se prolongam no seio das organizações camponesas [...]* (Veiga e Albaladejo: 2002, p.2), as estratégias elaboradas pelos agentes e lideranças locais para seleção das famílias expressam relações de personalismo e de clientelismo.

3 – Frente ao dilema de contrabalançar as exigências do mundo exterior com as necessidades de seus familiares (Wolf: 1976) a interpretação do agricultor pode representar não somente uma produção das estruturas locais, mas também pode ser produto da reflexão do ator sobre si mesmo, uma ação da pessoa, do indivíduo agente, produto do ator sobre si mesmo ou da observação de outros agricultores na utilização dos recursos naturais.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo é analisar como o PROAMBIENTE, enquanto uma proposta da organização dos agricultores, se relaciona com as estruturas sociais locais a partir das práticas iniciais do programa, especificamente pretendo:

- Caracterizar as estruturas sociais da localidade (Relações de parentesco, organizações políticas locais, grupos de trabalho...) para identificar e caracterizar as práticas sociais, construídas no processo de mobilização para a escolha das famílias e das zonas;
- Identificar o processo de escolha das famílias inseridas no programa;
- Interpretar a visão de agricultores sobre a escolha das famílias e das propostas de pagamento dos serviços ambientais do PROAMBIENTE.

2.3 PRODECIMENTOS DE TRABALHO PARA A ANÁLISE DA ESTRUTURA E DAS AÇÕES INDIVIDUAIS

A realização de uma pesquisa tendo como enfoque as estruturas e ações existentes em localidades, nos indica um estudo de tipo qualitativo, para o qual procurei adotar pressupostos do estudo etnográfico, através da observação e de entrevistas, objetivando levantar com maior precisão as redes de relações existentes nas localidades estudadas.

Vale ressaltar que na escolha do estudo parto da definição de localidade, que pode não representar necessariamente um povoado específico e nem mesmo um território bem delimitado, contínuo e preciso, mas o espaço social e geográfico da ação do cotidiano dos agricultores (ALBALADEJO e VEIGA, 2000). Desta forma, por se tratar de um estudo de caso referente à problemática da intervenção de desenvolvimento, compartilho do entendimento de Thiollent (1996) de que a noção de localidade possibilita compreender

melhor a lógica e os efeitos das intervenções de desenvolvimento, e gera indicadores para elas. Portanto, a localidade a ser estudada é aqui compreendida como um conjunto de espaços sociais onde se concretiza o projeto de desenvolvimento, associando populações locais e organismos externos (KAYSER et al 1994 apud ALBALADEJO e VEIGA, 2000).

A execução da pesquisa de campo se deu em dois momentos. O primeiro, que considero mais exploratório ocorrendo em duas etapas, inicialmente entre outubro e novembro de 2004, onde participei de reuniões com a equipe técnica do Prambiente no Município de Capanema, através da intermediação da professora Maria de Nazaré e do Professor Kato, ambos professores do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável e representantes do Conselho Gestor do Pólo (CONGEP) Rio Capim, juntamente com outros alunos do referido curso que tinham seus projetos perpassando por investigações em torno do PROAMBIENTE. Estas reuniões se deram no momento em que a FANEP estava elaborando o diagnóstico individual da unidade de produção das famílias inseridas no Programa, o que proporcionou aos alunos, o contato com o processo de sistematização dos dados e fundamentalmente a inserção no campo através dos primeiros contatos com as famílias junto à equipe técnica da FANEP, pela ocasião do levantamento dos dados para elaboração dos diagnósticos, possibilitando (re) definições nos projetos de pesquisa dos alunos.

No meu caso, esse primeiro contato contribuiu para a escolha do município de Irituia, em razão de ser o mais antigo entre os municípios que compõem o Pólo Rio Capim do PROAMBIENTE e que apresenta as mais antigas formas comunitárias de organização da região, condição indicada pelos agricultores que participaram da elaboração do “Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo Rio Capim”. Irituia foi ainda apontada pelos agricultores, entre os municípios que compõem o Pólo Capim, como aquele que apresenta o SRT mais antigo e com maior representatividade entre os trabalhadores rurais. Estas condições foram levadas em consideração por expressarem indicativos, tanto da estrutura social, quanto da ação dos indivíduos, embora muitas vezes estas condições sejam concebidas como resultado de uma intervenção e não uma ação dos indivíduos pela reprodução da vida social.

Após esta etapa, ocorreu minha inserção propriamente dita no campo, onde estabeleci os primeiros contatos pessoais com as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irituia – STR-Irituia, particularmente o presidente, o vice-presidente e o secretário de política agrária e meio ambiente e em seguida com agentes comunitários das 4 regiões do PROAMBIENTE no município, para participá-los de minha intenção em realizar uma

pesquisa no município, e que portanto, havia necessidade de estabelecer alguns dias de estadia na residência de alguns agricultores, inicialmente para melhor conhecer as regiões de atuação do Programa e assim definir as localidades para posterior convívio mais intenso para realização da pesquisa.

Os mesmos esclarecidos da finalidade da pesquisa, se disponibilizaram a contribuir no que fosse possível. Entretanto foi inevitável olhares e expressões de desconfiança, principalmente quando eram informados que também tinha a intenção de trabalhar com algumas famílias e/ou comunidades que não foram inseridas no programa.

Esta etapa do trabalho de campo, onde fiz uma “viagem de reconhecimento”¹⁴ das regiões do PROAMBIENTE no município de Irituia, foi realizada sob orientação de um roteiro semi-estruturado (Apêndice A) com questões referentes a aspectos gerais da estrutura do município (organização, divisão, ocupação e meio ambiente) e outras questões relacionadas à organização social das regiões do programa, o roteiro visava compreender preliminarmente como se organizam socialmente as famílias das áreas da Zona Panela, o significado de comunidade e de região, assim, como um pouco da história das localidades visitadas, como objetivo de definir os locais para realização da pesquisa.

Ao longo de todo o trabalho de campo, fiquei na maioria das vezes, hospedada na casa dos agentes do programa e para meu contato com eles, contava sempre com a colaboração da secretária de políticas sociais do STR, que muitas vezes me hospedou em sua residência nas passagens para as comunidades da Região Panela, quando ia realizar os trabalhos de campo, ajudando na segurança do meu deslocamento e no contato com os agentes.

As conversas informais fizeram parte dessa etapa, uma vez que possibilitam ao informante uma ‘liberdade de perambular’, o que pode ser extremamente útil para se chegar ao fundo de complexos acontecimentos e situações sociais (MANN, 1973). Logo, a escolha desta técnica se deu pelo fato dela proporcionar a descoberta da vida da comunidade, a partir de uma situação estímulo-reação e ao entrevistado falar diante das indagações do investigador. Estas entrevistas informais se configuraram em conversas que ocorreram em contextos diversos: no sindicato, na feira semanal, nos mutirões e nos “passeios” nos roçados e nas conversas até tarde da noite com os moradores e vizinhos das casas onde se fazia minha hospedagem.

¹⁴ Tomo aqui emprestado o termo de Woortmam e Woortmam (1997) ao apresentarem sua etnografia acerca do processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos, correspondendo à fase da pesquisa em que percorriam vários municípios e conversavam com os pequenos produtores em circunstâncias informais.

Associada às conversas, não apenas neste primeiro momento da pesquisa, recorri às observações de campo, que implica no uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para compreender/explicar o cotidiano de um grupo. Segundo Becher (1994: 118) no estudo de caso a observação (inclusive naquela onde o observador não é um participante em caráter integral), dá um acesso a tipo de dados “[...] cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, [...]”, ela também revela vários fenômenos que deverão ser incorporados ao relato do grupo.

Estas observações podem ser anotadas no caderno de campo como objetivo de registrar o cotidiano junto a comunidade estudada. Mas optei por um bloco de nota, uma vez que um caderno ou diário de campo me submete a idéia de diário que só deve ser feito recolhido a um canto, o que para mim parecia exigir condições que muitas vezes não dispunha e principalmente porque me sentia pouco à vontade para me recolher em separado às pessoas com quem ia construindo o convívio. O bloco de notas, para mim, revelava-se mais prático, pois além de conter anotações mais sintéticas, fazia me sentir num clima de naturalidade durante minha estadia na casa dos agricultores. Nele procurei registrar as condições em que estava sendo feita a pesquisa (onde, quando e como foi realizada a coleta de material). Registrando as ações e eventos importantes, as impressões e emoções da relação na pesquisa (pesquisador e informante) procurei ter elementos para minhas reflexões, não apenas sobre o material coletado, mas também do relacionamento informante-pesquisadora e, principalmente, sobre as técnicas, reformulando quando necessário, principalmente após as discussões com meu orientador, desta forma descobrindo amplitudes e limitações de meus procedimentos.

Visitando roçados de mandioca para fabricação da farinha e participando de alguns eventos no STR-Irituia, e nas próprias localidades de execução do programa¹⁵, foi possível não apenas alcançar respostas para minhas perguntas iniciais, mas também a elaboração de novas questões para compreensão da dinâmica social e espacial das famílias que ficaram de fora do programa. Alguns desses eventos fizeram com que ouvisse coisas que talvez as pessoas não fariam em circunstâncias normais de uma entrevista. Neste aspecto, cito as opiniões expressas durante minha participação em um mutirão para preparo de roça, sem queima na propriedade de um dos agricultores inseridos no programa, da região Panela, que na ocasião fizeram comentários críticos sobre a assistência técnica do programa e sobre a relação da entidade executora a respeito do pagamento dos agentes comunitários, assim como

¹⁵ Durante o período das visitas de campo foi realizada uma oficina sobre agroecologia com agricultores da comunidade de Candeuá, uma iniciativa dos agentes comunitários de Araraquara e Candeuá, com o apoio da Secretaria de Agricultura do Município e para qual fui convidada para fazer parte juntamente com um dos estudantes do Mestrado, com quem os agentes haviam combinado.

de trabalhos aprovados no município por outras instituições a serem implementados pela entidade, e que até então não haviam sido realizados.

Situação semelhante ocorreu durante uma reunião, no STR-Irituia, realizada pela Federação dos Órgãos para Assistência Social e educacional –FASE e do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA, durante apresentação do programa Profor-Gestão Mulher – Programa de Formação e Gestão de Organizações Econômicas Gerenciadas por Mulheres, nas críticas das agricultoras às ações de intervenção de desenvolvimento para o público local, inclusive as desenvolvidas pela própria FASE.

Esta etapa da pesquisa me proporcionou a delimitação da área de estudo a duas localidades das regiões da Zona Panela do PROAMBIENTE, que são Candeuca, situada no chamado Baixo Irituia e Panela situada na Estrada. Os critérios de escolha das regiões, entre as quatro que constituem a Zona Panela do Pólo Capim, deu-se em função destas duas regiões apresentarem características distintas em dois aspectos: um no nível das intervenções e outro das condições ambientais. Quanto ao elemento da intervenção, por compreendê-la como estratégias a reorientar um processo social em curso conforme o estimado pela pessoa ou organização que realiza a intervenção (ROLLING & ZEEUW, 1988) influenciando assim na incorporação de novas técnica e nas dinâmicas sociais. No caso dos agricultores familiares porque “[...] eles são sistematicamente objeto de intervenção, mais ou menos violenta, fundada em sua desqualificação para eliminação ou domesticação”. (NEVES, 1995:13), para então serem vinculados à construção ou estimulados à adesão a programas que leve a sua expansão.

Na Amazônia, estas intervenções foram desencadeadas pela utilização do sistema técnico da agricultura de corte-e-queima que configurou a relação entre agricultura familiar e economia¹⁶. Este sistema praticado por pequenos produtores é denominado de agricultura de subsistência e, muitas vezes, associado a uma cultura migratória e a significativos percentuais do desflorestamento e de emissão de carbono na atmosfera. Neste aspecto fazendo das intervenções a busca por um modelo de desenvolvimento relacionando também com os aspectos ambientais.

No caso de região Panela do PROAMBIENTE, a escolha das áreas deu-se pelo fato de ter sido palco de ações de intervenção, ora através de políticas governamentais, como

¹⁶ O termo economia está sendo empregado por mim no sentido utilizado por Polanyi (1974 apud NEVES, 1991: 05) que “[...] concebe como um processo institucionalizado, valorizando o movimento – produção, circulação, apropriação[...] ordenado por instituições econômicas e não econômicas, estas últimas sendo vitais, já que a religião e o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento dela como as instituições monetárias, o padrão técnico de utilização de instrumentos de produção etc.[...]”

o FNO especial, com o incentivo e apoio do STR-Irituia, ou através de organizações voltadas para um desenvolvimento mais sustentável, como o Convênio “Desenvolvimento Sustentável e Social das Cidades de Irituia”, entre a CUT e a Central Italiana (ISCOS), e também das ações da Igreja com a organização do clube agrícola, estimulando os agricultores ao plantio de novos cultivos, como cana-de-açúcar¹⁷. Os agricultores, tanto das comunidades que compõem a região Panela do PROAMBIENTE, como de outras regiões do programa, a identificam como a mais prejudicada pelo uso contínuo do sistema de corte-e-queima, com a ausência de áreas de mata primária e o predomínio de capoeiras jovens. Outro motivo da escolha deu-se pela diversidade de comunidades envolvidas no PROAMBIENTE através das famílias inseridas no programa.

Diferentemente, a região Candeuca do PROAMBIENTE é composta por famílias apenas da comunidade de Candeuca e caracterizada pelos próprios moradores, como uma comunidade onde todos são parentes. Também tem como prática o sistema de corte-e-queima, entretanto, as propriedades ainda apresentam áreas de mata. Quanto às ações de intervenção, as experiências têm sido limitadas aos financiamentos do FNO especial ou de algumas ações esporádicas voltadas à produção, em particular à organização do grupo de mulheres de Candeuca através de alguns cursos de hortaliças.

Recorrendo a um estudo de caso de uma localidade, outras técnicas foram utilizadas para um segundo momento da pesquisa de campo, primeiramente entrevistas com roteiro semi-estruturado (Apêndice B) junto à informantes-chave, antigos moradores e/ou conhecedores da história da comunidade, visando um maior aprofundamento do processo histórico da localidade para compreensão da estrutura social local. Assim foram identificadas as redes de relações existentes, expressas na constituição das famílias e nas condições de reprodução social dessas famílias, através de suas atividades ligada a produção, comercialização, religião e na interação com as condições dos recursos naturais existentes e com as ações por eles/as criadas ou não (estradas, escolas e projetos ou programas de apoio à agricultura).

Outros roteiros de entrevistas foram ainda por mim elaborados e utilizados, um para coordenadores(as) e/ou secretários/as de associações, Clubes e Grupos de Mulheres, (Apêndice C) entrevistas estas realizadas conforme a necessidade e possibilidades de maiores informações essencialmente sobre o envolvimento dos moradores com as organizações

¹⁷ Na entrada da cidade de Irituia existe uma Usina, que foi instalada pela Igreja nos anos 70, mas que nunca funcionou, a usina foi construída através de um convênio sob a responsabilidade da diocese de Bragança, entretanto a comercialização desse cultivo nunca foi realizada.

existentes e a relação dessas organizações como o PROAMBIENTE. E para as entrevistas com os agentes comunitários do programa no Candeu e Panela também foi criado um roteiro (Apêndice D) específico para levantar o envolvimento destes agentes com o programa e estratégia de escolhas das famílias.

Para as famílias inseridas no programa, um formulário de pesquisa (Apêndice E) foi por mim confeccionado e aplicado em 50% das unidades domésticas¹⁸ inseridas no PROAMBIENTE, que corresponde a 15 unidades no Candeu e 10 unidades no Panela. Os formulários de caracterização das relações sociais das famílias inseridas no PROAMBIENTE continham questões sobre basicamente dois tópicos: as características das unidades domésticas, para traçar o perfil dessas unidades, suas relações com a propriedade e trajetória de vida dessas famílias; e outro versando sobre as relações sociais locais em diversos aspectos como: relações de parentesco e de trabalho, participação em associações e grupos de trabalho.

O uso de formulários em pesquisas nas ciências sociais geralmente foi associado a coleta de material de campo em decorrência do uso de métodos quantitativos e como parte do processo chamado “documentação concreta”¹⁹ na defesa de Malinowski (apud Mitchell, 1987). No caso desta pesquisa o formulário foi aplicado na perspectiva de utilizar métodos quantitativos como instrumentos auxiliares para a descrição do universo pesquisado que é área rural. Sistematizei os dados quantitativos com a utilização do programa Excel XP, para a elaboração de planilhas para tabular e apresentar os dados obtidos em campo.

A utilização de forma descritiva de dados quantitativos, visa mostrar não apenas a regularidade dos fatos, uma vez que a quantificação consegue condensar as informações, de forma que as regularidades tornem-se mais facilmente discerníveis (Mitchell, 1987). Permite ainda fazer a contraposição entre as regularidades pelas variações específicas, contribuindo assim, no equilíbrio entre dados quantitativos e análise estrutural, pois estas variações podem, por exemplo, demonstrar a discrepância entre comportamento real e norma, ou seja, entre regras ideais do grupo/sociedade e a concepção dos informantes a respeito do comportamento concreto. Mitchell chama atenção ainda para o fato de que o pesquisador deverá preencher margens e versos de formulários com observações e comentários que deverão ser retomados

¹⁸ Aqui representa uma Unidade de vida social, podendo ser composta por uma ou mais gerações, por parentes consanguíneos ou não e como o mesmo sentido da definição de grupo doméstico de Fortes (1974) como “[...] uma unidade que possui e mantém a casa e está organizada para promover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros”.

¹⁹ Para aprofundamento da discussão sobre o uso do método quantitativo nas ciências sociais, especificamente na Antropologia ver Mitchell (1987), onde ressalta que os métodos quantitativos não são impopulares na investigação antropológica, pelo contrário, têm uma longa tradição que persistiu mesmo diante das críticas contundentes aos pressupostos e a lógica dos procedimentos adotados na adoção de métodos quantitativos.

em oportunidades futuras, o que procurei aplicar a partir do levantamento da composição das unidades domésticas inseridas no PROAMBIENTE, levantando dados genealógicos e obtendo, assim, a rede de relações de parentesco entre estas unidades inseridas no programa.

Associado às entrevistas, através de formulários, recorri às entrevistas mais abertas para agricultores inseridos no PROAMBIENTE (em sua maioria realizada com aqueles agricultores com quem desenvolvia o formulário), estas foram gravadas e com duração média de 25 minutos. A partir do roteiro estruturado (Apêndice F) procurei levantar informações acerca do processo de envolvimento com o programa e especificamente com perguntas sobre seus conhecimentos da divulgação do programa e da seleção das famílias. Outras questões levantaram alguns aspectos da relação desses agricultores com os recursos naturais (Uso e recuperação do solo, vegetação e rios). Este roteiro foi desenvolvido com 25% dos agricultores tanto no Candeuá, com 7 entrevistas, quanto no Panela, com 3 entrevistas. Em ambas regiões do programa entrevistei ainda 4 agricultores não inseridos, utilizando roteiro (Apêndice G) para tratar essencialmente da divulgação, seleção e interesse desses agricultores pelo programa e também de suas relações com os recursos naturais.

Nestas entrevistas, procurei propiciar a conversa da maneira mais informal possível, que em sua maioria ocorreram na residência dos entrevistados depois de agendado um horário conforme suas disponibilidades. Entretanto, um fato interessante ocorreu em Candeuá, onde inicialmente as entrevistas ocorriam nas residências dos agricultores, na escola ou no salão da comunidade, as entrevistas nestes dois últimos espaços ocorriam geralmente quando me encontrava com os agricultores e explicava da pesquisa que estava realizando e da intenção de conversar com eles mais calmamente, neste momento do contato, alguns logo se disponibilizavam e me sugeriam esses espaços para darmos início “a nossa conversa”. Após a realização das primeiras entrevistas alguns agricultores que estavam inseridos no programa (bem como outros que não estavam inseridos e com seus olhares curiosos) passaram a me procurar na residência onde me hospedava para saber quando ia fazer entrevista com eles. A proximidade entre as residências dos agricultores dessa região do programa proporcionava a rápida divulgação, entre eles, da minha presença na localidade.

Momentos como este me fazem lembrar Comeford (2003) ao abordar as dimensões da vida em localidades rurais, que pontua as marcas da entrada de um estranho nestas áreas, através de pressupostos de aspectos específicos como o princípio do parentesco²⁰, expresso, por exemplo, na típica pergunta se é morador do lugar ou parente de

²⁰ Comeford (2003) nos chama atenção neste aspecto que existem aquelas categorias de pessoas que não são marcadas por esse princípio por serem agentes que circulam marcados por seu caráter oficial e/ou funcional,

morador do lugar, uma forma sutil de tentar saber “Quem é?” e “O que está indo fazer?”, que revelam o controle da circulação na localidade de modo informal, porém, muito eficaz. Segundo Comeford (2003: 31)

“[...] Não é só a partir da casa que se vigia os caminhos e estradas: também das roças, lavouras e pastos tudo se observa. As pessoas interrompem brevemente o trabalho e lançam olhares perscrutadores para verificar quem esta passando, identificar os carros e seus percursos, bem como conjecturar sobre as finalidades da presença das pessoas na localidade.

Esse controle sobre a movimentação nas estradas e a circulação das pessoas na direção das casas é apenas um aspecto do controle mais amplo exercido de maneira geral, não só sobre as incursões dos estranhos (que nesse caso é mais aberto e indiscreto), como também sobre as ações dos moradores, que são sempre objeto da observação dos outros moradores.”

Além das técnicas aqui apresentadas, utilizei dados obtidos em conversa informal com os agricultores (algumas vezes estendidas aos diversos membros da família), o que ajudou na interação entrevistador e entrevistado e propiciou conhecer mais sobre as relações sociais desenvolvidas pelas unidades domésticas.

Ainda com a utilização das técnicas aqui descritas não descartei a coleta de documentos como: a Proposta Definitiva do PROAMBIENTE, para o conhecimento das propostas do programa em sua estrutura e atividades; o Diagnóstico para Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Pólo Rio Capim (Novembro /2002 a janeiro/2003), para compreender a formação do programa em suas zonas e regiões no Pólo Capim; e os Diagnósticos individuais das Unidades de Produção familiar sistematizados pela FANEP, para identificação das famílias inseridas no programa, conhecimento prévio de suas atividades produtivas, localização e situação das propriedades e visando contribuir na elaboração do formulário e dos roteiros de entrevistas, uma vez que documento como estes podem propiciar um histórico útil das condições de ação de um grupo e análise dos eventos (BECKER,1994).

O trabalho em campo foi ao todo realizado em 10 meses, ente outubro de 2004 a Janeiro de 2006, sendo 2 meses em 2004 (outubro e novembro) e 8 meses entre 2005 a 2006 (em abril, maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro/2005 e janeiro 2006). Neste segundo período o trabalho de campo teve o apoio financeiro da Agência de Desenvolvimento da Amazônia através do Projeto “Estudos sobre Sistemas de Produção e inovação da Agricultura Familiar na Amazônia”, na temática “Organização Social para consolidação do PROAMBIENTE no Estado do Pará” apresentada na proposta de pesquisa da agência.

com finalidades definidas e de permanência limitada como compradores, funcionários do governo, padres, vendedores, políticos em época de campanha, mesmo que eles venham a criar uma intimidade com os círculos sociais do lugar.

3. PARA PENSAR PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO DO PROAMBIENTE: SOBRE A ESTRUTURA LOCAL DE DUAS REGIÕES DO PÓLO CAPIM.

Na verdade cada Zona do PROAMBIENTE acabou correspondendo a um município do Nordeste Paraense e a Zona Panela, constituída por quatro regiões (Figura 1, sendo duas delas o foco de análise deste trabalho: Região do Panela e do Candeuca.

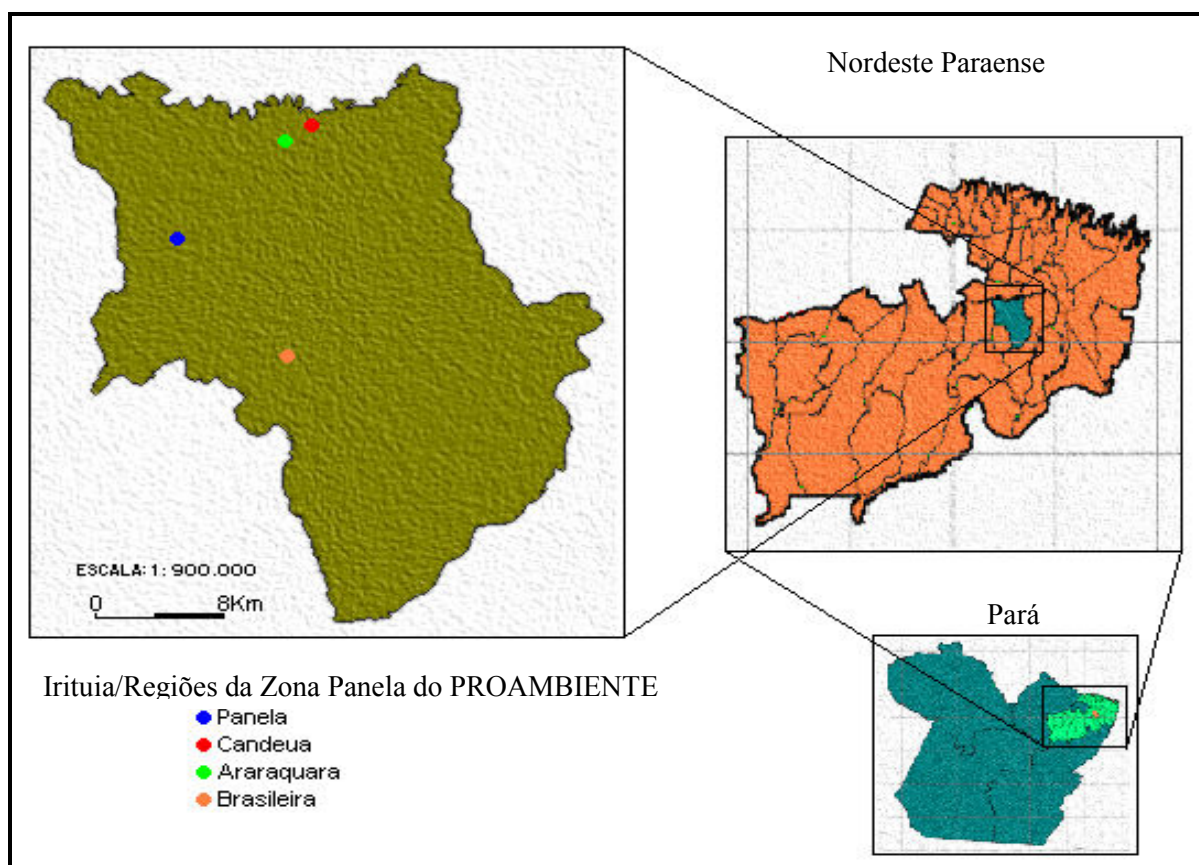


Figura 2 – Localização da Zona Panela do PROAMBIENTE, município de Irituia, no Nordeste Paraense e as regiões que compõem a Zona.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de mapas do Governo do Estado do Pará, e do Departamento de Sensoriamento Remoto da SECTAM

O Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Pólo Rio Capim (2002/2003) aponta pelos dados da SECTAM (1996), a partir das fotos do Satélite LANDSAT 1989, o Nordeste Paraense como a região mais desmatada, tendo 75% da cobertura vegetal primitiva já explorada e pelos dados da SUDAM (1991), 97,75% da cobertura vegetal primitiva do município de Irituia, não mais existentes.

O município que apresenta uma população de 30518 habitantes, 5826 são residentes na área urbana e 24692 residentes na área rural (IBGE, 2002) logo, 80,9% de sua população é rural. Desta população 109 agricultores estão inseridos no PROAMBIENTE,

através das quatro regiões da Zona Panela em Irituia, de um universo de 408 beneficiários no Pólo Capim²¹, entre os/as participantes do programa, a composição de gênero apresenta 357 homens, 85,20% e 62 mulheres, 14,80%.

Após a elaboração do Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Pólo Rio Capim, realizado em 2003, a Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense – FANEP²², entidade executora do Programa no Pólo contratada pelo CONGEP – Conselho Gestor do Pólo Capim e pela Gerência do PROAMBIENTE, passou a realizar os Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção do Pólo, que foram concluídos em dezembro de 2004, hoje o programa encontra-se na fase de sistematização dos Planos de Utilização das unidades de produção e discussão dos Acordos comunitários.

Os Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar inseridas no programa, contou com o trabalho de pesquisa dos TNMs – Técnicos de Nível Médio, da ATER do programa contratados pela FANEP e com a participação dos ACs – Agentes comunitários). Os ACs que devem, entre outras funções, estimular a participação comunitária na busca dos objetivos do PROAMBIENTE (PROAMBIENTE, 2003), comunicavam aos agricultores/as as datas de visita dos TNMs para a realização dos diagnósticos feitos através da aplicação de um roteiro de pesquisa, levantando dados referentes à propriedade (situação fundiária, acesso ao crédito), família (composição, escolaridade e ocupação dos membros), a relação entre o histórico da vida familiar e do sistema de produção (na diversidade de atividades por sexo e dos subsistemas das propriedades) (DIAGNÓSTICOS Individuais, 2004, dados não publicados).

²¹ Dos 408 beneficiários do PROAMBIENTE no Pólo Capim temos: 142 em Concórdia do Pará, 101 em São Domingos do Capim, 56 em Mãe do Rio e 109 em Irituia, segundo Cadastro Final do Pólo realizado pela FANEP concluído no final do ano de 2004. Ressalto que durante meus trabalhos de campo no 1º semestre de 2005, atualizei junto com os agentes do PROAMBIENTE a lista de inseridos no programa apenas nas regiões Panela e Candéua, Brasileira e Araraquara, em Irituia, obtendo os números aqui apresentados que diferem do número de beneficiários da FANEP se considerado o número de diagnósticos realizados, ou seja, o número inicial de cadastrados.

²² A FANEP identifica-se como uma ONG que trabalha com assistência técnica e extensão rural – ATER, em assentamentos rurais do Nordeste Paraense (comunicação pessoal obtida em conversas com técnicos da FANEP, contratados para trabalhar na ATER do PROAMBIENTE).

Sobre a participação das comunidades da Zona Panela temos:

Regiões	Comunidades envolvidas	Nº de famílias	Cadastro por Gênero		Agente Comunitário
			Masc	Fem	
Panela	01- Menino Jesus do Alto Murureteua	07	07	–	Zezinho
	02- Pinheiro	01	01	–	
	03- São Tomé Panela	06	05	01	
	04- São João do Murureteua	02	02	–	
	05- São Mateus do Jurujaia	02	02	–	
	06- Divino Espírito Santo	02	02	–	
	Total: 20	19	01		
Candeua	01- Candeua	29	20	09	Antônio José
	02- Igarapé da Igreja	01	01	–	
	Total: 30	21	09		
Araraquara	01- Araraquara	15	14	01	João Moura
	02- Puraquequara	08	08	–	
	03- Ajará	02	02	–	
	Total: 25	24	01		
Brasileira	01- São João Batista Jutai	09	07	02	João Brito
	02- São Francisco	01	01	–	
	03- Brasileira	03	03	–	
	04- Nazaré	01	01	–	
	05- Aparecida de Fátima	04	04	–	
	06- Perpétuo Socorro	04	04	–	
	07- Jesus Salvador	02	01	01	
	08- Santa Terezinha	04	04	–	
	09-Colônia do Borges	02	02	–	
	10- Mamorana	01	01	–	
	11- Timboteua	01	01	–	
	12- São Pedro Damião	01	01	–	
	13- Itabocal	01	01	–	
Total: 34	31	03			

Quadro 2 – Comunidades envolvidas no PROAMBIENTE na Zona Panela por região, número de famílias e cadastro por gênero.

Fonte: Dados agrupados pela autora a partir dos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004, dados não publicados, associado ao trabalho de campo, maio/2005.

A composição das 4 regiões do PROAMBIENTE não corresponde à mesma divisão utilizada geralmente pelos moradores mais antigos, que se reportam a um elemento mais específico do município como lugares mais antigos, os aspectos biofísicos ou da produção: pela formação das primeiras localidades, mais mata x menos mata, produz mais, ou melhor, farinha. Nesta divisão o município de Irituia é composto pelas regiões do Baixo Irituia, Alto Irituia, Estrada, Patrimônio e Itabocal, entretanto, hoje estas classificações não são aplicadas no cotidiano das pessoas que adotam as divisões regionais estabelecidas pelos trabalhos eclesiais da Igreja Católica, iniciados nos anos de 1970. Essa composição das regiões adotada pelos moradores, a partir da proposta da Igreja, também não é a mesma

utilizada na composição das regiões do PROAMBIENTE.

A composição da região, pela Igreja Católica, varia em função do número de famílias que deverão ser atendidas pelo coordenador regional, além do número de famílias, a distância entre as comunidades é também um fator considerado na composição das regiões²³.

Quanto ao significado de comunidades é comum às pessoas definirem como uma reunião de pessoas que fazem parte da religião católica, destacando os católicos como os moradores da comunidade e a região formada por um conjunto de comunidades sendo uma delas o núcleo da região. Este sentido de comunidade não foge a definição de comunidade encontrada na literatura sociológica como em Tönnies (1973: 97), que em um sentido geral diz “[...] *poder-se-á falar de uma comunidade que engloba toda uma humanidade, tal como o quer a Igreja.*”

Entretanto, o sentido de comunidade se torna flexível, por exemplo, quando se referem às atividades produtivas entre as unidades familiares nos trabalhos em grupo ou das associações locais, envolvendo assim, aqueles que não fazem parte da Igreja Católica como membros da comunidade. O sentido de comunidade passa então a ser redefinido pela relação de cooperação, assemelhando-se ainda ao que nos diz Tönnies (1973), ao empreender sua análise sobre comunidade e sociedade. O autor considera que o que há de principal numa forma de organização social, como a comunidade, é a cooperação entre os homens, sendo que a idéia de comunidade decorre da natureza das relações, que em particular se relaciona ao mundo rural e que por esta razão “[...] *sempre se valorizou a vida do campo, porque nela a comunidade é mais forte e mais viva entre os homens: a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável; a sociedade é somente passageira e aparente [...]*” (TÖNNIES: 98). Diz ainda Tönnies que a comunidade difere da caracterização e funcionamento da sociedade, fazendo a comunidade constituir-se pelo compromisso mútuo, baseado numa cultura homogênea, agregando os homens e fazendo com que estes se compreendam mutuamente, é neste sentido de cooperação que se referem os agricultores quando incluem aqueles que não congregam da mesma religião e por esta visão acerca do espaço rural é que a Igreja Católica vai encontrar condições para efetivar suas ações.

Percebemos que a criação de regiões e de comunidades, como aquelas aqui tratadas, não fugiu à ação da Igreja Católica no local, iniciada na década de 70. Mata (1992) em análise sobre a Igreja Católica na Amazônia, destaca o Encontro Inter-regional de

²³ Das lideranças comunitárias e coordenadores regionais das comunidades diocesanas com quem conversei não souberam precisar o número de regionais e as comunidades que as compõem, limitando-se a expressar que hoje muitas comunidades foram se acabando sendo hoje bem menos que na década de 1980.

Santarém em 1972, seguido do Encontro de Manaus em 1974, como momentos em que os bispos reorientam suas ações para a evangelização e enfrentamento da realidade, definindo diretrizes voltadas, entre outras, para formação de comunidades cristãs de base e agentes de pastoral, vejamos nos depoimentos a seguir o processo de criação das comunidades e como tal (re) organização da Igreja Católica, que trouxe para o contexto local uma outra forma de conceber o espaço, redefinindo as condições anteriormente estabelecidas pelos próprios moradores:

[...] porque o padre Melo foi o pivô de organizar mais comunidade, mas a comunidade já era existente, do São Raimundo, já era existente, não era mais irmandade, o padre Melo já então chegou aqui ampliou mais comunidade, porque isso tudo era núcleo, só núcleo da comunidade do Nove, antes do padre Melo, aí o padre Melo chegou e organizou já os núcleo pra comunidade, aí com isso aí cada um tinha sua direção própria, antigamente quando era núcleo só tinha uma pessoa pra coordenar o núcleo, mas pra levar pra lá, dia de domingo ele tinha responsabilidade de tá com o pessoal pra levar pra lá pra igreja. Quando ficou comunidade aí cada um já passou a celebrar na sua, no seu próprio lugar (...) A questão do padre Melo era uma questão de formação, fazia aquele grupo, ajudava a formar, levava pra lá pra paróquia, dava curso, aí o pessoal vinha preparado pra dirigir, aí ficava dirigindo a comunidade, era uma oportunidade que ele ganhava, né, porque lá no centro da região ele não tinha essa oportunidade de ser dirigente, de nada porque tava lá o dirigente que faziam tudo, e eles iam pra lá só pra olhar, aí como criou aqui, quer dizer, lá tinha uma equipe de dirigente mas aqui tinha uma outra já (RMR, comunidade do Panela, Setembro, 2005).

[...] quando o padre Melo, veio foi cum ele, que surgiu a comunidade, de chamar de comunidade, que antes disso quem vinha dizer a missa aqui era o padre Ângelo, Ângelo de Bernado, São Miguel do Guamá ele, aí ele vinha e dizia formem comunidade, formem comunidade, mas ele num i explicava cumu fazer esta comunidade né, até qui um dia o professor Julião ainda brigou cum ele: “ – O senhor diz pra nós fazer comunidade mas num i explica cumu, você sabi mas nós num sabi, né.” É que ai ele ainda brinco cum ele, diga assim: “– Quero vê se nós lhe mandar fazer um tipiti se você sabe o que é tipiti, então você sabe o que é comunidade”. Mas ele num sabe, ele nunca i explicô né. Aí o padre Melo veio, já que passô aqui a paróquia pra ser de Irituia que era de São Miguel do Guamá, esse Baixo aqui tudu quem dizia a missa era padre de São Miguel do Guamá num era de Irituia não. Aí o padre Melo que furmô as comunidade (JLM, da Comunidade do Candeuva realizada em Outubro de 2005).

Os agricultores também citam o padre Luiz Carrá, mas num momento posterior, destacando-o pelos seus trabalhos em outra linha de atuação, influenciando os agricultores

para uma ação política a nível municipal, principalmente na retomada do sindicato na década de 1980. A luta pela retomada do sindicato culminou com o desmembramento do sindicato que na época era instalado no município de Mãe do Rio e apenas com uma delegacia sindical em Irituia. A diferença de trabalho dos dois padres é sempre ressaltada pelas lideranças locais com quem conversei, principalmente quando contam as histórias de organização política dos trabalhadores, lideranças estas que eram simultaneamente do sindicato e das ações da Igreja Católica nas comunidades até então formadas no município e que se encontram hoje inseridas no PROAMBIENTE.

A igreja, nós não vivia em Igreja, aí lá por volta de 81 chegou aqui no nosso município o padre Melo, aí veio as comunidade tudinho, aí nós perguntava pra ele, pra que é mesmo a comunidade, ele dizia “– Pra nada. Só pra rezar”. Aí depois que ele organizou tudo aí ele mandou o Carrá, o Padre Luiz Carrá, não sei se é de seu conhecimento (...). Aí ele veio já cobrando o trabalho, disse “– Olha, vocês já tá organizado o trabalho em comunidade, agora nós vamos se organizar pra tomar o sindicato da mão dos caba porque é um armamento forte, o sindicato é um armamento que num tá na mão dos trabalhadores” (...). Aí organizou nós tudinho, aí nós tinha as pastorais né nas comunidade, tudo, naquele tempo todo mundo se envolveu né, todo mundo falava uma língua só. E aí agente partiu pra luta e nós fizemos eleição e nos ganhemo o sindicato, ganhemo por 2500 voto contra 550 do ôtro lado. (DTS, comunidade de São Mateus do Jurujaia, região Panela do PROAMBIENTE, Outubro, 2005).

A essa (re)estruturação das formas de organização social já existentes, identifico como uma “imposta formação”, caracteriza por Neves (2003) como um processo de institucionalização de formas de organização, enquadrando aqueles que tiveram os recursos institucionais negados, segundo a concepção de usuário ou beneficiário, sendo então organizados em relações relativamente formais, como convêm ao ideário de integração dos carentes, dos marginalizados. Esta “imposta formação” encontra na atitude de responsabilidade e participação da Igreja, condições para se instalar na malha social do país, particularmente, no meio rural, levando a Igreja Católica a ter os conflitos agrários no Brasil como tema relevante nas relações entre instituições religiosas e os aparelhos do Estado e a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil como organismo deliberativo a garantir a inserção das autoridades eclesiásticas na temática (ALMEIDA, 1993).

Além da Igreja Católica havia no município as assessorias eventuais pela FASE aos agricultores, na perspectiva da criação de condições para “a quebra do peleguismo” no STR, com cursos e treinamentos para as lideranças dos trabalhadores rurais e até mesmo com

assessoria no processo eleitoral.²⁴

Das quatro regiões da Zona Panela, duas delas, Candeua e Panela, são constituídas em sua maioria por moradores nativos da região, portanto, os agricultores/as inseridos no programa atingiram as populações locais, neste caso, a maioria sendo aqueles que herdaram suas propriedades de seus ascendentes com origem da mistura de negros, portugueses e dos índios. Uma agricultora com quem conversei citou os índios tupi e potiguá na formação da população da região do Patrimônio, uma região de quilombolas, que também é apontada como uma das mais antigas do município de onde houve pessoas que se candidataram ao programa, mas nenhuma família incluída.

No que se refere às outras duas regiões da Zona Panela, a região Brasileira do PROAMBIENTE tem o maior número de famílias, 35 e de comunidades, conforme quadro 1, mas a região Brasileira, organizada pela Igreja Católica é composta por mais 3 comunidades além de Brasileira, são elas: Aparecida de Fátima, Jesus Salvador e Apuí, nesta última não há famílias incluídas no Programa. Portanto, a região Brasileira do PROAMBIENTE é mais uma região que não adotou a lógica de organização da Igreja Católica. Embora, esta região apresente o maior número de comunidades e famílias, o número de mulheres é menor que na região Panela, para a escolha das regiões da pesquisa esta situação, bem como a distância entre as famílias foi considerada como um fator limitante em função do tempo, orçamento e dificuldade de deslocamento²⁵.

Da mesma forma, a região Araraquara do PROAMBIENTE também não seguiu a composição de região, segundo a lógica da Igreja Católica onde o programa atingiu 29 famílias de 3 comunidades: Araraquara, Puraquequara e Santa Maria do Ajará (apenas no Ajará existe uma Igreja da Assembléia de Deus) entretanto, pela organização da Igreja a região é composta por mais 3 comunidades: Santa Terezinha, Maximiano e São João, sendo Puraquequara o núcleo da região, denominada pela Igreja Católica de Região do Puraquequara.

Das comunidades inseridas no PROAMBIENTE nas regiões estudadas da Zona Panela, vale ressaltar que em alguns casos as famílias têm propriedade em uma localidade e residem em outra, neste aspecto, constatei que o número de comunidades incluídas no

²⁴ Este trabalho da FASE-Capanema no município de Irituia era uma de suas ações e que fazia parte do programa de Educação Popular da equipe resultado de sua própria mudança de uma fase assistencialista para organização social, participando do processo de retomada dos STR com assessoria as FETAGRI's (PERSPECTIVAS TRIENAL 90-92-FASE/Capanema, Agosto, 1988).

²⁵ Na ocasião da pesquisa exploratória para escolha das regiões da pesquisa conversei com o agente comunitário da região Brasileira do PROAMBIENTE acerca do distanciamento entre as unidades familiares inseridas no programa onde o mesmo admitiu que seria uma dificuldade a enfrentar no acompanhamento dessas unidades.

programa será menor ao considerar como inclusão as áreas de plantio e não o local de moradia do agricultor²⁶. A exemplo, é o que ocorre na região Panela do PROAMBIENTE quando tive a oportunidade de conferir junto aos agentes do programa as informações contidas nos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção e ao verificar a localização dos terrenos das famílias participantes do programa, foi possível ter exatamente as comunidades atingidas pelo programa (conforme demonstrado no quadro 2).

3.1 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE COMUNIDADES DE DUAS REGIÕES DO PROGRAMA: DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS ESTRUTURAIS

3.1.1 A região Panela

A região Panela do PROAMBIENTE está situada na Região da Estrada. O acesso, a maior parte das comunidades que compõem esta região, se dá com entrada, pela Estrada da Betel, próxima ao Km 10 da rodovia BR 010 (Figura 3), localizada entre o município de São Miguel do Guamá e a cidade de Irituia. As comunidades que compõem a região Panela ficam a uma distância de um pouco mais de 14 Km da sede do município.

²⁶ Ao considerar onde está localizado o terreno e não o local de moradia das famílias inseridas no programa parto do entendimento de que muitas das vezes é no espaço onde está localizado o seu terreno que os agricultores desenvolvem suas aprendizagens e relações como os outros agricultores. Alguns depoimentos dos próprios agricultores me levaram a considerar este aspecto quando relatavam que se envolviam mais com as famílias das proximidades do espaço onde desenvolve suas atividades produtivas, com quem costumam trocar idéias e até a participar de trabalhos de grupo ou das associações existentes nestas áreas. O que também não implica em uma regra geral, pois também há aqueles que residem em uma dada comunidade, tem seu terreno localizado em uma outra e se relacionam com os moradores de uma terceira comunidade.

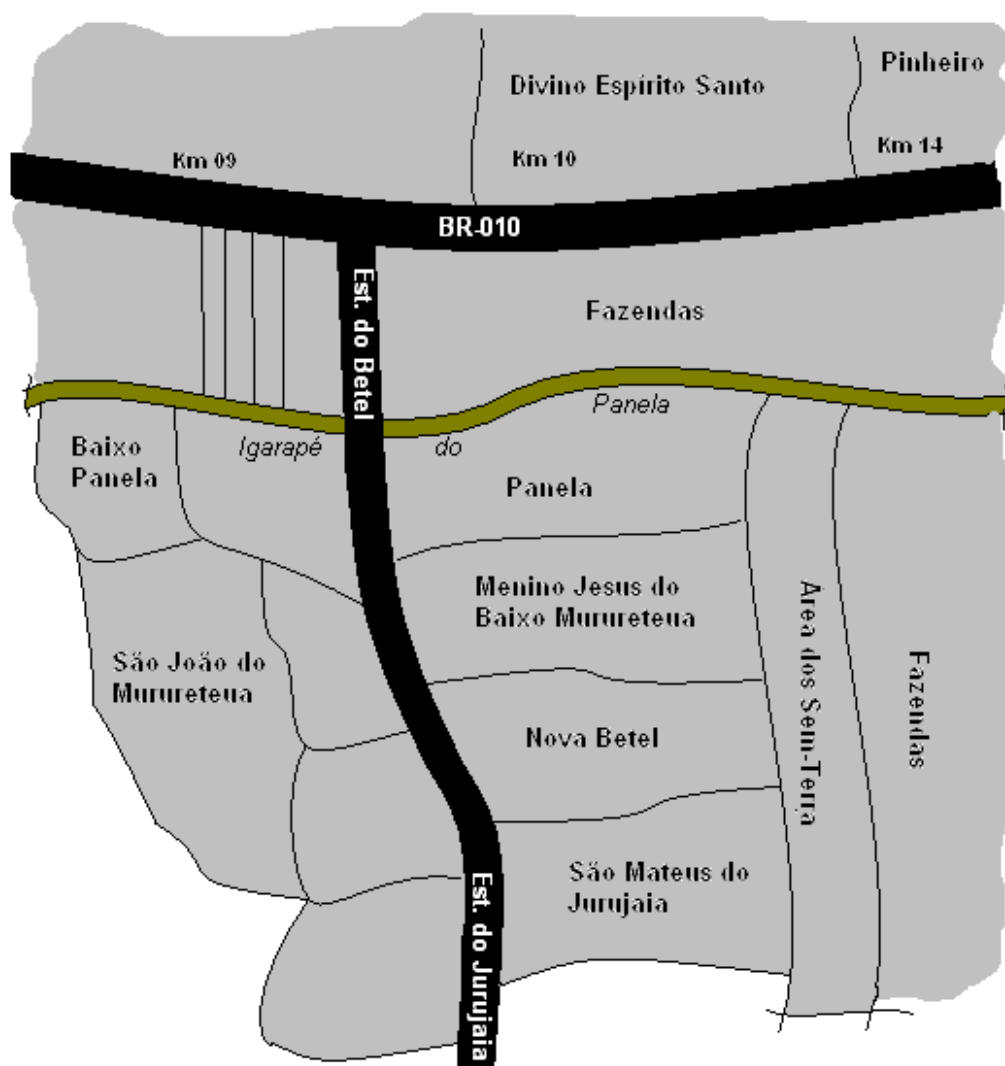


Figura 3 – Croqui da Região Panela do PROAMBIENTE.

A Comunidade de Nova Betel que aparece na figura acima é um dos casos onde o participante do PROAMBIENTE da região reside em uma comunidade e tem sua propriedade localizada em outra (neste caso a família reside em Nova Betel, mas tem sua propriedade em São Mateus do Jurujaia). A formação de localidades a partir da descendência de escravos libertos aparece, por exemplo, no seguinte relato quando o entrevistado, um antigo morador discorre como teria começado o processo de formação dos primeiros povoados da região Estrada, constituindo-se inicialmente pelo Baixo Panela (ver figura 3). Esta área é ainda hoje habitada pelos Trocato. Trocato se refere a uma família-nome²⁷ que neste caso é reconhecida como os antigos no lugar. Esta área está localizada às proximidades da Comunidade de São João do Murureteua, mas apenas desta comunidade tem famílias inseridas no PROAMBIENTE.

²⁷ Segundo Comerford (2003) família-nome pode indicar vários sentidos: os mais numerosos, com mais prestígio, mais controle político, mais ricas, e antigas no lugar.

Olha essa castanheira aqui já fica dentro de um terreno que um trabalhador, um preto trabalhador, era escravo do finado Manuel Rufino, ele pediu um pedaço de terra que ele tinha arrumado uma mulher né, o nome dele era Manuel Trocato, quando ele já era escravo liberto, aí ele pediu pra esse velho Manuel Rufino né ... assim eu via contar aí os mais velho né, “ – Tu tira um pedaço pra ti e vai trabalhar aí”. E era muito mato né (RMR, Comunidade do Panela, Set/ 2005).

Quando perguntava sobre o número de famílias que vivem na comunidade, as respostas dos informantes geralmente incluíam na contabilidade as famílias nucleares²⁸, se referindo a todas as famílias, de forma que as comunidades desta região do programa apresentam sua população composta de no mínimo 14 famílias e no máximo 19.

Embora não tenha levantado o número de componentes das famílias de cada comunidade inserida no programa da região Panela, pelos dados dos Diagnósticos Individuais, consegui identificar que das 20 famílias inseridas no programa temos a seguinte composição:

Famílias	Composição das famílias
2	Solteiro e sem filhos
1	Apenas o casal
1	1 dependente
1	2 dependentes
3	3 dependentes
6	4 dependentes
3	5 dependentes
3	6 dependentes

Quadro 3 – Composição das famílias da região Panela do PROAMBIENTE

Fonte: Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Rio Capim, realizados pela FANEP, em 2004 (dados não publicados).

Os dados do quadro 3 demonstram que 40% das famílias inseridas no programa apresentam uma composição com menos de 4 dependentes (incluindo solteiro e famílias

²⁸ Portanto, a contabilidade se refere a todas as famílias da localidade diferentemente de famílias-nomes, segundo Comerford (2003) o que não implica no sentido de que todos se reconhecem como parente, mas se aproximando da definição de TÖNNIES (1973), sendo o equivalente a comunitários no sentido de natureza homogênea, pelo caráter e as maneiras de pensar da mesma natureza, além do compromisso mútuo originado de uma partilha das alegrias e sofrimentos.

compostas apenas pelo casal). Segundo Duhran (1978) nas famílias pobres ou pouco numerosas ou quando os filhos são pequenos, o cuidado da roça exige a quase totalidade dos esforços dos membros adultos do grupo, inclusive da mãe, o que não é o caso das famílias do Proambiente da região Panela, pois 60% das famílias inseridas no Programa, em sua maioria apresentam uma composição com dependentes (sendo estes filhos ou netos) maiores de 12 anos, na verdade até mesmo entre os 40% de famílias com até 3 dependentes, há casos de famílias com maiores de 12 anos em sua composição. Se considerarmos as gerações presentes nas famílias participantes do programa, isso pode significar uma possibilidade de mudanças nas atuais praticas da agricultura familiar e continuidade das propostas apresentadas conforme a intenção do programa.

Pelo levantamento das famílias inseridas no programa, a partir dos diagnósticos individuais, podemos considerar que a maioria dos moradores já residia no município, e que ainda hoje há uma predominância da população de nativos com origem na região do Rio Capim, refiro-me além de Irituia, ao município de São Miguel do Guamá (Gráfico 1):

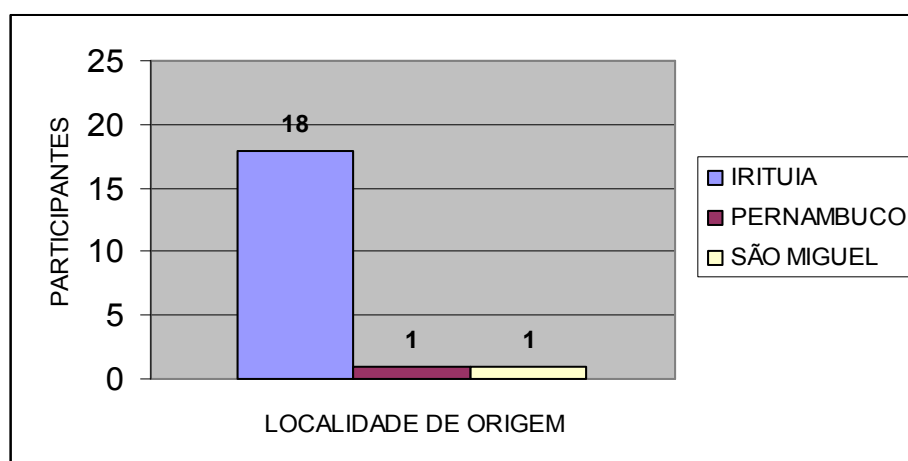


Gráfico 1 – Origem dos participantes da Região Panela do PROAMBIENTE.

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004 (dados não publicados).

Por outro lado, os diagnósticos individuais apontam que 60% das famílias da região Panela do PROAMBIENTE ocupam o local desde a década de 90, período em que houve a divisão dos lotes, demarcado pela iniciativa dos descendentes, antigos proprietários, diante do aumento do latifúndio conforme sugere o depoimento seguinte:

Aí uma Velha chamada Santinha vendeu um pedaço pro velho Mário, esse aqui que era da Propira né, aí quando foram tirar o pico aí já

passou muito abaixo de onde nós mora, a casa donde nós morava ficô já dentro do terreno da Propira, Fazenda Propira que agora já é Estrela Dalva. Aí, ela pegô grana né, pra fazer isso, porque o pico tinha né, era mais pra lá o terreno, porque tinha vendido um pedaço né, quando foram cortar a terra ela disse que não era mais por ali (RMR, Comunidade do Panela, Setembro, 2005).

Situação como esta contribuiu para uma reconfiguração social da localidade com a entrada de novas famílias, que identifico pelas famílias-nomes, existentes antes e depois da divisão dos lotes, que aparecem relatadas na formação da localidade, onde podemos caracterizar, antes da divisão, como um território de parentesco (COMERFORD, 2003):

Aí através do sindicato e a gente foi, nós ajudamo, no caso foi que conseguimos, cortar e retalhar esse aqui e cada qual no seu lotezinho (...). A gente já morava tudo por aqui né, só que não era organizado (...). Agora através dessa organização que nós fizemos veio outras família de fora (refere-se a família nome dos Reis) por exemplo, veio o N, que o N já não é não, é da nossa família é dos Gonzaga (...). Mas além disso veio outras, veio gente do 14 (Km 14), veio entrando aí, hoje tem o L que não é daqui é pernambucano, que mora, mora não, tem um terreno aí também (RMR, Comunidade do Panela, Set. 2005).

Entretanto, anterior a esse processo de divisão, as localidades próximas à denominada região da Estrada tem sua formação marcada pela movimentação populacional em decorrência da construção da Rodovia Belém-Brasília, que trouxe para a região uma população que não fazia parte das relações de parentesco e muito menos a partir deste tipo de relação através, por exemplo, de alianças de casamento. Vejamos o diálogo seguinte:

P: Quem é de fora tem um terreno porque casou com alguém que é daqui ou comprou de alguém?

E: Não, geralmente já comprou de alguém.

P: E esse povo que é de fora, de onde eles vieram ?

E. (...) Muitos vieram pra cá com aquela construção da estrada Belém-Brasília, aí já moravam no 14 (Km 14), como conseguiu essa organização aqui eles compraram terra de alguém, e aí tem outros aí que já compraram terra.

(...) O único período que entrou gente nova foi no período da questão das terra que a gente começou a organizar, entrou o L. entro, cumpadre N. que não era daqui era lá do Ajará, o B, o S, nesse período que a gente dividiu (RMR, Comunidade do Panela, Set. 2005).

No que se refere ao tamanho das propriedades das comunidades da região Panela, tomando como referência as propriedades das famílias inseridas no programa, geralmente variam de 4 a 25 ha (gráfico 2).

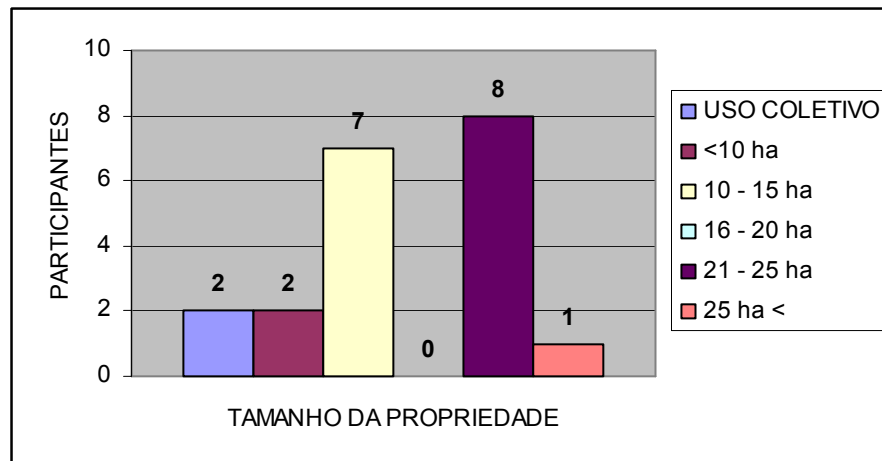


Gráfico 2 – Tamanho das propriedades das unidades familiares da Região Panela do PROAMBIENTE

Fonte: Dados agrupados pela autora a partir dos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004 (dados não publicados), associado ao trabalho de campo, 2º semestre/2005.

Embora na divisão o tamanho dos lotes tenha sido estabelecido de 10,5 ha, hoje existem propriedades maiores, o que se deu em decorrência da venda de lotes por algumas famílias dos próprios descendentes que adquiriram durante a partilha, provavelmente, pela falta de condições para a produção nos lotes levando as famílias a contraírem dívidas pelas dificuldades enfrentadas para sua manutenção, como nos sugere o diálogo seguinte. A venda dos lotes levou, não apenas a uma diferenciação entre as famílias quanto ao tamanho das propriedades, mas também ao aumento das fazendas em torno das comunidades da região:

E: (...) teve gente que não comprou, o B o S Porque teve gente daqui que não quiseram, eles não quiseram ..., era, as famílias mesmo nossa daqui elas não quiseram, que era muito longe pra cá, muito longe pra trabalhar (risos), e aí os que eram lá de fora ...

P: De lá de fora de onde?

E: Olha o B era da Santa Rosa do Patrimônio, no Itabocal, no Itabocal que chamam né?

P: E os outros?

E: O B veio de lá o S também, os outros que já vieram entrando foi por conta de compra né ... , tem uma população acolá, ...esses todo que entraram já é comprando por aí. Os do 09 (KM 09) que ganharam, já deram tudo pros outro, já tá tudo em fazenda aí.

P: Venderam?

E: Olha dos primeiro que num venderam foi nós qui, o papai, o L, o B, tem eu, o M (...). Antes era outras pessoas, era tudo terreninho mas hoje já tem fazenda, por exemplo, tu chegava aí comprava o dele, comprava o meu, comprava outro aí se formava fazenda (...)

(...) os companheiro deram pro D que tinha um terreninho aqui, daí ele tinha condições melhores né, porque ele tinha um comércio, aí vendia

uma coisa e não pagavam aí ele tomava o terreno, quer dizer eles entregavam o terreno. (...) e o D foi e vendeu, pro fazendero, isso depois da divisão, (...). Eu sei que aí ele compro uns quatro a cinco terreno e vendeu (CMR, Comunidade do Panela, Setembro, 2005).

Um outro aspecto do gráfico que nos chamou atenção, diz respeito às estruturas locais das comunidades envolvidas no programa na região Panela, é o fato de que entre as comunidades da região Panela existe uma que ainda apresenta o sistema de uso coletivo da terra pelos agricultores, é a comunidade de São João do Murureteua, com a participação de duas famílias no programa, o que não significa ser uma relação harmoniosa, mas de conflitos fazendo com que pessoas e famílias circulem em busca de terras maiores e melhores que permita reacomodar e agrupar os membros da família:

Aquele pessoal ali do Deyde tudo moravam lá, nascido e criado lá, olha o Deyde, O Timbó, a D. Raimunda, a Dona Champa, tudo moravam lá agora eles tão morando lá praquele lugar, lá pra Boa viagem, depois que o velho que dizia que ele era o dono (um dos antigos moradores), que eles quíriam fazer uma roça iam plantar, ele chegava lá imbargava, não plantavam, tomava a roça deles lá, aí eles pegaram foram se aborrecendo por aquilo, eles diziam que eles não tinham direito, não precuraram o direito deles, eles pegaram acharam melhor sair, saíram essas família de lá (DTS, Comunidade do São João do Murureteua, Novembro, 2005).

Além dos conflitos entre parentes e vizinhos da própria localidade outras questões, de ordem estrutural, que perpassam pela questão fundiária e pelo receio do desemprego enfrentado pelos agricultores quando ficam sem terra, faz com que os moradores continuem no sistema de uso coletivo da terra, sob a orientação de lideranças locais, como podemos verificar no depoimento seguinte:

(...) essa área de terra aqui, o INCRA veio aqui e ele fez a base e disse o seguinte: “– Olha é o seguinte, seu D, se eu dividir essa terra aqui entre essa 13 família...”, vai, porque o terreno é aqui é 250 metro assim de largura, e agora é 2 600 metro de cumprimento, ele é grande ele é cumprido, aí ele disse: “olha se eu dividir depois, se nós dividir, vocês são 13 família, aí vai tocar, vai tocar só o cumprimento, agora vai ficar estreito pra vocês, vai ficar estreitinho”. Ai é o seguinte, aí vai dar mais problema, porque é o seguinte, depois que tiver tudo toradinho, cada um no seu, muitos vão querer vender, aí vende um pedacinho pro fazendeiro né, o fazendeiro compra, aí o fazendeiro manda fazer uma juqueira, broca, bota um gado lá aí começa a vim pra roça sua, aí vocês já não vai achando bom, né aí você se aborrece por aquilo e vende outro tanto pra ele, aí quando pensar ele compra tudinho a terra, aí todo mundo vai pra cidade sofrer, desempregado e tudo que tá né.

P: Isso quem falou foi quem?

E: Eu que disse pro INCRA, né. Ai o INCRA disse você tá pensando

bem (DTS, Comunidade de São João do Murureteua, Novembro, 2005).

As comunidades da região Panela do PROAMBIENTE se diferenciam das demais regiões do programa, não apenas nos aspectos biofísicos (tratarei mais adiante) mas também, nas condições sociais. É uma área de difícil acesso (estrada de chão), como meio de transporte os moradores utilizam predominantemente moto e bicicleta e, algumas vezes, o ônibus escolar quando disponibilizado para os estudantes ou conforme a boa vontade do motorista da condução, contratado pela prefeitura de Irituia, inclusive em algumas épocas do ano o acesso às comunidades se dá a pé ou de bicicleta. Comunidades mais distantes como Nova Betel e São Mateus Jurujaia, onde a estrada apresenta diversos trechos acidentados com pequenas erosões, os estudantes devem caminhar vários quilômetros até o ponto do ônibus escolar, que os conduzem até as escolas da 5ª série ao Ensino Médio, na cidade de Irituia. Nesta região, em cada comunidade há escola de ensino fundamental somente até a 4ª série, algumas delas na estrutura em madeira (Figuras 4 e 5).



Figura 4 – Barracão da escola na Comunidade S. João do Murureteua, Zona Panela do PROAMBIENTE.
Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.



Figura 5 – Escola na Comunidade Panela, Zona Panela do PROAMBIENTE.
Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

As comunidades desta região do Programa, não contam com sistema de energia elétrica e utilizam, em sua maioria, água de Igarapés e de fontes d'água (Figura 6 e 7), neste

caso a água é para lavar roupas, louça, banho e também para o tratamento de seus alimentos e para o consumo das famílias e dos animais domésticos. As residências geralmente não apresentam fossa séptica, com sanitários em madeira e fora da casa.



Figura 6 – Fonte d'água utilizada por Mulheres, crianças e animais domésticos localizada nas proximidades de suas residências (Comunidade do Panela/Irituia).
Fonte Elizabeth Raiol em 2005



Figura 7 – Mesma fonte d'água utilizada por animais domésticos. (Comunidade do Panela/Irituia).

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Na saúde, contam apenas com um posto médico localizado à beira da Rodovia Belém Brasília, no Km 09 (Figura 8) (uma das poucas localidades que tem sistema de energia elétrica e água encanada nas residências) e com as raras orientações do agente de saúde, por esta razão preferem procurar pelo atendimento médico na cidade de Irituia ou mesmo em Castanhal, dependendo do caso.



Figura 8 – Posto Médico no Km 09, que serve as famílias da região da Estrada.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

A maior parte das casas (Figura 9) desta região do Programa são pequenas (em média com 3 cômodos, geralmente, apresentam uma sala, um quarto e uma cozinha, o quarto acomodando geralmente o casal e os filhos pequenos), construídas de tábua, madeira serrada, cobertas com telhas de barro ou cobertas de palha.



Figura 9 – Residência da Comunidade do Panela/ Irituia

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Em alguns aspectos estruturais, a região Panela do PROAMBIENTE assemelha-se a realidade da Região Candeua. Entretanto, procurei fazer a contraposição entre as regularidades a partir de dados quantitativos e, também, qualitativos, visando demonstrar as discrepâncias entre as comunidades conforme verificaremos a seguir.

3.1.2 A região Candeuca

A região Candeuca do PROAMBIENTE está localizada bem mais distante da cidade de Irituia, do que a região Panela e, o acesso a esta região do programa, se dá de duas maneiras: pela estrada, através da estrada São José, facilitando o acesso não apenas a Candeuca como também a diversas localidades vizinhas, ou pela estrada da Areia Branca, com uma distância da cidade de Irituia de aproximadamente 18 Km. Por este percurso, os moradores costumam caminhar, fazer uso de moto ou bicicleta, se dirigindo à comunidade de Puraquequara, que fica distante de Candeuca aproximadamente a 7 Km, lá utilizam o ônibus escolar que transporta os alunos do ensino médio, residentes das comunidades localizadas ao longo da estrada da Areia Branca até Irituia; a segunda maneira de acesso e mais utilizada pelos moradores, é pelo rio Guamá. Para este percurso os agricultores e seus filhos, alunos também do ensino médio, se dirigem até o porto de Itacuruçá, que fica a quase 3 Km da comunidade do Candeuca, lá utilizam um barco que costuma transportar os alunos do ensino médio até a cidade de São Miguel do Guamá (Candeuca é uma das poucas comunidades da região do Baixo Irituia que tem escola de ensino fundamental completo e concluída em novembro/2005 e com novas salas de aula para incluir na comunidade o ensino médio), ou atravessam de canoa ou de balsa para o outro lado do rio Ajará, que fica em São Miguel e seguem pela estrada até esta cidade.

Como as comunidades da região Panela a história da Comunidade Candeuca também é associada ao fim da escravatura, mas um pouco diferente do processo que ocorreu naquela região. Contam os moradores que a ocupação de Candeuca deu-se com os negros que subiram o rio Guamá e passaram a morar às suas margens. Quando questionados sobre o processo de ocupação da área, alguns moradores fizeram referência à formação das “companhias”, um grupo de pessoas que trabalhavam juntas para abrir caminhos na mata, mas principalmente na realização dos roçados. *“A companhia era dos homens, eles faziam assim, começava no mês de setembro e terminava no mês dezembro, era de roçar e derrubar, tanto que queimava a roça aí acabava aquela companhia, faziam a festa”* (JLM, comunidade do Panela, Out. 2005).

A composição da região Candeuca do Proambiente é basicamente constituída por moradores da Comunidade do Candeuca (conforme verificamos no quadro 2 no cap. I), com 29 das 30 famílias inseridas no programa residentes da Comunidade do Candeuca, que hoje é composta por 40 famílias. Neste caso, também se trata das famílias nucleares consideradas pelos próprios moradores, que se referem às famílias-nomes apenas quando tratam da história

da comunidade, principalmente no processo de decisão da divisão dos lotes pelos herdeiros dos irmãos João Moura, Benedito Lourenço de Moura e Avelino Moura; e de outros dois irmãos, Joaquim Julião de Moura e Raimundo Julião de Moura. Esta divisão se deu entre 30 famílias, que na época residiam ou colocavam roça na comunidade, uma vez que um dos herdeiros não aceitou fazer parte da partilha entre os 30 (Figura 10).

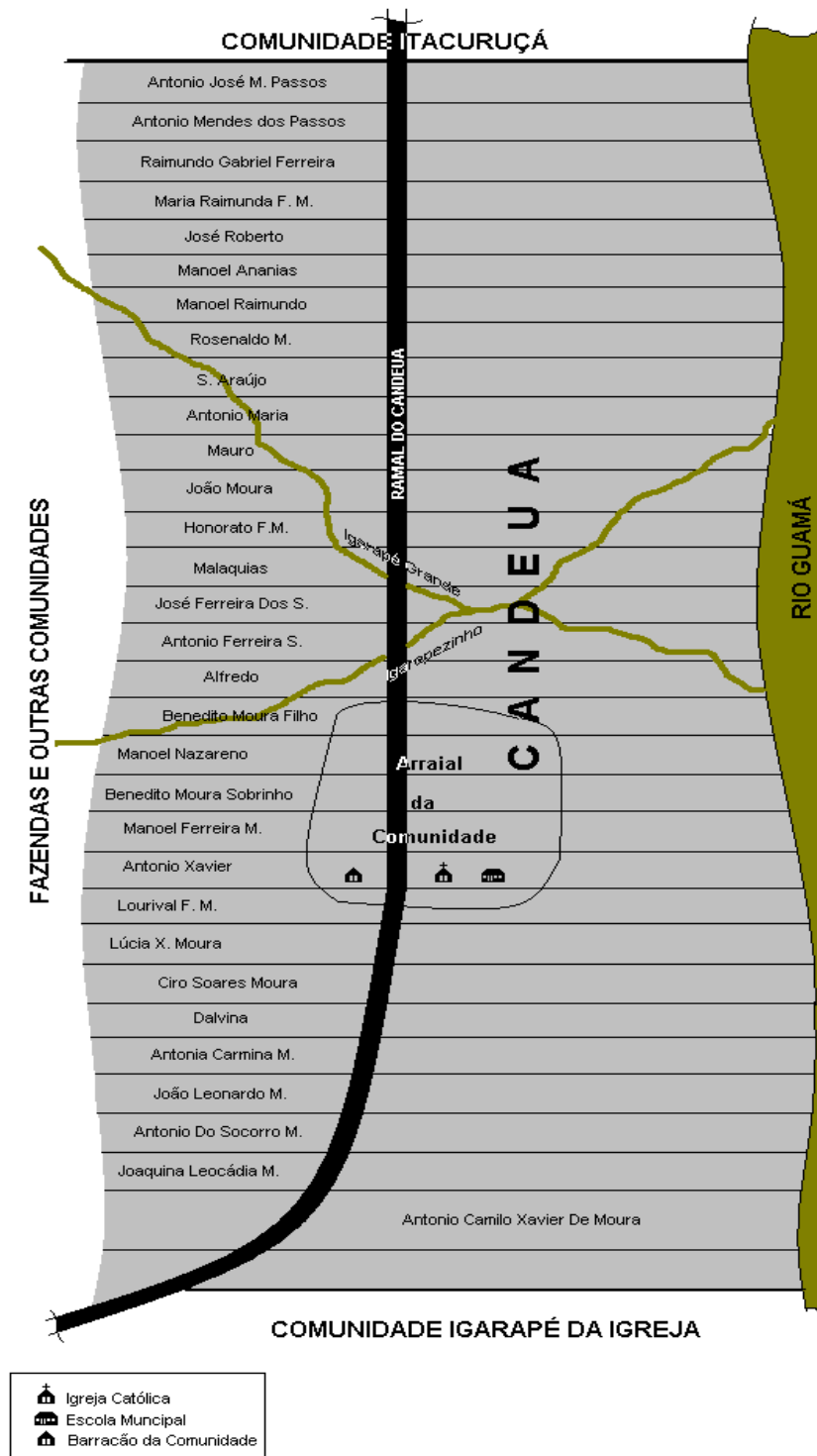


Figura 10 – Croqui da comunidade do Candeuva

Vejamos nos relatos seguintes um pouco da história da divisão dos lotes, que embora tenha ocorrido com uma certa concordância entre os herdeiros, inclusive com aquelas famílias que não eram seus parentes, mas que naquele momento trabalhavam na comunidade, não significou um processo harmonioso e que tenha contemplado todas as famílias que residiam e colocavam roça na comunidade:

P: E me diga como é que foi feita essa divisão?

E: Olha isso foi há uns 8 ano aí atrás, (...) Aí entramo em um acordo e resolvemo repartir a terra midindo né, midindo a terra tudinho e cortando, aqui acolá é de fulano e assim, aí veio o Incra. (...) foi assim, nós fizemo e reparamo, primero midindo e repartindo a terra, 35 braça pra cada um né, depois o INCRA veio cortar. Ta tudo cheio de piqueti aqui, na bêra do rio e aqui no centro, no rumo.

P: Mas foi dividido só entre as famílias que já moravam aqui?

E: Que já moravam aqui, quem tava fora mermo que fosse herdero daqui num ficava com terra, só quem tava morando, si num tivesse aqui, num ficava, foi assim que nós repartimo.

(...) aí se juntô um grupo, cada um de uma família pra fazer a reunião pra chamar o resto da comunidade, os irmão tudo, primo, pra fazer a reunião, pra fazer a divisão, mas isso tudo não foi uma nem duas reunião, todo mês tinha reunião pra falar desse assunto né (JLM, Comunidade do Candeuca, ao tratar da história da comunidade, Out. 2005).

E: Aí fizeram essa reunião aí pra divisão, pra repartir, né, que acharam que... cada um devia ter o seu, não tava bom assim, que todo mundo tinha que ter a sua parte, já fizeram essa reunião, nesse tempo era só a J. [refere-se a sua sogra, na época proprietária da residência] que morava aqui. Aí eles disseram que avisaram ela, ela não foi, nenhum dos filhos não foram e aí por isso pra lá repartiram o terreno numa boa. Agora eles dizem né, que foi porque ninguém foi na reunião. Então isso aí eles não deviam nem mexer com esse pedaço pra lá né [onde sua família tem roça], já que sabia que, gente que nunca morou aqui, que chegou do nada ganhou terreno e nós que já tava morando velho aqui, bem dizer, nascemo e se criemo aí num ganhemo terreno e aí fiquemo nessa luta, (...) continua tudo lá, nossa rocinha até agora não foram lá dizer pra nós mudar não.

(...)

P: Mas como deixam a senhora colocar roça a senhora ainda acha que não foi boa essa divisão?

E: Não, não foi bom porque mudou ... Não foi bom porque aí tem que dizer que a gente vai brocar, a gente tem que falar com o dono ... saber se pode ou se não pode e o açai desse ano, é pouco que deu, porque não era como antes que eu ia lá apanhava a hora e o dia que eu quisesse ... apanhava, vinha, amassava e bebia, agora não (MLM, Comunidade do Candeuca, não inserida no PROAMBIENTE e que não conseguiu um lote, Outubro, 2005).

Mas a divisão em lotes, entre as famílias do Candeuca, teve uma razão diferente da divisão dos lotes da Comunidade do Panela, expressos na busca por projetos de financiamento como o FNO Especial²⁹ para os pequenos agricultores ou mesmo por benefícios sociais como aposentadoria:

(...) fizemo já reforma agrária, aí nós mermo repartimo já a terra, (...) chamada de reforma agrária porque não tinha outro jeito, já tinha umas 25 família na época... ô 30, e trabalhando aí, nós achemo melhor repartir a terra, até porque nós tinha qui nós cadastrar essa terra pra nós poder se aposentar, que nós não tinha documento de terra né, qui graças a Deus qui nós deram nossa parte, nós cadastramo e serviu pra nós se aposentar qui agora já num vale mais porque quem tem terra de 90 pra cá, 95, já num dá carência né, qui eu tô com 60 ano e vim começar trabalhar em 90, tô com 6 ano de trabalho né (JLM, Comunidade do Candeuca, Out. 2005).

Das 30 famílias que receberam lotes a partir da divisão, 07 delas não foram inseridas no PROAMBIENTE, por razões diversas. Na época do cadastro para o programa, haviam aqueles que conseguiram um lote, entretanto, não estavam mais morando na comunidade ou trabalhando em seu terreno, ou trabalhando exclusivamente em outras atividades como o comércio, houve ainda aqueles que tiveram interesse, segundo o agente e alguns moradores da comunidade com quem conversei. Portanto, as 30 famílias foram completadas, por exemplo, pelos filhos dos agricultores, proprietários dos terrenos pela partilha, que na ocasião do cadastro haviam constituído família, se interessaram pelo programa e trabalhavam no terreno de seus pais, uma vez que não vem ocorrendo a venda de propriedades pelos ou entre os moradores como ocorreu na região do Panela após a divisão.

Pelos dados dos Diagnósticos Individuais, consegui identificar, na origem dos agricultores inseridos no PROAMBIENTE (gráfico 3), uma proporção que não foge ao perfil da origem dos agricultores da região Panela, exceto pelo fato de encontrar apenas paraenses entre os agricultores, inseridos no programa como também na própria comunidade.

²⁹ Informação verbal obtida em conversa informal com liderança da comunidade atuante do STR-Irituia e da Associação 24 de Junho Candeuca.

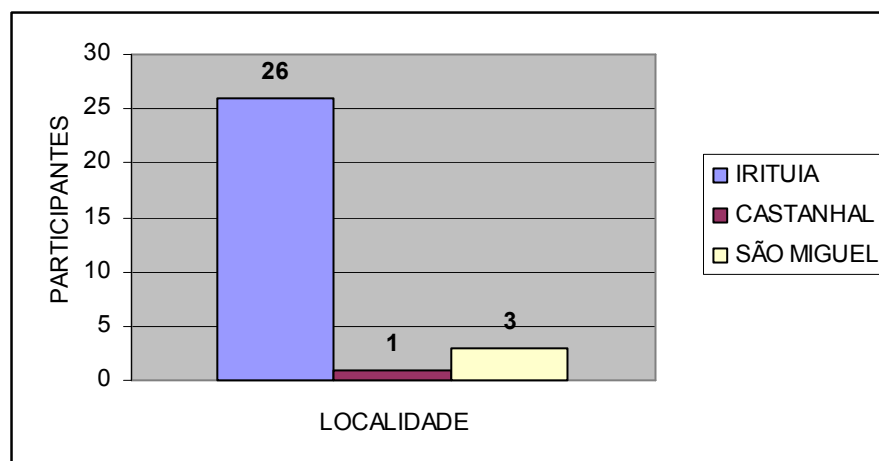


Gráfico 3 – Origem dos participantes da Região Candeua do PROAMBIENTE.

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004 (dados não publicados).

Por outro lado, o perfil referente à composição das 30 famílias inseridas no PROAMBIENTE, se diferencia bastante do perfil das famílias da região Panela onde temos:

Famílias	Composição das famílias
1	Apenas o casal
4	1 dependente
4	2 dependentes
9	3 dependentes
7	4 dependentes
3	5 dependentes
2	6 dependentes

Quadro 4 – Composição das famílias da região Candeua do PROAMBIENTE

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004 (dados não publicados).

Os dados do quadro 4 demonstram uma situação inversa à da região Panela pois 60% das famílias inseridas no programa apresentam uma composição com menos de 4 dependentes (incluindo famílias compostas apenas pelo casal). Entre estas famílias, a maioria apresenta uma composição com dependentes (sendo estes também filhos ou netos) menores

de 12 anos, o que nos leva a considerá-las em sua maioria como famílias jovens. Até mesmo entre os restantes 40% de famílias acima de 3 dependentes, quase na totalidade dessas famílias há dependentes menores de 12 anos.

No que se refere ao tamanho das propriedades das comunidades da região Candeua, a maioria dos agricultores inseridos no programa apresentam propriedades com 28 ha. Isso se explica pelas relações de parentesco, pois a área foi partilhada igualmente entre os parentes. Apenas dois agricultores da região Candeua do PROAMBIENTE destoam desse perfil, onde um apresenta sua propriedade com 76,5 ha (sendo este o único que reside e tem sua propriedade localizada na Comunidade do Igarapé Branco) e outro com 46,2 ha pela não concordância de divisão da propriedade por parte de um herdeiro, conforme o depoimento: *“Foi, é só um senhor, esse meu primo aí, vizinho, qui ele num quiz repartir a terra deli, ele ainda deu um pouco mas ficou mais pra ele ainda, era grande a terra dele, quiria tocar pra ele qui vinha até de herança do pai dele né?”* (JFM comunidade do Candeua, Outubro, 2005).

Ainda que a divisão dos lotes na comunidade não tenha representado um processo harmonioso, não implicou em saídas de família e muito menos resultando na entrada de novas, o momento de circulação de famílias que ocorreu nas proximidades não se deu pela busca de terras para melhorias de condições de vida e sim da “imposta formação” (Neves, 2003) pela Igreja Católica no contexto local, estabelecendo uma outra forma de conceber o espaço, modificando a forma existente decorrida das experiências vivenciadas pelos próprios moradores em suas organizações, conforme expressado no depoimento seguinte quando questionado sobre saídas ou entradas de famílias na localidade:

E: Olha teve, uma época já teve muito, teve uma vila ali, subindo aquela ladêra, tem uma casa grande ali de madeira, foi lá um arraiar, era. Acunteceu assim, que a comunidade daqui era muito grande, donde ia do Itacuruça na Ponja, que é um lugar que tem pra cá da Ponte. Aí era muito grande esse Clube de Mãe que eu já falei, abrangia todas essas mulher daí do Itacuruça, nós trabalhava assim de mutirão do Clube de Mães, nós ia trabalhar no Itacuruça, eles vinham trabalhar pra cá com nós e era assim. Quando o padre Melo surgiu aqui em Irituia de vigário repartiu a comunidade (MLM, Comunidade Candeua, Out. 2005).

Na comunidade, inexistente posto de saúde e eventualmente tem o auxílio do agente de saúde, contudo, contam com os trabalhos da pastoral da saúde com significativa participação dos moradores, particularmente das mulheres que também participam ativamente do Grupo de Mulheres existente na comunidade. Estas condições não impedem o agente comunitário, assim como os moradores/as da comunidade do Candeua, de sentirem

orgulhosos³⁰ das condições de infra-estrutura da comunidade, que a diferencia das outras comunidades vizinhas, devido ao fato de ter água encanada, energia elétrica, uma escola até a 8ª série e EJA – Educação de Jovens e Adultos (Figura 11) em fase de ampliação para inclusão do ensino médio. A maioria das casas está concentrada no arraial e são de alvenaria, devido à facilidade da compra de tijolos, fabricados em São Miguel, onde estão localizadas as fábricas de telhas e tijolos, com a exploração da matéria prima da cidade de Irituia. Também sentem orgulho em dizer que todos da comunidade são parentes.



Figura 11 – Comunidade do Candeuca, entre as condições de infra-estrutura, água encanada e energia elétrica.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Uma primeira comparação entre as comunidades da região Panela e a região Candeuca, no que diz respeito às condições de infra-estrutura, envolve a inexistência dos serviços de energia elétrica e o sistema de água encanada, como as principais queixas dos moradores das comunidades da região Panela, que embora estejam localizadas às proximidades da BR 010, sofrem com a ausência desses serviços. Uma das explicações veiculadas entre os moradores se ancora em razões políticas, pelo fato das comunidades não representarem um grande eleitorado que justifique os interesses dos políticos locais, em defender a implantação desses serviços à população dessa região.

³⁰ Este aspecto foi expresso principalmente por um grupo de mulheres durante uma conversa em que eu participava no quintal de um dos moradores da comunidade que está inserido no PROAMBIENTE.

3.2 PARA ALÉM DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A produção da farinha de mandioca ainda é a principal atividade econômica das famílias, em decorrência disso, seu cultivo constitui a maior parte da produção das roças³¹, mas a realidade era bem diferente antes da década de 1960, em particular antes da construção da Estrada Belém-Brasília, quando a farinha começou a ter preço:

E: Trabalhavam com roça, plantando arroz, feijão banana, mandioca. Mandioca naquele tempo (antes da construção da Estrada Belém-Brasília) não tinha muito valor, né eles faziam só pra comer e pra trocar com comida, assim, trocavam uma lata de farinha num quilo de pirarucu, num quilo de peixe, um panêro de caranguejo, que chamavam pêra, de primero né (JLM, Comunidade do Candeua, Outubro, 2005).

Tanto na região do Panela quanto em Candeua, a produção da farinha é realizada em precários barracões, abertos e cobertos de palha ou pela mistura de palha, telhas de barro, brasilit e/ou cavaco (Figura 12 e 13).



Figura 12 – Casa de farinha na Comunidade do Panela, à esquerda.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005



Figura 13 – Casa de farinha na Comunidade do Menino Jesus do Alto Murureteua, à direita.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

As casas de farinha funcionam ainda com rústicos equipamentos, como a máquina de moer mandioca, movida a força humana (Figura 14) ou com um motor a gasolina (Figura 15). Após a colheita uma parte da mandioca é depositada no leito do igarapé para o processo

³¹ Wagley (1957) e Martins (2001), a partir de uma perspectiva histórica denominam as roças como representante do tipo de agricultura de derruba e queima ou de pousio ou agricultura de coivara em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e colocam fogo incorporando dessa maneira nutrientes ao solo.

de fermentação (amolecimento), em seguida é descascada e conduzida para casa de farinha, outra parte é levada direto à casa de farinha onde é raspada, trabalho este que, na maioria das vezes, é feito pela mulher e em seguida cevada junto com o que vem mole do igarapé.



Figura 14 – Máquina de moer mandioca movida à força humana.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.



Figura 15 – Máquina de moer mandioca com motor movido à gasolina.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

O processo de produção da farinha conta com a participação de todos os membros da família, sendo que mulheres (Figura 16) também se dedicam, não apenas ao plantio e colheita da mandioca, como nas demais etapas da fabricação da farinha. Entre os equipamentos, a cesta cilíndrica chamada de tipiti (Figura 17), que extrai o suco da polpa da mandioca, ainda é usada. Após a extração do suco, o trabalho de passar a massa pela peneira, para separar as fibras e os grãos mais grossos, são atividades também realizadas na maioria das vezes pelas mulheres:



Figura 16 – Mulher peneirando a farinha da mandioca

Elizabeth Raiol em 2005.



Figura 17 – Mulher utilizando o tipiti para extração do tucupi

Elizabeth Raiol em 2005.

No caso das comunidades da região Panela do PRAMBIENTE, o produto é vendido nas feiras de Belém e conta com o transporte particular, um caminhão de um morador da vizinhança que transporta nas madrugadas de quintas-feiras, retornando às sextas-feiras. Esse caminhão, é a forma de transporte que circula regularmente até as comunidades de acesso pela estrada do Betel. Ele leva mercadoria dos agricultores, cobrando 5,00 reais por saca de farinha sob a responsabilidade de um dos moradores que, muitas das vezes, se torna responsável pela venda, não apenas do seu produto, como também, de familiares e vizinhos.

Já no caso dos agricultores de Candeuca, estes recorrem ao mesmo procedimento de deslocamento para a Cidade de São Miguel do Guamá, ou seja, através do Rio Guamá se dirigindo de Candeuca até o porto de Itacuruçá, de lá utilizam o barco que transporta durante a semana os alunos para as escolas em São Miguel do Guamá ou embarcações de comunidades vizinhas (Figura 18). Do porto seguem nas embarcações para São Miguel, onde vendem seus produtos e compram mercadorias para o consumo da família. Estas atividades são realizadas na madrugada dos sábados com os agricultores retornando para a comunidade nas mesmas embarcações após as doze horas do mesmo dia.



Figura 18 – Agricultores fazendo carregamento de farinha para venda em São Miguel do Guamá

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005

É comum nas duas regiões a roça ser constituída pelos cultivos da mandioca, associada com feijão e o milho, estes dois em menor quantidade. Em alguns casos, além do consumo são destinadas à venda. Como atividades secundárias, outros produtos que eram comuns entre os agricultores, como por exemplo, o arroz e banana, aparecem hoje com menor freqüência, em outros casos deixaram de ser cultivados pelas famílias, principalmente por aquelas que passaram a depender unicamente da produção da farinha. No caso das

comunidades do Panela, culturas permanentes como laranja, coco e abacaxi passam a fazer parte dos cultivos, incentivados por ocasião das linhas de crédito oferecidas pelo Estado Federal, aprovados em projetos de financiamento para os pequenos agricultores. Das 20 famílias inseridas no PROAMBIENTE, 6 delas tiveram acesso ao FNO Especial para a produção de coco e 2 ao custeio para o mandiocal. As frutíferas como o cupuaçu e banana aparecem em menor quantidade e pela iniciativa dos próprios agricultores.

Na comunidade do Candeuca, entre as culturas permanentes, os agricultores cultivam abacaxi, caju, laranja, banana, cupuaçu, cacau, tucumã, pupunha e o café, este unicamente para o consumo das famílias que declaravam “pouco comprar da rua”. Em várias ocasiões, durante as visitas de campo, tomei do café moído pelas mulheres que se agrupavam nos quitais de suas propriedade e/ou das vizinhas, dividindo os pilões para moer o café. Não apenas o açaí, como também, a bacaba aparece no extrativismo. Das 30 famílias inseridas no PROAMBIENTE, apenas duas famílias costumam vender o açaí, e geralmente, para um morador da comunidade, o único que possui uma máquina elétrica de bater o açaí e que vende o vinho na própria comunidade e nas comunidades vizinhas. Este, algumas vezes, dependendo da quantidade, costuma bater o fruto dos vizinhos em sua máquina em troca de uma pequena parte do vinho. Vale ressaltar que entre as famílias que vendem o fruto são compostas por não mais de 4 membros, o que pode justificar a possibilidade de venda do produto, que não é superior a 20% da produção.

Ente os cultivos produzidos por incentivo das linhas de crédito, há na comunidade 11 famílias das 30 inseridas no PROAMBIENTE que tiveram acesso ao crédito: 8 para o PRONAF C – Custeio para Mandioca; 1 com PRONAF – Custeio de feijão; 1 com FNO – Açaí e Cupuaçu; e apenas 1 família recebeu FNO especial – para produção da pimenta do reino. Ainda entre as famílias inseridas no programa 74% se dedicam à criação de galinhas e 3 à criação de suínos, criações basicamente voltadas para o consumo. Diferentemente das comunidades do Panela, na comunidade do Candeuca ainda existe a prática da pesca, onde um pequeno grupo de 6 moradores dos inseridos no programa pescam no alto Rio Guamá, conseguindo de 12 até 130 Kg. A pesca é prática voltada para o consumo das famílias (dados obtidos pelos Diagnósticos Individuais e no trabalho de campo).

Na região do Panela, os quintais possuem tamanho de 1ha em média e, são ocupados com espécies frutíferas, variando entre manga, muruci, cupuaçu, cacau, caju e laranja (consumidos principalmente pelas crianças) e pela criação doméstica de pequenos animais, como galinhas e, em alguns casos, os suínos (Figura 19 e 20) aparecem como atividades que complementam o sustento das famílias.



Figura 19 – Criação de suíno por agricultor da comunidade do São João do Murureteua.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Figura 20 – Criação de suíno por agricultor da comunidade do São João do Murureteua.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.



Na Comunidade de São João do Murureteua, na região Panela, devido o sistema de uso coletivo da terra, há uma preocupação com a criação de suínos, diferente das comunidades onde existe uma delimitação entre as propriedades, tornando-se comum a reclamação, entre vizinhos, da invasão de animais nas plantações. O gado também está presente mesmo nas pequenas propriedade da região Panela. A criação bovina corresponde ao único tipo de animal de grande porte investido por algumas famílias, sendo que das 20 famílias do programa, 10 apresentam áreas de pasto em suas propriedades, mas que não passam de 8 cabeças de gado. Estes agricultores diferenciam-se de seus vizinhos fazendeiros, em sua maioria, apenas criadores de gado, consolidando um aspecto também comum na composição sócio-econômica das áreas da região da Estrada.

Em Candeuva, a criação de gado aparece em menor frequência, das 30 famílias apenas 2 associam agricultura e criação, sendo uma com 4 cabeças e outra com 20, não ultrapassando uma área de 20 tarefas. Alguns agricultores têm áreas de pasto em suas propriedades por pretenderem investir em criação no futuro, mas a maioria pela existência de tais áreas em suas propriedades quando adquiridas com a partilha dos lotes (dados obtidos pelos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim associado às observações e conversas durante trabalho de campo).

Na região Panela, o açaí é um outro produto, não apenas consumido pelas famílias, mas que também faz parte das atividades econômicas relacionadas a prática do extrativismo,

em decorrência da existência do produto em 80% das propriedades das famílias, inseridos no programa que apresentam uma pequena área de várzea de onde retiram o açaí, principalmente, para o consumo e, em alguns casos, para venda³².

A extração do açaí é realizada de forma semelhante nas duas regiões do programa. Em algumas ocasiões, pude presenciar o mando às crianças para a retirada do fruto das palmeiras. No caso das comunidades da região Panela, quando este não é comprado, o preparo do vinho é realizado pelas mulheres. Mas a rotina do consumo pelos moradores, tem mudado em decorrência do fato de muitas famílias hoje estarem comprando o vinho de um vendedor da comunidade do Panela, que todos os dias faz a venda em diversas comunidades, utilizando-se de uma moto. Este vendedor, quando não compra o fruto dos moradores das comunidades da região, pois sua venda pelos agricultores ainda é pouca, embora muitos já demonstrem o interesse em investir no produto, dirige-se à cidade de São Miguel do Guamá para a compra do fruto, que leva para o Km 09 onde tem uma máquina de bater açaí movida a energia elétrica.

Quando tratei, com a aplicação do questionário, das relações da família com comunidade através das atividades desenvolvidas na propriedade e das formas de trabalho existentes na comunidade, constatei que nas atividades desenvolvidas pelas famílias no preparo de área do roçado na região Panela, ocorre a contratação de mão-de-obra. De 10 agricultores inseridos no programa e entrevistados durante a pesquisa, 4 deles admitiram a contratação de mão-de-obra, sendo que a empreita para preparo de uma área pode ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ou R\$ 60,00 (sessenta reais) por tarefa, dependendo das condições do terreno ou através do pagamento diárias com valor de R\$ 12,00 (doze reais) a R\$ 13,00 (treze reais) a trabalhadores da própria comunidade ou de fora dela.

No caso da região Candéua, de 15 famílias inseridas no PROAMBIENTE e, por mim entrevistadas, 9 recorrem à contratação de mão-de-obra; portanto, com maior frequência do que na região Panela. Ainda que Candéua seja marcada por acentuadas relações de parentesco. Pode ocorrer também a contratação de empreitas, neste caso *“o preço varia conforme a roça, mas é feita por tarefa”* ou na diária a 10 reais para mexer a farinha, brocar, capinar, plantar e *“geralmente é contratado quem não tem terreno, mas que também coloca roça no terreno dos outros”*. Outro entrevistado ressaltou que *“nunca é parente, não é da comunidade, é Guamaense”* (aqueles de São Miguel do Guamá) e que a *“empreita pouca gente faz e não tem muito tempo não”*. Estes três últimos depoimentos nos levam a refletir

³² Segundo a declaração de alguns agricultores inseridos no PROAMBIENTE e os croquis das propriedades das famílias contidos nos Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar.

sobre o uso da contratação dos serviços de outros agricultores, como consequência do processo de divisão dos lotes em Candeua, quando são contratados aqueles que não adquiriram terreno ou que não são da comunidade. Por outro lado, embora ocorram várias formas de ajuda entre as famílias da comunidade, que pode ser individual ou coletiva (o que tratarei melhor mais adiante sobre as práticas de ação coletiva e de reciprocidade entre as famílias), parece que na comunidade do Candeua elas não são o suficiente para suprir as necessidades de mão-de-obra das famílias, levando-as à contratação dos serviços de outras pessoas uma vez que a *“diária é pra quando a família não dá conta”*.

Mesmo utilizando a contratação de mão-de-obra no preparo dos roçados, as famílias contam fundamentalmente com o trabalho familiar. Neste aspecto Neves (1995), ao mostrar que as unidades familiares de produção não estão subtraídas do processo de circulação, processo este muitas vezes secundarizado no estudo destas unidades de produção, pela contraposição entre trabalho familiar e assalariado para se estabelecer a distinção frente à unidade de produção capitalista, considera o produtor que conta com a sazonalidade do trabalho assalariado ou temporário muitas vezes gerador básico da produção, e que não se configura como resultante de um projeto que visa ampliar a renda ou a expansão dos meios de produção, mas que pode sim, resultar de imposições de técnicas de produção que inviabilizam o trabalho familiar, imposições estas que podem *“(...) conduzir ou aumentar a pauperização mas assegurar a manutenção produtiva das pequenas propriedades”* (NEVES 1995: 27).

A autora destaca ainda que o trabalho familiar pode estar inviabilizado e substituído por trabalhadores assalariados e temporários, em virtude de determinações do ciclo de vida da família, o que é comum nas unidades onde os filhos são pequenos ou com pessoas idosas ou mulheres solteiras e viúvas, expresso pelos entrevistados de ambas as regiões quando justificavam a contratação de mão-de-obra alegando *“ainda tenho filhos menores”*, *“Quando a roça dá muito mato, os filhos mais velhos casaram nem sempre dá para ajudar e os filhos caçulas estudam”* ou *“É difícil e pesado o serviço, quando tem pressa é mais rápido”*.

Outro aspecto da análise de Neves (1995) e verificada entre as unidades de produção pesquisadas na região Panela e Candeua do PROAMBIENTE, diz respeito à relação entre tamanho das propriedades e a contratação de mão-de-obra, onde Neves também chama a atenção para o fato de que não há correspondência entre menor área de terra e presença de trabalho familiar, concluindo assim que a escassez de fatores de produção atinge as possibilidades do trabalho familiar.

Junto aos fatores de produção, podemos falar das condições ambientais que

perpassam pelo uso dos recursos como resultado de imposições de técnicas de produção, que no caso do Nordeste Paraense, podemos dizer que tem permitido “(...) assegurar a manutenção produtiva das pequenas propriedades” (Neves 1995), como podemos verificar:

E: Porque antigamente aqui tinha todo quanto era tipo de madeira, tinha o pau roxo, tinha o pau amarelo, tudo isso tinha, mas foi levado pelo fogo, faziam o roçado e nem davam importância praquela madeira, o fogo queimava tudo, é, se hoje tu quiser tirar semente de pau amarelo tu não encontra mais, nenhum, é (...) esse fogo era pra plantar mandioca, fazia aquela rocinha e tudo pagava fogo, pra plantar mandioca, arrozinho, um feijãozinho, mas era tudo mais só pro gasto, tem gente ainda que só planta mandioca, não planta feijão não planta nada, só mandioca mermo e da mandioca ele tem que se virar pra fazer tudo, com a mandioca ele compra a farinha, compra o feijão, compra o arroz, compra banana, agora até galinha compra, né.

(...)

Hoje a vegetação não tem mais não, tá só capoeirinha, só juquirinha, mais capim, por conta da madeira e da farinha, dos dois, porque foi explorando a madeira e agente foi fazendo roça e aí foi criando só capim, uma roça em cima da outra, de primero agente botava uma roça passava 10 ano, 15 ano pra fazer outra naquele lugar, hoje tu faz, com 2 anos tu já tá fazendo de novo 2 ano, 3 ano tu, porque não tem área grande pra fazer.

P: mas isso depois da divisão dos lotes ?

E: Antes da divisão já tava isso, antes da divisão, o período de descanso já era menor, já tava praticamente, a gente achava que tava era degradado (RMR, comunidade do Panela, Set. 2005).

O relato confirma a abertura da estrada Belém-Brasília, que ocorreu antes da divisão dos lotes, como o fator determinante das mudanças ocorridas na região, legitimando a imposição de técnica de produção, no caso o sistema técnico de corte e queima para o cultivo da mandioca, diante da ausência de uma política de atendimento à agricultura já naquela época, que visava à produção da farinha para abastecer o mercado.

As comunidades da região Panela do PROAMBIENTE, assim como as demais circunvizinhas localizadas na região da Estrada, em decorrência da aplicação do referido sistema técnico, esgotaram tanto as suas áreas de mata primária quanto as de capoeira grossa. Na região Panela, por exemplo, as áreas dedicadas aos cultivos que constituem a roça, hoje não ocupam a maior área das propriedades, devido às condições em que se encontram as propriedades que em sua maioria apresentam um percentual de capoeira igual ou um pouco superior a 50%, como mostra por exemplo o croqui da propriedade seguinte (Figura 21), 25% dos agricultores dos 20 inseridos no programa trabalham com gado, porém com um número muito pequeno, que é de 4 a 8 cabeças. Os agricultores do programa apresentam quantidades bem diferente de seus vizinhos fazendeiros, em sua maioria com apenas criação de gado, um

aspecto também comum na composição sócio-econômica das áreas da região da Estrada.

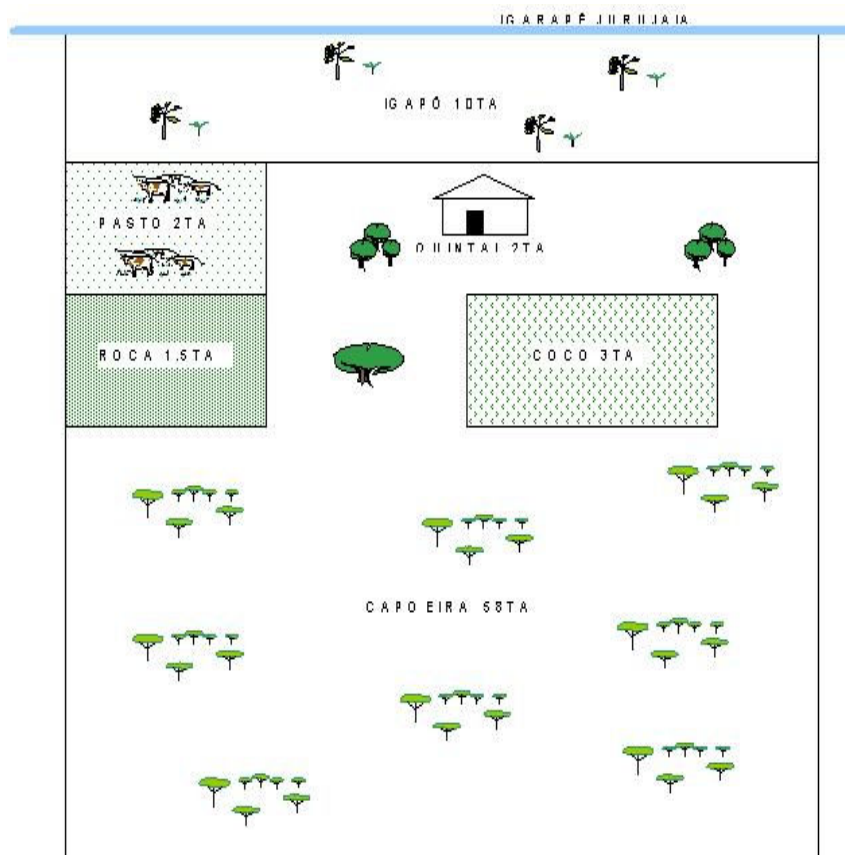


Figura 21 – Croqui com sistema atual de propriedade de uma família da região Panela do PROAMBIENTE, com área de 23 ha.

Fonte: Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004 (dados não publicados).

As propriedades da comunidade do Candeuva tiveram suas configurações também influenciadas pela aplicação do sistema técnico do corte e queima, porém menos atingidas que na região Panela. A metade dessas propriedades ainda apresenta área de mata primária ou ponta de mata e a várzea, também é uma característica das propriedades, pela proximidade do Rio Guamá (Figura 22). O gado foi encontrado em 10% propriedades das 30 incluídas no programa, estas com áreas para o pasto de 10 tarefas, o que significa que a criação de gado em Candeuva é bem menor que na região do Panela.

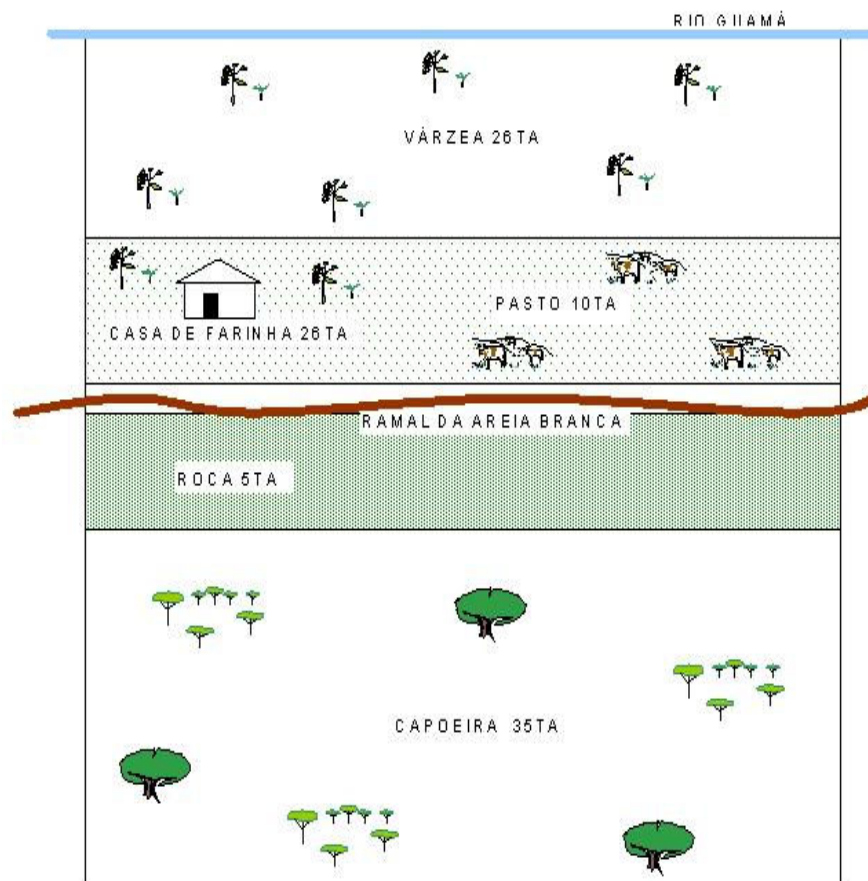


Figura 22 – Croqui com sistema atual de propriedade de uma família da região Candeua do PROAMBIENTE, com área de 28 ha.

Fonte: Diagnósticos Individuais das Unidades de Produção Familiar do Pólo Capim realizado pela FANEP, em 2004 (dados não publicados).

As condições ambientais das comunidades da região Panela parecem justificar algumas ações de intervenção ocorridas particularmente na comunidade do Panela, que entre as quatro regiões do PROAMBIENTE, é a única que conta com um secador de frutas (Figuras 23 e 24) que funciona a lenha e energia solar, resultado de uma ação de intervenção desenvolvida pelo PRORENDA³³.

³³ Informação obtida através de uma das lideranças da localidade, que na ocasião destacou o secador de frutas como um equipamento a contribuir na verticalização da produção para melhor aproveitar as potencialidades da região como a banana.



Figura 23 – Secador de frutas localizado na propriedade do Agente comunitário do PROAMBIENTE.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

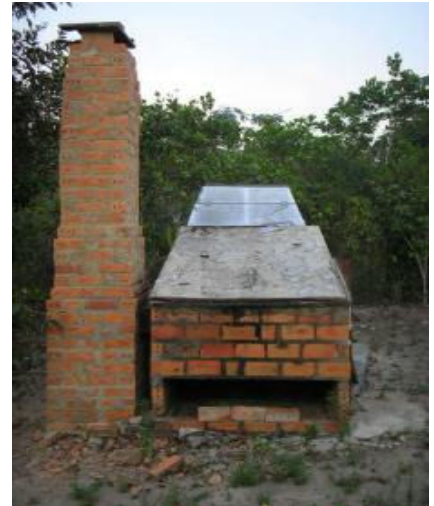


Figura 24 – Secador de frutas localizado na propriedade do Agente comunitário do PROAMBIENTE.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

De todas as regiões do programa em Irituia, Panela é considerada, pelos seus próprios moradores e pelos agricultores das outras regiões, como aquela que apresenta áreas mais atingidas pelo desmatamento e de solo mais fraco. Na vegetação das capoeiras, andiroba, morotóto, virola, arapari e sapucaia são as espécies ainda presentes. Os igarapés que em muitos casos servem de limites entre uma Comunidade e outra (Figura 25) apresentam baixo fluxo de água, o assoreamento e a devastação das matas ciliares (Figura 26) são outras características apontadas pelos moradores desta região.



Figura 25 – Igarapé Murureteua atravessando a estrada do Betel e servindo de limite entre a Comunidade do Betel e a Comunidade de São Mateus do Jurujaia.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Figura 26 – O Igarapé Murureteua passando pelo terreno de um agricultor inserido no PROAMBIENTE, na Comunidade São Mateus do Jurujaia.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.



Dentre as famílias dessa região do PROAMBIENTE, apenas uma foi identificada trabalhando com sistemas agroflorestais – SAFs, segundo os Diagnósticos Individuais. Porém, durante visita em algumas propriedades e nas conversas com os agricultores, eles identificam algumas áreas de suas propriedades desenvolvendo SAFs a partir de experiências implementadas por eles, onde procuram associar diversas espécies vegetais para recuperar o solo e garantir uma produção diversificada, geralmente plantando banana, laranja, pupunha, açaí, abacaxi, ingá, cupuaçu, côco, entre outros além da roça da mandioca, com quem permanecem “casados”³⁴ (Figuras 27 e 28).



Figura 27 – Produção diversificada nas proximidades da casa, comunidade Panela
Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Figura 28 – Produção diversificada nas proximidades da casa, comunidade Menino Jesus do Alto Murureteua
Fonte: Elizabeth Raiol em 2005



Um exemplo da implementação das experiências dos agricultores dessa região, a partir dos cursos ou do contato com agricultores que deles participaram, é a muvuca, uma técnica de plantio diversificado pela mistura à terra de diversas sementes e distribuídas em uma determinada área. Ela foi mostrada aos agricultores durante um curso oferecido pelo PRORENDA, tendo como instrutor Ernst Götsch que desenvolve trabalhos no campo da agroecologia.

Durante minha participação, em um mutirão na Comunidade do Panela para preparo de áreas sem queima (Figura 29) para o plantio da mandioca, associada com feijão e milho, os agricultores destacaram o interesse em trabalhar com SAFs, reconhecendo-os como uma alternativa para a recuperação do solo bem como para melhoria da qualidade de vida de

³⁴ Expressão utilizada por um agente comunitário do PROAMBIENTE conhecida e muito aplicada por muitos agricultores inseridos no programa ao demonstrarem o quanto ainda dependem da mandioca.

suas famílias e para sua relação com o mercado.



Figura 29 – Mutirão organizado por agricultores inseridos no PROAMBIENTE, para preparo de roça sem queima, localizado na comunidade do Panela.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005

Na ocasião do mutirão, pude observar que utilizavam como instrumentos apenas o terçado, enxada e foice e quando questionados quanto à aplicação do Tritucap³⁵, consideram inapropriada para suas propriedades devido ao tipo de capoeira, capoeira fina predominante na região e o valor do aluguel da máquina, alegando que lhes preocupava o preço, que acarretaria uma despesa na produção. Neste sentido, alguns agricultores justificaram que associado ao tipo de capoeira a quantidade de suas produções, considerada pouca, seria um problema para garantir o pagamento da máquina. Ainda durante as conversas que tive com os agricultores incluídos no PROAMBIENTE que participavam do mutirão, estes se queixam da falta de uma assistência técnica para acompanhá-los nas experiências que têm implementando em suas propriedades, a partir de cursos que receberam de alguns programas como o PRORENDA.

Na comunidade do Candeuca, as espécies vegetais ainda existentes são: andiroba, samauma, virola, arapari e sapucaia e os igarapés são também bastante atingidos pelo assoreamento decorrido do processo de produção da farinha (Figura 30) ou pelo uso da malva,

³⁵ Máquina desenvolvida pelo Instituto de Engenharia Agrícola da Universidade de Göttingen na Alemanha, ela corta e tritura a vegetação secundária sem destruir o sistema radicular, o material triturado é distribuído sobre o solo formando uma cobertura morta. Os primeiros experimentos de roçados sem queima com capoeiras melhoradas foram realizados no município de Igarapé-Açu no estado do Pará, sob a responsabilidade de pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental e também de pesquisadores da Universidade de Göttingen ligados ao Projeto Tipitamba que busca alternativas às técnicas tradicionais de uso da terra no âmbito da agricultura familiar do Nordeste Paraense (OLIVEIRA, 2002).

prejudicando também o solo, além da aplicação do sistema de corte e queima:

Malva, aqui nesses terreno, no tempo do meu avô ninguém plantava malva porque estragava a terra aí dipois qui ele morreu começaram a plantar malva, agora você põe um roçado e num dá conta de tanta malva que tem. Aqui mermo, toda parte, pra todo lado plantaram, era prantado, cumprava semente, esquentava assim num caco assim na brasa, pra ir prantar. O meu marido fazia assim uma vala, assim de 20 tarefa, aí ele plantava semente, comprava de saca de semente, hoje em dia ... (JLM, comunidade do Candeuca, Outubro, 2005).



Figura 30 – Igarapé assoreado pela grande quantidade de cascas de mandioca, na comunidade do Candeuca, propriedade visitada juntamente com um grupo de agricultores durante atividade de uma discussão sobre agroecologia.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005

Diante da forma de realização do trabalho demarcada pelas atividades econômicas e pela utilização dos recursos naturais existentes nas propriedades das famílias, inseridas nas comunidades das duas regiões do PROAMBIENTE, denomino estes agricultores como agricultores familiares.

3.3 PARENTESCO E ORGANIZAÇÕES LOCAIS: FORMAS E ESPAÇOS DE INTERAÇÃO, REVELANDO PRÁTICAS DE AÇÃO COLETIVA E DE RECIPROCIDADE ENTRE FAMÍLIAS

Os momentos importantes de interação entre as famílias de uma área rural acontecem, muitas vezes, em função do trabalho desenvolvido na comunidade, pelo funcionamento do mutirão, na troca de dias, na contratação de diárias e na organização dos agricultores em suas associações, da mesma forma que nas atividades religiosas e esportivas. Estes momentos revelam, além de formas e espaços de interação, regras para uso comum de espaços, ação coletiva e de reciprocidade entre as famílias.

Estas interações cotidianas formam e explicitam o vínculo social local. Neste aspecto buscarei as diferenças constatadas entre as duas regiões de atuação do PROAMBIENTE. Trata-se, portanto, da história das relações familiares e de grupos de agricultores inseridos no programa que nos possibilitam o estudo sobre as condições de emergência da ação coletiva de uma localidade. A exemplo da análise de Veiga e Albaladejo (2002) acerca das trocas simbólicas na formação do território a nível local, buscarei as relações de parentesco e as redes de relações de troca de trabalho possibilitando compreender como se consolidam os vínculos sociais locais.

Tanto na comunidade do Candeuca como na região Panela do PROAMBIENTE, os questionários e as várias entrevistas com as famílias inseridas no programa revelam nas narrativas, opiniões e comentários a respeito das relações sociais, integrados às descrições referentes às relações de parentesco na comunidade e da participação em associações e grupos de trabalho. Assim, as construções discursivas subjacentes ao processo de sociabilidade local vão mostrando tensões e harmonias relacionadas à vida em comunidade e um pouco dos parâmetros e dinâmicas dos vínculos sociais estabelecidos nas interações cotidianas.

Para a análise das relações de parentesco tomarei além de Veiga e Albaladejo (2002), Comford (2003, p 34) quando nos diz que *“Parentes, parentesco, família, gente, raça e tronco, são termos usados para definir todo um campo e relações que a princípio são de confiança, ajuda mútua, respeito, tolerância, intimidade [...]”*. Por sua vez, estes aproximam-se do entendimento de “compreensão” (consensus) em Tönnies (1973), significando *“[...] sentimentos recíprocos comuns e associados [...]”*, Essas referências são fundamentais na constituição da comunidade uma vez que representam o ponto de partida na construção da “compreensão” (consensus,) do “entendimento mútuo”(TÖNNIES: 1973). O parentesco aparece aqui com um papel importante na estruturação do espaço social, mas

também para revelar as práticas de ação coletiva e de reciprocidade entre as famílias nos levando ao entendimento das relações sociais que perpassam muitas vezes pelas de organizações locais construídas nos espaços rurais.

Tanto na Região Panela quanto na região Candeua do PROAMBIENTE, identifiquei com grande frequência, entre as famílias inseridas no programa, laços de parentesco direto (relações de filiação), envolvendo famílias de duas gerações (pais e filhos). Entretanto, existem algumas diferenças entre as relações de parentesco das duas regiões do programa. Na região Panela o número de famílias inseridas no PROAMBIENTE envolveu um número maior de comunidades e, portanto, um número menor de famílias por comunidade (Fig. 31). Configurou-se ainda na região Panela uma quantidade menor de famílias de duas gerações inseridas no programa que na região Candeua (Fig. 32), no caso da região Panela, as famílias inseridas no programa, envolvendo duas gerações, estão distribuídas apenas entre as comunidades: Menino Jesus do Alto Murureteua, São Tomé do Panela e na comunidade Divino Espírito Santo.

Os organogramas a seguir mostram ainda um segundo aspecto de diferença entre as regiões Candeua e Panela, que se refere à formação de grupos de parentesco direto – GPD (pais-filhos, e/ou genros, irmãos ou irmão/cunhados), ocorrendo em Candeua uma maior concentração de famílias inseridas no PROAMBIENTE com relações do tipo de GPD. Conforme podemos observar ainda, na comparação entre as figuras 31 e 32, na região Panela, mesmo nas comunidades que houve um maior número de famílias inseridas no programa, no caso das comunidades Menino Jesus do Alto Murureteua com 07 famílias de 2 grupos familiares, onde um grupo familiar refere-se ao grupo do agente comunitário do PROAMBIENTE e o outro grupo e de uma família identificada como moradores nativos da região, e da comunidade do Panela com 06 famílias distribuídos entre 5 grupos familiares diferentes, em nenhuma dessas comunidades, ainda que formada por pequenos números de famílias, variando de 14 a 19 nenhuma delas chegou a atingir 50% do número de famílias que compõem essas comunidades, o que certamente ocorreu do fato destas comunidades não apresentarem em suas relações as alianças por casamento entre os grupos familiares da própria comunidade como ocorreu em Candeua, onde a própria comunidade tem como característica em sua estrutura social as alianças por casamento entre os membros da própria comunidade. Estes aspectos demarcaram a diferença entre Candeua e Panela quanto a composição das famílias inseridas no PROAMBIENTE.

Uma terceira diferença na relação de parentesco entre as famílias inseridas no programa é que na região Panela, 9 famílias inseridas no programa (2 de São Mateus do

Jurujaia, 4 do São Tomé Panela, 2 de São João do Murureteua e 1 do Pinheiro) entre 4 das 6 comunidades, não tem entre si qualquer relação de parentesco, nestes casos a participação na comunidade (ações da igreja católica) ou nas outras formas de organização formal existentes na região, sindicato ou associação demarcou a configuração das famílias inseridas no programa. No caso da Comunidade do Pinheiro, localizada no Km 14, localidade por onde começou a formação da cidade de Irituia, não foi possível precisar o número de moradores, sabendo-se apenas que o agricultor foi inserido no PROAMBIENTE pelo seu próprio interesse associado a sua participação de muitos anos junto às lutas do STR-Irituia, e por desenvolver, em sua propriedade, algumas alternativas quanto às formas e tipos de plantio, identificados na direção de sistemas agroflorestais.

No Candeuca, apenas 3 famílias não tem nenhuma forma de ligação de parentesco com as famílias inseridas no programa e/ou que façam parte da comunidade do Candeuca, entre essas 3 famílias uma reside na comunidade do Igarapé da Igreja. Neste caso, a família foi inserida no programa pelo fato do agricultor atuar na época, na direção da Associação 24 de Junho do Candeuca, como presidente da mesma e as outras duas famílias, por participarem ativamente das atividades do sindicato, da associação e de grupos de trabalho, o que para os próprios participantes bem como para o agente comunitário do PROAMBIENTE, justifica a inserção dessas famílias no programa, demonstrando seus envolvimento com a comunidade.

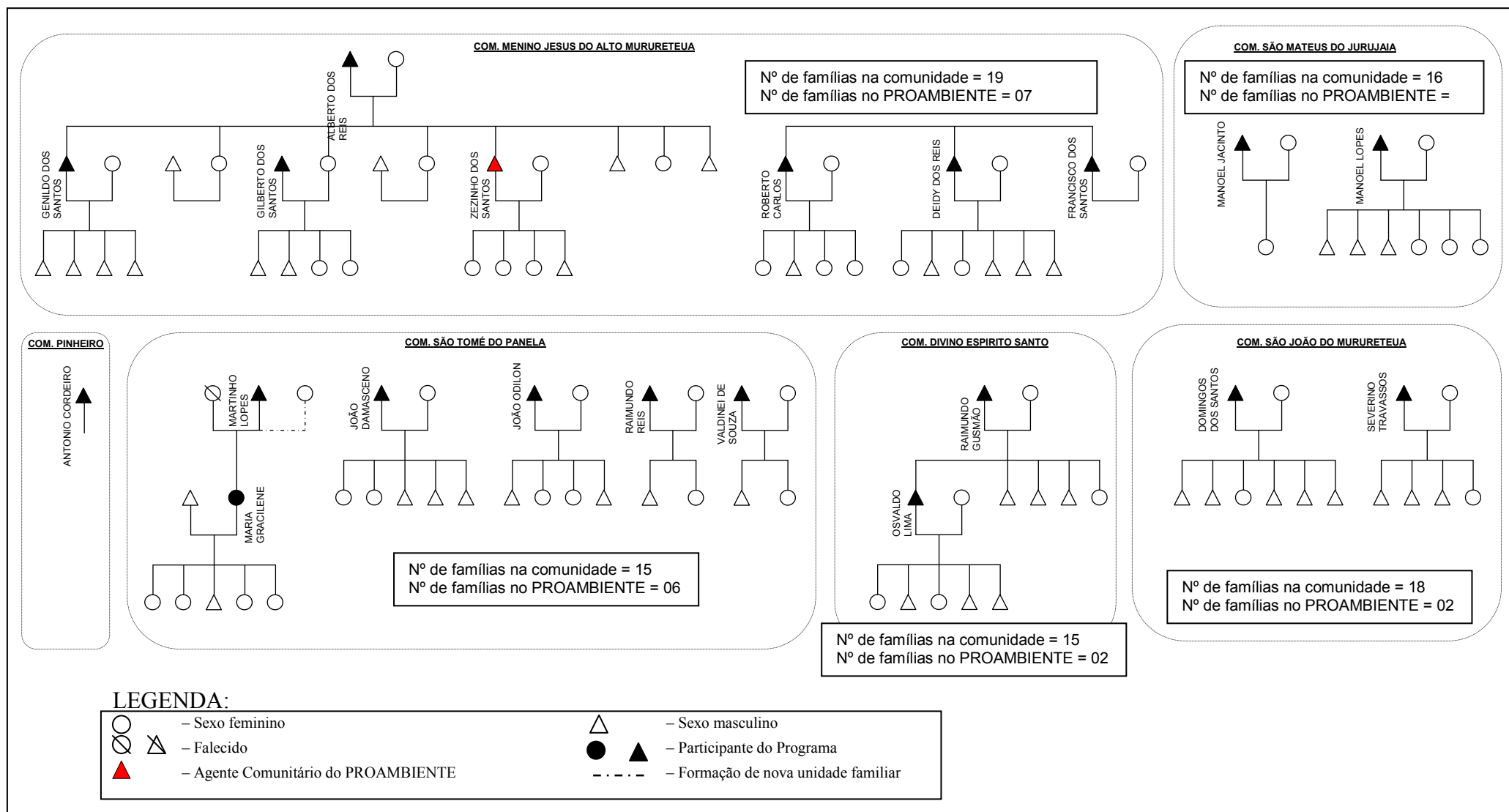


Figura 31 – Estrutura das relações de parentesco das famílias inseridas no PROAMBIENTE na Região Painela.

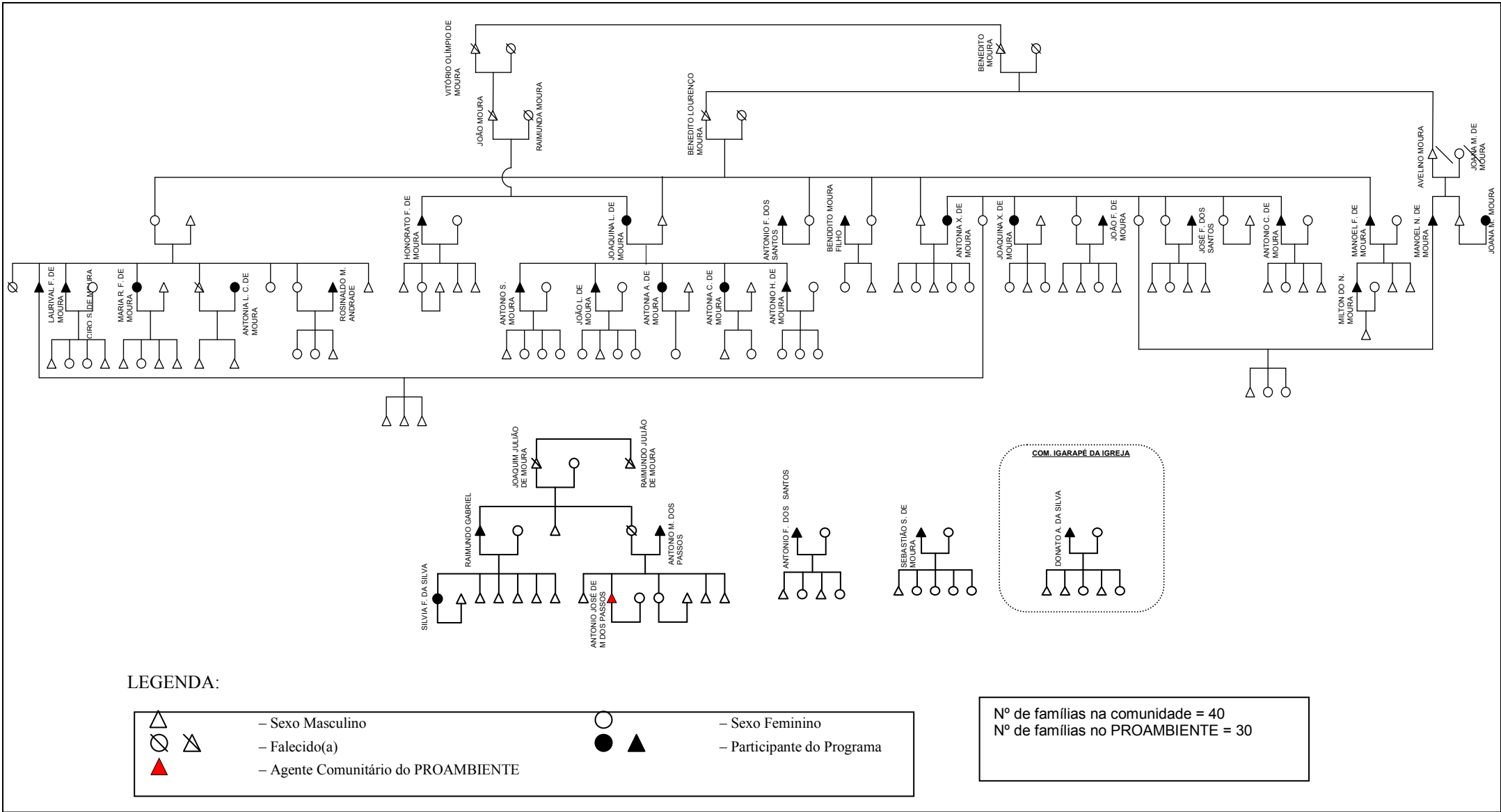


Figura 32 – Estrutura das relações de parentesco das famílias inseridas no PROAMBIENTE na Região Candeu.

O fato da região Panela do PROAMBIENTE ser constituída por famílias distribuídas em 6 comunidades proporcionou uma configuração diferenciada da região Candeuá, no que diz respeito à diferença nas relações de parentesco entre as famílias inseridas no programa. Enquanto na região Candeuá a maior parte das famílias inseridas ou não no PROAMBIENTE são formadas por alianças de casamento entre os descendentes de 4 famílias: de Joaquim Moura, dos irmãos Benedito e Avelino Moura; ou de João Moura, (o que possibilitou um freio à fragmentação e mesmo à migração de famílias inclusive contribuindo no processo de divisão dos lotes entre os herdeiros já mencionado neste trabalho). Os descendentes destas família-nome estão hoje representados no PROAMBIENTE, onde os descendentes de Joaquim Moura constituíram dentro do programa, um grupo familiar que tem relações com os descendentes dos irmãos Benedito e Avelino Moura e de João Moura, apenas através de atividades dos grupos de trabalho ou por relações de compadrio e não de alianças por casamento, que neste caso ocorre apenas entre os descendentes de Benedito, Avelino e João Moura formando assim, entre estes uma grande rede de relações de parentesco entre as famílias inseridas no PROAMBIENTE na região Candeuá.

Na região Panela, a formação das próprias comunidades, apresenta uma configuração bem menos marcada pelas alianças por casamento dentro das próprias comunidades, sendo mais comum as relações de parentesco através de alianças por casamento entre comunidades, possivelmente por estar localizada às proximidades da Estrada BR-010, influenciando na circulação de famílias entre as comunidades bem como a entrada de imigrantes de outros municípios e/ou de outros estados.

As características das relações de parentesco aqui pontuadas, especificamente no caso de Candeuá, me levaram a compreender as razões desta região ser conhecida, entre os líderes comunitários e dirigentes sindicais da região, como lugar mobilizado e organizado, onde estas mesmas lideranças freqüentemente ressaltavam o aspecto das relações de parentesco entre os moradores, *“lá é tudo parente”*. Neste aspecto o parentesco aparece, por exemplo, na formação das lideranças e na organização da associação dos agricultores existente na comunidade.

Em entrevista ao agente comunitário sobre quantas famílias participam da associação, a descrição não apenas aponta uma fórmula recorrente de contabilidade, o número de agricultores, como também aponta para RGF, tio do agente comunitário do programa, membro de uma das famílias-nomes, como líder do lugar, apesar de não ser o mais velho, é alguém da geração dos mais velhos, contrariando o pressuposto da concepção em que o mais velho da comunidade deveria naturalmente ter uma posição de liderança. RGF tem uma série

de atributos, na medida em que ele cumpre as expectativas de chefe de família (desenvolve suas atividades agrícolas dentro de seu terreno), mas também de liderança comunitária, estando presente nas atividades religiosas e políticas, ou seja, está presente nas atividades públicas da localidade, no envolvimento com movimentos sociais e com organizações formais inclusive chegando a ser presidente do STR de Irituia, participando da organização da Associação 24 de Junho de Candeuá e atual presidente da mesma.

Existe, portanto, uma associação na comunidade de Candeuá, da qual quase todos os 15 entrevistados, incluídos no PROAMBIENTE, estão a ela associados, 8 desses informantes tem algum membro de sua família, filhos ou conjugues, associados à Associação 24 de Junho e 5 desses mesmos entrevistados fizeram parte da direção da associação. Estes agricultores em sua maioria participam de no mínimo duas formas de associação entre a 24 de Junho, o STR-Irituia, o Grupo de Mulheres ou do Clube esportivo e apenas um entrevistado declarou só participa do seu grupo de trabalho, justificando não gostar de se associar em muitos grupos porque não gosta de falhar, e ter medo de participar de várias coisas e não dar conta, tal preocupação parece ser explicada pelo significado de grupo de trabalho (o que tratarei melhor em outro item).

Quanto à outra comunidade, que compõe a região Candeuá do Programa, não existem associações, mas o agricultor inserido no programa está associado à 24 de Junho do Candeuá e inclusive já fez parte da direção da associação. Segundo as declarações deste agricultor os moradores da comunidade do Igarapé da Igreja “(...) *não são muito interessado em participar*”, por esta razão sempre participou da Associação do 24 de Junho, inclusive do Candeuá Esporte Clube, o grupo de futebol da comunidade do Candeuá. O que na verdade não justifica a presença de apenas sua família está inserida no programa, outras razões apontam para tal situação conforme veremos mais adiante ao tratar das estratégias dos agentes para a seleção das famílias inseridas no PROAMBIENTE.

Ainda que Candeuá não tenha os mesmos “*princípios*”, que nas palavras do agente comunitário de Araraquara (outra região da Zona Panela, vizinha de Candeuá), significa a existência de diversas formas de organização, como delegacia sindical, pastoral da saúde, a casa de farinha comunitária, dentre outras formas de organização (que foi possível constatar realmente a inexistência dessas formas de organização); encontrei nesta comunidade uma particularidade que a diferencia das demais comunidades inseridas no PROAMBIENTE, trata-se da presença do Grupo de Mulheres do Candeuá.

RELIGIÃO

Os vínculos sociais são construídos em outros momentos de interação como nos encontros das pessoas, em jogos, viagens diárias de ônibus escolar e, até mesmo, nas atividades religiosas em geral (missas, batizados, quaresmas encontros catequistas). E neste último aspecto particularidades nas relações de parentesco entre a região Candeuca e Panela, podem explicar a possibilidade de maior resistência à outra religião que não seja a católica, como no caso de Candeuca, onde predomina a Família Moura, da qual inclusive faz parte o agente comunitário, adeptos da religião católica, a comunidade conta com a presença de apenas uma família com membros ligados à igreja evangélica.

Na região Panela a presença maior de evangélicos pode ser atribuído às características da composição das comunidades que é demarcada pela intensa circulação interna de famílias entre as comunidades dessa região, aumentando a possibilidade de entrada de novos grupos religiosos trazidos pelas novas famílias que vão sendo constituídas no processo de circulação interna das famílias na região.

Entre as famílias de uma comunidade existem momentos de interação social que dizem respeito à atividades religiosas que acabam contribuindo na interação entre os moradores. É o caso das festas que se realizam dentro da área da comunidade que na análise de Wagley (1957):

Essas festas rurais, conquanto organizadas sob o pretexto de comemorações religiosas em homenagem a um santo, constituem alegres reuniões sociais para toda a família. (p.262).

[...] Tais festas não só proporcionam distrações para os habitantes da cidade e das aldeias, como ainda contribuem para unificar a comunidade, estabelecendo, com essas relações sociais, um elo entre a gente da cidade e os habitantes das zonas rurais. (p. 270).

Wagley (1957) destaca que tanto as irmandades como as festas que elas patrocinam são instituições sociais de grande importância para a comunidade, estas dimensões das festas, aparecem na história de Candeuca e nas comunidades da região Panela:

P: *Como era a irmandade?*

E: *Como era a irmandade? Fazia festa tinha festa de quinze em quinze dias, se chamava quinzena, para adquirir o dinheiro né, aí fazia aquela festa, a irmandade tinha o boteco, trabalhemo, compremo um som muito bom, São João, né, o nome do som, toca festa pra granjear dinheiro também.*

P: *Pra que era o dinheiro?*

E: Pra ir comprando, né, o material pra fazer a igreja, comprar tijolo, telha, madeira.

P: Mas a irmandade era só pra construção da igreja?

E: Não, era pra se organizar pra trabalho, dentro dessa irmandade aí formaram um tar de clube agrícola que se trabalhava pro trabalho né, pro trabalho do roçado d'agente.

[...]

P: E de onde vinham as pessoas?

E: Daí desse baixo aí Irituia, pra li que eu chamo Irituia que é mermo Irituia, da Boa Vista, São José, Igarapé Açu, daqui dentro do Guamá, Barrera, Meninos Deus, São Miguel do Guamá, mulher se fazia uma festa, hoje em dia aqui no Candeuca você fica admirada de ver, parece um círio, dá tanta gente e naquela época era assim também. Festa no Candeuca hum... todo mundo se mexia pra vim (JXM, Outubro de 2005).

E: [...] Tinha essa associação, pra brocar, roçar e quando terminava fazia aquela festona, a irmandade, que era pra organizar a produção e pra rezar, tinha a ladainha, a janta e a festa, era uma forma de organizar o trabalho (RMR, comunidade do Panela, setembro de 2005).

O caráter do prestígio e da consideração de seus semelhantes, destacados por Wagley (1957), em decorrência do patrocínio da festa, é um outro elemento ressaltado em um dos nos depoimentos acima, assim como fica evidenciada a questão da unificação da comunidade não apenas com a organização da festa como também na organização do trabalho, ligando intimamente, recreação, religião e organização do trabalho, neste caso envolvendo parentes e vizinhos.

Ainda no aspecto das estruturas sociais, a religião não parece como um elemento com diferença significativa entre os participantes do programa das duas regiões. Na região Panela, embora nas comunidades da região ocorra uma presença de religiosos ligados à igrejas evangélicas, todos os inseridos no programa são adeptos do Igreja católica, em Candeuca apenas um morador, que inclusive está inserido no programa mudou da religião católica para a evangélica.

GRUPO DE MULHERES

O Grupo de mulheres do Candeuca, que hoje conta com a participação de 22 mulheres, já recebeu diversos cursos de geração de renda, de horticultura, e de sistemas agroflorestais (Fig. 33), apoiados pelo Movimento da Mulheres Pescadoras e pela FASE.



Figura 33 – Horta, desenvolvida por agricultora em sua propriedade, a partir dos cursos realizados para o grupo de Mulheres de Candeuá.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

O Clube de mães teve sua origem por iniciativa da esposa do então prefeito de Irituia, na época, e com o passar do tempo conquistou uma articulação com instituições de fora da comunidade (geográfica e socialmente), que lhe possibilitou estabelecer relações externas que contribuíram para o desenvolvimento do grupo em geral, através da participação de diversas mulheres da comunidade em cursos e eventos, proporcionando uma certa desenvoltura do grupo, nos objetivos, atividades e na interação do grupo com as outras formas de organização, particularmente com a Associação 24 de Junho.

E: Nos fizemos [o grupo de mulheres] por causa que nós acho que nós mulheres daqui devia se organizar mais pra ter alguns objetivos, buscar alguns direito da mulher que tava assim encoberto, aí nós fomos tendo aquele conhecimento de que nós devia se organizar melhor pra ir buscar mais direito lá fora, né e juntar mais mulher também pra dentro do grupo.

[...] As atividades que nós fazia era trabalhar com roça em mutirão trabalhava prá uma trabalhava pra outra e até hoje agente tá trabalhando... e assim agente vai se ajudando uma a outra.

P: E como é a relação do Grupo de mulheres com as organizações aqui da comunidade?

E: Aproximação é mais com a associação deles aí, é que é mais mulheres, maioria participa né da associação [...] As atividades que agente faz junto é isso né, agente trabalha sempre na atividade rural da roça, né, no campo, juntos homens e mulheres né, em parceria e nas reuniões sempre da associação assim que tem agente tá sempre participando (Vice-coordenadora do Grupo de Mulheres do Candeuá na Comunidade do Candeuá, Setembro de 2005).

Diferentemente entre as comunidades que compõem a região Panela, apenas em uma das comunidades existe uma organização das mulheres que é através do Grupo de Mulheres Menino Jesus do alto Murureteua, hoje composto por 10 mulheres. Anterior as mulheres se organizavam no Grupo de Mulheres do Panela que era composto por 12 participantes. O relato de uma das coordenadoras, do Grupo de Mulheres Menino Jesus do

Alto Murureteua, demonstra que as mudanças na composição da região formada pela Igreja Católica ainda refletem na organização local dos agricultores, pois na medida que a igreja muda a composição das regiões de atuação de seus trabalhos acaba refletindo nas demais formas de organização como o grupo de mulheres:

E: Esse nosso grupo começou aqui nessa comunidade Açaitéua [da igreja católica]. Nós começamos aí com... com... nós era umas dez mulher. Aí, de lá acabou, aí, né, o grupo. Aí, agente começou já a se entrosar pra'li com as mulheres ali da região [uma nova região de atuação da igreja]. Agente começamo a se entrosar aí, dissemos assim, vamos, levantar o grupo pra cá agora.

P: Desculpa. Era lá onde, que a senhora fala?

E: Ali na comunidade São Tomé do Panela. Começou aí, né. Aí, de lá a gente levou pra lá.

P: Pra lá, pra onde?

E: Pra lá pro Castanheira, lá agora onde é a região nossa. Lá nos tem esse grupo... quando nós tava se reunindo direto lá, nós era doze mulher.

P: Aí, começou quando? Em que ano?

MR: Agora isso aí, que nós já pelejamo pra se lembrar pra nós comemorar, diz'que nós não lembra. Nenhuma se lembra. Dessa data, desse ano que nós iniciemo, né.

[...]

E: Não. Não é do Panela mais. Do Panela acabou.

P: Acabou em que ano? Não lembra?

E: Agora... eu não lembro também. Lá começou com doze, fazendo sabão...

[...]

E: Ele [o grupo de Mulheres] começou assim, pra nós não só fazer sabão, né. Aí, de lá a gente começou... Deu início numa horta, né. Sabe, só que a horta não foi pra frente, né. Aí, de lá, agente tá com plano de querer pegar um projeto agora de criação de galinha.

P: Querem pegar esse projeto com apoio financeiro de alguém? De Quem ?

P: É do MMNEPA. Porque agente tá organizado com a menina que trabalha no MMNEPA né. A dona... Conhece a dona T? Pois é. É com ela. Então, ela falou desse projeto agora, de criação de pinto... caipirona. Aí, agente tá se organizando por aí, mas aí eu tô achando assim que o nosso grupo tá... acho que vai abrir falência também, porque... é assim agente vai pra reunir lá, quando chega lá não vem com as mulher mais aí uma.. se vem três não vem o resto. Aí fica assim, se torna muito difícil (Secretária do Grupo de Mulheres Menino Jesus do alto Murureteua, Comunidade do Panela, Outubro de 2005).

Apesar de hoje o grupo encontrar-se com suas atividades suspensas, ele realizava juntamente com a Associação dos Pequenos e Microprodutores do Panela, trabalhos relacionados às atividades agrícolas como o cultivo do feijão e do milho.

ASSOCIAÇÃO

Enquanto a região Candeuá, ao incluir essencialmente agricultores da comunidade do Candeuá, tem apenas a associação 24 de Junho, a região Panela acabou incluindo agricultores de duas associações existentes na região da estrada: a de São João do Muruteteua e dos Pequenos e Microprodutores do Panela (Fig. 34). Esta tem como presidente da associação o mesmo presidente do clube esportivo Castanheira Esporte Clube, sua esposa como coordenadora do Grupo de Mulheres do Panela, três de seus filhos estão incluídos no PROAMBIENTE, sendo um deles o AC do programa da região.



Figura 34 – Sede da Associação dos Pequenos e Médios Produtores do Panela

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

A associação do Panela, no momento, também encontra-se com suas atividades paradas, segundo declaração de vários sócios inseridos no programa, mas já teve momentos de intensa atividade junto aos agricultores, organizando os trabalhadores na busca de projetos para a melhoria dos cultivos, articulando com agentes externos como a EMBRAPA, que em 1999, realizou uma pesquisa sobre inovações tecnológicas no processo produtivo de pequenas propriedades na microregião do Guamá, no nordeste do Estado do Pará, com o trabalho direcionado às comunidades que estavam utilizando trator no preparo do solo, em substituição ao sistema tradicional de derruba e queima de capoeiras (GALVÃO et al, 1999). Na época, a associação do Panela, juntamente com a STR-Irituia, organizava a formação de grupos de trabalho, principalmente para implantação de novos cultivos e técnicas de plantio, ou seja, de experimentos implantados no terreno da associação. O relato seguinte quando tratado sobre assistência técnica recebida pelos agricultores da região, demonstra um pouco atuação da EMBRAPA e os efeitos dessa relação:

E: A assistência técnica nossa foi sobre o coco. A Embrapa participou com nós, a EMATER também participou.

P: O da EMBRAPA foi quando?

E: O da EMBRAPA foi nessa época que tava criando a associação.

P: E da E?

E: Da EMATER foi no tempo do coisa... do... FNO.

[...]

E: Quer dizer, uma vez o cara da Embrapa, quer dizer, da EMATER

ficou até bravo com nós.

P: *Porque?*

P: *Porque nós dissemos que a EMBRAPA tava dando mais assistência de que a EMATER, pra nós. Numa reunião que nós fizemos lá, aí a EMBRAPA toda quarta-feira tava com nós aí, toda quarta-feira, a EMATER vinha de mês a mês, a EMATER que é do município..., foi até o C. que falou isso: “– Sim porque eles tão junto com nós e tão nos assistindo, se vocês... pra vocês nos assistir é obrigado nós ir lá com vocês marcar uma reunião porque vocês nunca pode e eles lá em Belém tem tempo pra vir pra cá e se comprometeram toda quarta-feira tá aqui com nós”. Oito dias eles tavam com nós aqui. Eles nos ensinaram como plantar banana. Eles nos ensinaram como plantar o coco. Eles nos ensinaram como plantar o café, fazer muda do café com o cupuaçu. (JDR, na comunidade do Panela, Outubro de 2005).*

Para melhor clareza, vejamos os quadros abaixo, quanto a relação de envolvimento de participantes do PROAMBIENTE, com as formas de organização local existentes da região Candeuca e da região Panela:

Entrevistado	Sindicato	Associação	Comunidade	GP de Trabalho	Clube Esportivo	GP de Mulheres
1		X	X	X		X
2			X	X		X
3			X	X	X	
4	X		X	X		X
5	X	X		X		
6			X	X		X
7	X	X		X	X	
8			X			X
9	X		X		X	
10		X	X	X		
11				X		X
12		X			X	
13	X	X	X	X		
14	X					X
15	X		X	X		X

Quadro 5 – Identificação da relação de envolvimento dos participantes do PROAMBIENTE com as formas de organização local existentes da região Candeuca

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos formulários aplicado no 2º semestre/2005

Entrevistado	Sindicato	Associação	Comunidade	GP de Trabalho	Clube Esportivo	GP de Mulheres
1	X	X		X		
2	X	X	X			
3	X	X				
4	X	X		X	X	
5	X		X			
6	X	X			X	
7	X	X	X	X		
8	X			X		X
9			X			
10	X			X		

Quadro 6 – Identificação de relação de envolvimento de participantes do PROAMBIENTE com as formas de organização local existentes da região Panela

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos formulários aplicado no 2º semestre/2005

No que se refere ao envolvimento das famílias inseridas no PROAMBIENTE da região Panela, com as associações locais, 5 dos entrevistado fazem parte da comunidade do Panela, os outros 5 dos 10 entrevistados por estarem distribuídos entre as outras 5 comunidades da região, também participam de basicamente duas formas de organização entre o STR-Irituia, Associação Valonil (localizada na sede do município), e a única mulher, que ainda está cadastrada no programa, participa do Grupo de Mulheres. Apenas um entrevistado declarou só participar da comunidade, embora ele tenha se filiado ao sindicato, não se considera participante justificando encontrar-se inadimplente com a instituição e quanto a sua participação na associação do Panela, alega que pelo fato da associação encontrar-se com suas atividades suspensas ainda não se tornou um sócio. Diferentemente em Candeuva 10 dos 15 entrevistados participam da comunidade e 2 dos 15 não estão, não têm qualquer relação com STR ou associação dos agricultores e, ainda deste universo de entrevistados, 2 deles não fazem parte de nenhuma dessas duas formas de organização. Vale ressaltar que tanto em Candeuva como na região Panela encontrei entrevistados que passaram a se associar ao STR ou na Associação dos agricultores, a partir de sua inserção no PROAMBIENTE, sendo inclusive o caso do agente comunitário do Panela, que se filiou ao STR com sua inserção no programa.

Os participantes do programa, tanto da região Panela quanto de Candeuva, que não estão envolvidos com as formas de organização existentes na sua comunidade, demonstraram uma certa preocupação de tratar sobre seu envolvimento com o STR ou associação, e aqueles que passaram a se associar ao STR-Irituia ou a uma associação dos agricultores, a partir de sua inclusão no programa, se sentiam mais seguros, o que deve na verdade significar uma preocupação em justificar durante a entrevista sua inclusão no PROAMBIENTE, uma vez que no momento da seleção das famílias tinha como requisito, repassado pelos ACs, a

necessidade do agricultor participar de alguma das formas de organização, em particular do STR ou de associações.

Mas conforme o quadro acima, podemos verificar que o envolvimento dos agricultores, inseridos no PROAMBIENTE da região Panela, com o sindicato é bem maior do que aqueles da região Candeua, que por sua vez tem uma maior densidade de participação em grupos de trabalho e com a comunidade. Orientada pelo que nos diz Tönnies (1973) na análise sobre comunidade, me leva a dizer que em Candeua, como forma principal de organização social predominante, é a comunidade, é a cooperação entre os homens, agregando-os fazendo com que estes se compreendam mutuamente, beneficiados pelo sentimento de pertencimento decorrentes das fortes relações de parentesco, principalmente pelas alianças de casamento entre os membros da própria comunidade. Enquanto no Panela, onde as relações de parentesco decorrentes das alianças de casamento entre famílias das próprias comunidades são bem menores, a participação no sindicato nas associações sobressaem bem mais que nas outras formas de organização.

Dos entrevistados, tanto da região Panela quanto da região Candeua, todos têm um membro de sua família envolvido com alguma das formas de organização local. Também seus cônjuges e/ou filhos estão envolvidos com alguma das formas de organizações locais como o STR, o Grupo de Mulheres, as atividades da igreja, ou com as associações.

RELAÇÕES DE TRABALHO

Um aspecto perpassando pelas relações de parentesco, diz respeito às atividades desenvolvidas em uma única propriedade, ocorrendo entre as famílias inseridas no PROAMBIENTE, em particular na região Panela, casos em que duas ou mais famílias dividem a propriedade, quando seria uma das regras para participar do programa que cada família tivesse sua propriedade, entretanto, os agricultores extrapolam essa condição. Outra situação diz respeito as redes de relações de troca de trabalho, envolvendo laços de tipo de parentesco direto, mas também de GPD. Na região Panela do PROAMBIENTE, por exemplo, apenas um informante entrevistado inserido no programa, declarou não trabalhar em sua propriedade pessoas que não sejam seus filhos e esposa, os demais sempre contam com utilização de mão-de-obra de parentes como irmãos, sobrinhos, e cunhados.

Como formas de troca de trabalho existentes nas comunidades da região Panela e identificados pelos agricultores temos: troca de dia, mutirão das mulheres, Grupo dos homens, (neste caso foi identificados tanto na Região Panela quanto Candeua esta forma de

organização do trabalho, denominado no caso de Candeuca como a permanência das antigas companhias e no caso do Panela, apenas para diferenciar do grupo de mulheres) e diária e na região Candeuca: mutirão, troca de dia, grupo de trabalho, grupo de mulheres, ajuda, diária e empreita. No passado, muitos trabalhos eram feitos em mutirão, tanto no Candeuca como nas comunidades da região Panela, para limpeza de Igarapés, abertura de estrada ou ainda, para a preparação de um campo de futebol, construção de igrejas, e para trabalhos específicos, por exemplo, em atividades no terreno de um morador doente ou por outra razão de impossibilidade de realização do trabalho em sua propriedade. Pelo relato dos agricultores temos a definição de algumas dessas formas de trabalho, onde umas foram se mesclando frente às mudanças na própria organização do trabalho, vejamos a esse respeito nos depoimentos seguintes:

E: [...] às vezes a gente troca assim né, porque a comunidade é, é pra se ajudar, às vezes agente ta aperreado, aí o pessoal tem uma mandioca nova, vamos dizer, aí é pouca pessoa agente vai ajudar aquela pessoa, aí outra vez que boto a minha mandioca né, aí aquela pessoa se lembra daquilo que eu fiz e vai me ajudar. (LXM, na comunidade do Candeuca, outubro de 2005, grifo nosso).

E: Quando a farinha começou a ter preço cada família começou a ter sua própria casa de farinha e se juntavam só pra broca, derruba coivara e capinar, pra colher cada um fazia o seu, quando trabalhavam junto chamavam de mutirão, mas na verdade é troca de dia, mutirão é pra ajudar não tem responsabilidade de pagar nada. (CNR, na comunidade do Menino Jesus do Altro Murureteua, Setembro de 2005, grifo nosso)

E: [...] troca de dia é assim, se eu vou trabalhar para ele, depois ele vem trabalhar comigo. Só que agora nesse que nós tamo é mais mutirão, porque nós leva assim, pega... nós pega, trabalha pro C, aí trabalha pro R e pro G. e depois vem pra minha e depois pega de novo com o C, é assim. Não é uma troca de dia logo não, eu vou trabalhar com o cara e o cara vem trabalhar comigo. (Agente comunitário da Região Panela, na comunidade do Panela, Setembro 2005, grifo nosso).

E: Olha... esses mutirão que a gente fazia aqui antes de surgir o PROAMBIENTE, era como a gente falou aí, era trocação de dia. Por exemplo, eu trabalhava, fazia o rodizio, né, até chegar o meu dia, por exemplo. Trabalhava quando chegava no dia, todo mundo vinha trabalhar pra mim, nessa questão. É assim quando terminava o rodizio, de todo mundo ser beneficiado, voltava de novo do começo.

P: Mas, qual a diferença da troca de dia pro mutirão?

E: Olha, a diferença é praticamente nenhuma, né. Porque é o mesmo trabalho da trocação de dia mesmo. Mesma coisa. Mutirão e trocação de dia são a mesma coisa. Só que o mutirão só ficou, por exemplo, que ficou pra ajudar uma pessoa doente. Aí faz o mutirão pra ajudar

aquela pessoa também. Mas se for em benefício do grupo, qualquer um dia eu vou ser beneficiado com o mutirão.

P: Na troca de dia se tu não puderes ir, tu podes pagar pra outra pessoa ir no teu lugar pra pagar aquele dia? Ou não?

E: Olha, por exemplo, se eu for fazer uma viagem minha, mesmo sabendo do serviço, é por obrigação pagar uma pessoa ir no meu lugar. Agora, por exemplo, se eu tiver doente, é claro que todo mundo vai entender por que eu não foi no trabalho.

P: E... trabalho de grupo, como é que é? É diferente ou é mesma coisa? Tem diferença?

*E: Trabalho de grupo? Não, não tem diferença nenhuma não, Porque vem sendo a mesma coisa. **Trabalho de grupo e mutirão no final das contas é mesma coisa.** (Agente comunitário da Região Candeua do PROAMBIENTE, na comunidade do Candeua, Outubro de 2005, grifo nosso).*

P: Então como era o mutirão, como é que eles faziam e pra que eles faziam mutirão naquela época?

E: Era pra ajudar quando agente tava aperreado, fazia o mutirão, chamava dez pessoa pra vim ajudar, dava merenda, almoço e janta e de tarde acabava, não tinha mais, não era troca de dia, era mutirão e hoje em dia não tem mas mutirão é o grupo, que o grupo vem ser uma troca de dia porque se você vem trabalhar pra mim agente tem que ir trabalhar pra senhora né? (JXM, Comunidade Candeua, Outubro de 2005, grifo nosso).

Segundo as entrevistas, para alguns agricultores o grupo de trabalho expressa uma mudança apenas de nome, fazendo permanecer o mesmo significado para as estruturas sociais nas formas de sociabilidade.

Para melhor compreender as definições acima apresentadas, recorro a Veiga e Albajadejo (2002) no emprego das definições de relações simétricas e relações assimétricas. Sendo as relações simétricas quando o trabalho é trocado por trabalho ou bens, numa situação em que a incerteza da relação é reduzida, que na prática este tipo de troca produz uma dívida entre os agricultores, esta condição da dívida nos casos estudados, na verdade aparece nas definições de troca de dia ou do grupo de trabalho. No que se refere às relações assimétricas, no discurso dos agricultores os mutirões aparecem ainda demarcados pela obrigação moral de retribuir quando a ocasião se apresentar, sem criar nenhuma relação explícita de reembolso, configurando-se assim em relações assimétricas diferenciando-se das formas encontradas nas relações simétricas.

Por outro lado, o trabalho para a coletividade ainda aparece resguardado, seja nos mutirões para os doentes “[...] Só que o mutirão só ficou, por exemplo, que ficou pra ajudar uma pessoa doente. Aí faz o mutirão pra ajudar aquela pessoa também.” ou ainda ao

definirem que “[...] mutirão é pra ajudar, não tem responsabilidade de pagar nada”. Tomando ainda como referência as análises de Veiga e Albaladejo (2002) vemos em Candeuva, contrariamente à situação da região Panela, uma maior concentração de GPD, no interior dos quais predominam as relações assimétricas possivelmente possibilitadas pelo fato de que em geral, essas relações tendem a ser mais freqüente entre grupos domésticos vizinhos e entre os ligados por relações de parentesco, que é o caso da região Candeuva.

Segundo Veiga e Albaladejo (2002) onde a monetarização das relações de trabalho é pouco desenvolvida e a mão-de-obra relativamente escassa, um recurso de grande importância para os agricultores na produção dos bens necessários a suas famílias e na tentativa de melhorar suas condições de vida, é poder mobilizar a mão-de-obra disponível localmente e de ‘fidelizá-la’. Assim o capital simbólico torna-se uma das principais formas de fidelização da mão-de-obra, este aspecto ressaltado por Veiga e Albaladejo (2002) é o que parece perpassar nas (re) definições e/ou mesclagem da rede de relações de trabalho realizadas pelos agricultores das duas regiões do programa, principalmente quando ressaltam o aspecto do retorno, seja no mutirão, na troca de dia ou no trabalho de grupo.

Nas duas regiões do programa, poucas famílias têm seus filhos envolvidos com os trabalhos de grupo organizados pelos agricultores, onde os filhos participam geralmente pelo mando do pai. Na maioria das vezes em substituição a este, quando não pode estar presente nos dias, como uma forma de compensar a força de trabalho desprendida pelos companheiros mais jovens, situação que foi possível ser observada durante minhas atividades de campo junto à alguns trabalho de grupo. Ou seja, como uma forma de equilibrar a troca na dívida criada entre os agricultores, garantindo desta forma as relações simétricas.

Com o passar dos anos, mudanças ocorreram na configuração social da comunidade quando se compara a situação atual, com as imagens fornecidas pelas redes de relações estabelecida nas comunidades das duas regiões do programa, podemos constatar de que forma as ações de intervenção podem de fato representar oportunidades de interação e convívio social entre as famílias, nos ajudando a responder como ações propostas à comunidade, como o PROAMBIENTE, de fato influenciam na organização e sobre o funcionamento das relações no espaço rural, especialmente, sobre a gestão das relações entre o conjunto de famílias que foram ao longo de sua história construídas e (re)definidas por elas próprias, diante de suas condições estruturais e das reais possibilidades de ação dos indivíduos. Neste aspecto, o quadro seguinte possibilita uma síntese comparativa, mostrando a diferença de envolvimento com as formas de relações existentes no nível local dos agricultores inseridos no PROAMBIENTE, das duas regiões em análise:

Regiões	Sindicato	Associação	GP de Trabalho	Relações de parentesco na comunidade
Candeua	46,67%	40%	73,32%	90%
Panela	90%	60%	50%	60%

Quadro 7 – Grau de envolvimento nas formas de organização das famílias inseridas no PROAMBIENTE das regiões Candeua e Panela

Fonte: Dados sistematizados pela autora a partir dos formulários aplicado pela autora ao trabalho de campo, 2º semestre/2005 e das anotações para levantar a estrutura das relações de parentesco.

Uma comparação das relações sociais dos agricultores inseridos no PROAMBIENTE das duas regiões revela as diferenças nas estruturas sociais das duas regiões e ajuda a analisar as práticas sociais estabelecidas com a implementação do programa Candeua. Revelando que em Candeua, os agricultores têm um envolvimento maior com aquelas estruturas que representam relações sociais mais próximas das relações familiares, enquanto que nas comunidades da região Panela, com uma menor presença de relações de parentesco, não apenas entre as famílias inseridas no programa, o que pode ser observado no trabalho de campo, os agricultores priorizam aquelas estruturas sociais que representam formas de organização que dependem menos das relações de parentesco, por exemplo, para os trabalhos de grupo em Candeua, os agricultores desenvolvem suas atividades mantendo antigos grupos de parentesco (pai e filho com irmãos e tios) enquanto no Panela, além de poucos desenvolverem suas atividades em sua propriedade através do trabalho de grupo, a formação deste não prioriza as relações de parentesco e, sim, de vizinhança, considerando neste aspecto a proximidade entre as propriedades e/ou o interesse de se trabalhar em grupo para agilizar e facilitar os trabalhos. Neste aspecto, o conhecimento entre eles através de suas participações, seja no STR ou nas Associações, possibilita a formação dos grupos de trabalho, o que no final acabou influenciando também na divulgação e seleção das famílias inseridas no PROAMBIENTE nesta região.

4. ESTRUTURA E AÇÃO REVELADOS NAS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES

A proposta de desenvolvimento local, no meio rural, tem se encontrado diante de grandes desafios, na medida em que busca valorizar a base local (municípios, comunidades). Entra então no centro dessa discussão a questão da participação.

Diante deste quadro, conceitos como intervenção e beneficiários também entram no centro da discussão, em função do enfoque participativo para melhor designar a relação entre agentes externos, programas ou projetos e atores sociais. Pensando neste contexto, as questões abordadas neste capítulo visam contribuir nas análises sobre tal relação com outros elementos que perpassam pela estrutura local e a ação. Para isso, iniciaremos com as estratégias de seleção dos agentes comunitários e das famílias inseridas no PROAMBIENTE. As relações de parentesco e as organizações locais, tratadas no capítulo anterior, nos ajudarão a seguirmos em direção à compreensão das estratégias e da interpretação dos agricultores a respeito da proposta de desenvolvimento socioambiental contida no PROAMBIENTE.

4.1 AS ESTRATÉGIAS DE SELEÇÃO DOS AGENTES DO PROAMBIENTE E DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES

Não é raro o enfoque da participação em programas de desenvolvimento rural, então, muito se fala sobre a importância da inclusão dos atores sociais beneficiários destes programas na definição, implementação e avaliação dessas propostas de intervenção. Grande parte dessa visão foca-se no conjunto de interesses, na negociação desses e na regulação de conflitos para que metas de desenvolvimento socioeconômico sejam alcançadas com maior efetividade. A materialização dessa participação torna-se o ponto frágil na implementação dos programas, como torná-los eficazes e eficientes do ponto de vista dos resultados esperados e como os beneficiários seriam realmente apropriados como tais, são questionamentos em torno do enfoque da participação, principalmente quando se busca promover um intercâmbio com o saber e a experiência “dos locais”.

Neste sentido, na proposta do PROAMBIENTE, a participação ou o discurso participativo, supostamente inicia uma nova qualidade de relacionamento que se circunscreve no setor da extensão rural, pelo relacionamento entre os agentes comunitários e os agricultores da comunidade e daquelas que compõem sua área de atuação.

Ao tratar do aspecto da participação nas práticas já estabelecidas pelo programa,

pela escolha dos ACs e das famílias, buscarei ressaltar as estruturas locais e as ações dos indivíduos como uma maneira de evidenciar, nas práticas já estabelecidas, o processo de intercâmbio com as populações locais.

Neste sentido, quero destacar primeiramente a seleção dos ACs tendo seus próprios relatos sobre a escolha destes como agentes do programa. Neste aspecto, a indicação do STR-Irituia, considerando aqueles que tinham conhecimento das áreas, disposição e interesse, geralmente são os elementos pontuados pelos ACs. Inicialmente teria sido acordado nas discussões do sindicato que seriam 3 agentes na Zona Panela, um para cada região: de Brasileira, Araraquara e Panela, entretanto, foi incluída mais uma, pelo fato de que Araraquara ficaria com um número de participantes muito grande de inscritos (na análise do agente comunitário do PROAMBIENTE de Araraquara), o que poderia dificultar o trabalho do agente caso fosse apenas um, subdividindo-se, assim, em duas regiões de atuação do programa entre dois agentes comunitários. Inclui-se, desta forma, mais um agente comunitário, o de Candeuva, o que parece ter sido possibilitado em função de na época o então presidente do STR-Irituia ser de Candeuva. No relato do próprio AC de Candeuva, sobre o processo de sua escolha, revela tal possibilidade inclusive entrelaçada também pelas relações de parentesco entre o presidente do STR e o AC, embora as razões de sua escolha apareçam em seu discurso justificadas pelas características de seu perfil político, adquirido com suas atividades junto à comunidade.

***P:** Como é que você ficou sabendo do PROAMBIENTE. Quando e como foi?*

***E:** Olha, eu fiquei sabendo do Prambiente foi no final de 2000 pra 2001. Então tinha o G (seu tio) né, hoje presidente da associação antes ele era presidente do sindicato. Então eu acabava de sair da coordenação dessa comunidade aqui, então eu coordenei essa comunidade quatro anos, quase quatro anos e meio, coordenei essa comunidade aqui. Aí, ele veio do sindicato, como eu tinha saído da coordenação, aí ele propôs que eu fosse trabalhar... Foi escolhido, teve uma reunião aqui e escolheram pra mim ser agente, trabalhar como agente ambiental né, do PROAMBIENTE.*

***P:** Mas por que você foi escolhido?*

***E:** Porque pra pessoa hoje na sociedade, a pessoa só existe assim onde tem um trabalho de dedicação né, hoje em dia pra você conseguir ser um candidato a vereador, a pessoa vai ser escolhido por aquele trabalho que ela tá fazendo, uma pessoa participativa, é uma pessoa honesta, então na medida que você faz um trabalho que agrada, por exemplo, uma pessoa, um povo, realmente você vai ser escolhido pra qualquer trabalho. Então eu digo que ele viu por esse lado aí.*

***P:** Quem? O teu tio?*

***E:** O meu tio, então ele olhou por esse lado, talvez olhou o meu trabalho, o meu esforço que eu tinha com a comunidade, a minha*

participação (Agente comunitário da Região Candeuca do PROAMBIENTE, Outubro de 2005).

Para a escolha do Agente da região Panela, o processo se deu de forma diferente, inclusive não demarcada pelas relações de parentesco e o perfil do agente também, desta região, não se assemelha do agente de Candeuca:

P: Como é que você ficou sabendo do PROAMBIENTE? E quando foi?

E: Isso foi em... . Nós estamos em dois 2005, foi em 2002, me parece.

[...]

P: Por quê você resolveu participar do programa?

E: Pelo incentivo que eu teve. Começaram me incentivar e eu achei que era bom.

P: Quem incentivou?

E: Primeiro foi o PRORENDA, o M [técnico do PRORENDA] incentivou muitas vezes. Aí, com esse curso que a gente veio de lá [município de CAPANEMA³⁶] aí a gente já ficamos aqui na nossa região como um dos cabeça da frente aí... e foi o começo de um trabalho já pro PROAMBIENTE.

[...]

P: Então, me fale um pouco como foi tua entrada no Programa. A escolha, terem te escolhido, você ser o agente, como foi que aconteceu?

E: Isso aconteceu... o seguinte, essa escolha de agente aí, eu não tava nessa lista pra ser agente, porque essas coisa de agente era... quem ia ser o agente daqui era dois que tava na proposta, caso nós alcançasse o número de famílias, sessenta famílias, que ninguém alcançou³⁷. Aí, o C [liderança na comunidade] já mais experiente de que eu, já participou de mais coisa de que eu, participou lá em São Domingos do Capim, passou mais de uma semana..., nessa expectativa do PROAMBIENTE já. Aí, o C passou uma semana lá.

[...] e quem é que ia ser o agente? Tava os dois nomes já... eu ouvi essa conversa... era, era B [atual presidente do STR-Irituia] e C [...] Os dois agentes daqui da região do Panela. Aí, vamos pro tanto de família, aí não dá pra botar dois agentes, vai ficar só um [...] Não deu o número de família aí vai ter que contratar dois agentes vai ter que gastar mais dinheiro também. Aí, eles pegaram: "– Quem vai ficar no Panela? C que vai ficar." [...] Isso o Sindicato que discutia. O Sindicato que discutia isso. Aí o C, pá não quis ficar como agente, porque ele só ficava se ficasse dois, se ficasse mais um com ele. Aí ele chamou nós né. Os quatro que tinha ido pro PRORENDA, eu, o D, ele e outra menina filha do JD. Aí ele chamou ela, pra ela ficar no lugar dele, aí ela não quis. [...] Aí ele chamou o D pra ficar também, que ele não queria. Ele só ficava se ficasse dois, ficasse mais um com ele. Aí o D não quis, aí ele veio comigo, já me chamou se eu ficava já.

P: Mas, aí ele te conhecia?

³⁶ Alguns agricultores participaram de um curso realizado pelo PRORENDA, em Ourém. Durante as conversas com os agricultores, geralmente em suas declarações sobre as propostas do PROAMBIENTE, eles associam a este curso que tratava de questões ambientais “na prática”, utilizando a expressão deles mesmos, por mostrar novas técnicas de cultivo numa perspectiva agroecológica.

³⁷ Esta era a proposta inicial do STR-Irituia do número de famílias para a região Panela do PROAMBIENTE.

E: Ele conhecia já, sim.

P: Vocês são parentes?

E: Não somos bem parentes, não.

P: Por quê que ele te convidou? Por quê tu achas que ele te convidou?

E: Eu nem sei, sei lá por que foi. Devido ser muito amigo, eu acho. Eu não sei. Eu sei que ele veio me chamou.

[...]

P: E tu participas do sindicato?

E: Porque até através desse PROAMBIENTE que veio tinha que ser sócio do sindicato, né época nem era sócio, e tive que me associar. (Agente comunitário da Região Panela do PROAMBIENTE, Setembro de 2005).

As famílias inseridas no programa, na região Panela, não sabiam explicar como se deu a seleção do agente. Já no caso de Candeua, as condições de seleção do agente e até a divulgação foram mais claras para os participantes do programa:

E: Foi digamos assim, que... quando o G foi presidente do sindicato, acho que isso veio via sindicato, né. Quando o G foi presidente do sindicato, né, então acho que surgiu isso lá no sindicato, né, esse negócio do programa do PROAMBIENTE, né, e o G é uma pessoa muito interessada pela comunidade, ele veio aqui no Candeua e chamou o AJ [AC de Candeua], pra se apresentar, pra integrar no grupo, né, com o JM [AC de Araraquara], né, com essas pessoa, né. Então, eles passaram a ser os agente [...] A partir daí, quando ele fez a primeira reunião com nós, aqui na comunidade, o AJ, já começou, por exemplo, a conhecer o programa do PROAMBIENTE, né.

P: E aprovaram que fosse o AJ o agente?

*E: Foi, foi aprovado que fosse ele, né. Foi aprovado que fosse ele, né, até porque, por exemplo, **foi indicação do G**, mas... por exemplo, se a gente não... a gente pode trocar, colocar outro, mas não foi ninguém contra, todo mundo aprovou que fosse ele mesmo (LFM, na comunidade do Candeua, Outubro de 2005, grifo nosso).*

P: Como é que o senhor ficou sabendo do PROAMBIENTE?

E: Porque eu já era enquadrado nesse programa do FNO, participava do sindicato, era presidente da associação, aí eu fui descobri.

P: O senhor sabe como foi a divulgação do programa aqui?

E: Primeiro foi lá, foi eles lá do sindicato, foi lá do sindicato que varou a proposta, aí chegou aqui nós se reunimo e foi feito. Eu não vi lá como é que foi feito. Quem era o presidente nesse tempo era o G, inclusive nesse tempo ele chegou aqui ele me chamou como o presidente da associação e me falou [...].

P: O senhor conhecia as pessoas que estavam na divulgação aqui?

E: Era o agente ambiental [aquele escolhido pela comunidade em decorrência de orientações repassadas em atividades do PRORENDA, como oficinas e cursos onde alguns agricultores participaram fora de comunidade do Candeua] daqui mesmo, mas outras pessoa, no caso o presidente do sindicato né, era o G, o divulgador mesmo foi ele o G. (DAS, na comunidade do Candeua, em Outubro de 2005).

Os agricultores inseridos no programa, que foram entrevistados, também tiveram dificuldades em explicar o processo de divulgação e seleção das famílias. A declaração do AC, desta região, a seguir, deixa claro as razões das dificuldades pelos agricultores, ao explicar este momento de ação do programa nas comunidades. Também observando as famílias cadastradas, apresentadas no capítulo anterior no quadro 2, no PROAMBIENTE, na Zona Panela, pode-se constatar a declaração do AC da região Brasileira, que apenas neste caso houve realmente uma maior descentralização na divulgação em diversas comunidades, uma vez que esta região apresenta o maior número de comunidades envolvidas no programa (conforme verificamos no quadro 2 do capítulo anterior).

P: Então me fala um pouquinho como é que foi organizada a divulgação do programa aqui.

E: Foi organizada com... a gente mesmo começou se organizar aí e começou a fazer os cadastro...

P: A gente, quem?

E: Por exemplo, o C era um dos cabeça... aí, isso ajudou muito, por exemplo, o PRORENDA ajudou muito a gente. Porque a gente começou a divulgar alguns trabalho, o PROAMBIENTE mesmo foi divulgado a partir que eles começaram a vir aí, os... técnico. Aí, fizemo uma oficina lá no sindicato, fizemos duas reunião grande lá.

[...] não foi uma coisa bem planejado, não. Foi tudo quase em cima da hora. Aí a gente ficava assim, corre pra cá, corre pra acolá. Não tinha... não se organizava... pra fazer uma coisa direto com muita gente. [...] A gente convidava mesmo eles, avisando: “– Olha de tal dia tem uma reunião tal, assim que a gente vai cadastrar o pessoal que quer participar do programa do PROAMBIENTE”. Aí tinha gente que vinha, mas tinha uns que não vinha não.

P: Mas aonde vocês iam divulgando, onde era? Quais eram os locais?

E: Aí a gente divulgava também nas comunidades isso... nas comunidades, nas reuniões [da igreja católica] que eles faziam a gente ia avisando o pessoal e tal do PROAMBIENTE.

P: Quais foram as comunidades que vocês foram avisando?

E: Mais que nós avisamos foi na nossa aí, no Panela... A gente nem chegou sair mesmo diretamente pras comunidades. A gente só avisava mesmo quando a gente via a pessoa a gente falava assim pra ele e avisava. Pedia pra ele avisar as pessoas... A gente avisou mais as pessoas perto mesmo.

P: Mas por quê vocês avisaram mais perto? Só quem tava mais perto?

E: Porque... pra não ficar muito... por exemplo, longe pra gente trabalhar com eles, o pessoal. A recomendação era essa: “– Vocês pegam um grupo, só o grupo ao redor de vocês mesmo.

P: Quem tava dando essa recomendação?

E: Essa recomendação não sei se foi... foi do sindicato, me parece. (Agente comunitário da Região Panela do PROAMBIENTE, Setembro de 2005, grifo nosso).

Na verdade, a recomendação ressaltada pelo AC da região Panela demarcou, não

apenas o número de famílias inseridas no programa, como também, o número de comunidades, revelando ainda as adequações na divulgação e seleção das famílias em função das recomendações já citadas pelo AC da região Panela e, visando o próprio acompanhamento das famílias a ser realizado pelos ACs. Neste aspecto, vejamos ainda a declaração do AC de Candeua:

P: E aí como é que se deu essa divulgação com as famílias, falaram em algum lugar?

*E: Foi na Igreja. Aí depois que nós viemos de lá, dessa reunião em Irituia, aí chegou umas fichas, eu troce o material todinho, troce ficha, é... foi trinta e cinco ficha. Só que teve um problema aqui, né. Eu trouxe trinta e cinco ficha, na reunião cadastrei aqui trinta família, não deu pra cadastrar todas, até porque tinha **critério**, que eu já falei. a primeira coisa que eles falaram nessa reunião. eles falaram olha, é o seguinte "– O PROAMBIENTE é pra todos, mas nem todos é pro PROAMBIENTE. Então tu vai lá pra comunidade, tu vai vê as pessoas, se tiver uma família que vai dar problema, então é melhor não cadastrar", foi isso que me repassaram. **Aí eu fiz a minha classificação, né.***

P: Eles quem?

*E: O pessoal da FANEP, lá de Capanema. Aí eu fez a escolha, aí tinha as trinta e cinco ficha, que era exatamente pra uma comunidade, que fica o que... uns dez quilômetro né, lá no Açaiteua, era uma comunidade, **até pedi autorização do G** já tinha trinta aqui no Candeua e ia cadastrar as famílias lá no Açaiteua. Outra comunidade que eu ia ter que acompanhar. Aí eu foi lá só cadastrei quatro família, aí eu deixei outra ficha lá pro senhor que tava lá comigo, né, que foi lá comigo, aí pra finalizar nós fizemo uma reunião em Capanema, aí o J ele falou o seguinte: "– Olhe, os agente ..."*

P: Quem é J?

E: É o presidente da FANEP, eu já tinha cadastrado essas quatro família lá no Açaiteua. O J numa reunião com nós, com todos os agentes, aí ele disse: "– É o seguinte os agente que cadastrarem família mais de dez quilômetro longe da sua comunidade, eu vou falar logo sério vai ser cortado, porque não vai ter como, não vai ter como o satélite filmar essas famílias, a não ser que fosse cinquenta família, mas negócio de dez família prum canto, família mais de dez quilômetro uma longe da outra vai dar problema, porque nós ter batido uma foto vai ser batido uma foto né de todas as famílias, vai ser batido uma foto de satélite pra vê se estão mesmo deixando... diminuindo a queima, porque o objetivo do PROAMBIENTE é diminuir, a redução de fogo accidental." Quando ele disse assim, essa família já tá fora praticamente, porque daqui no Açaiteua dá mais de dez km. Essas já ficavam logo fora. Só que depois nessa reunião no sindicato que eu foi falei pro pessoal, só que eles não entenderam talvez, mas já expliquei que não foi questão minha, foi questão da direção da FANEP que não tinha como acompanhar essas família. Mas eu até concordei com ele porque ficava fora de rota praticamente né, fica longe mesmo. Aí por isso que eu fiquei só centralizado aqui, porque ia ter que acompanhar,

só que lá ia ser só quatro famílias e contra-mão pra mim. (Agente comunitário da Região Candeua do PROAMBIENTE, Outubro de 2005, grifo nosso).

Um outro elemento percebido nas narrativas, referentes à seleção das famílias, era a preocupação com o fato de não ter uma propriedade em seu nome, uma vez que esta era uma entre as regras para ser inserido no PROAMBIENTE. Algumas famílias, seja na região Panela ou Candeua, desenvolvem suas atividades agrícolas através das relações de parentesco, garantindo seus próprios sustentos, trabalhando na propriedade de seus pais ou irmãos, tendo apenas um terreno para abranger as necessidades de várias famílias. Embora essas famílias reconheçam que tenham desenvolvido, ao longo de sua vivência na comunidade, formas de organização, como os trabalhos de grupo ou a companhia (esta já citada em outro momento do trabalho), muitas vezes, criados e mantidos por iniciativas de integração ou pela busca por ação coletiva pelos próprios agricultores. Esta situação aparecia no centro das preocupações, até mesmo, entre as famílias não incluídas no programa.

Aí ele passou [o Agente comunitário do PROAMBIENTE] aqui, né, inclusive a J. minha irmã também ela não tem terreno, né, mas ela trabalhava no do A, que é meu irmão [...]. Aí ele disse que não podia fazer aquele que não tivesse terreno, aí a minha irmã conversou com o A, e o mano velho [o agente comunitário] disse que podia, aí foi que ela fez. (LXM, Comunidade do Candeua, Outubro de 2005).

A própria declaração do AC do Panela confirma essa situação de famílias interessadas em participar do programa, mas que garantem sua manutenção desenvolvendo suas atividades em um mesmo terreno, possibilitado pelas relações de parentesco.

P: *Quem mora aqui nessa..., nesse lote? Nessa propriedade? Quantas famílias?*

E : *Só duas, eu e o G [seu irmão, ambos inseridos no programa].*

P: *Quer dizer, se tinham duas pessoas, ou três famílias no lote, só colocava uma no programa?*

E: *É...*

P: *Esse foi um critério?*

E: *Não, não. Não foi assim, não. Botava era... se tinha dois ou três, tinha que botar todos três (Agente comunitário da Região Panela do PROAMBIENTE, Outubro de 2005).*

Os pontos aqui levantados na seleção dos ACs e das famílias, como o cumprimento das recomendações e as adequações feitas a elas pelos agentes e pelas próprias famílias, inseridas no programa, nos conduzem às observações de Gomes e Vilela (2004, p.236) ao tratarem da dimensão subjetiva da participação, quando nos dizem que:

[...] qualquer iniciativa com o enfoque participativo poderia ser considerada como valiosa por se portar como um detonador de processos dinâmicos locais próprios,

mas nada garante que o grupo local não já os possuía e que, às vezes, “repertórios de participação” mal conduzidos pelos agentes externos podem detonar com essas dinâmicas internas já existentes, levando muito tempo para se reequilibrarem a favor do crescimento positivo do grupo.

Portanto, as regras, recomendações estabelecidas nas práticas iniciais do programa, nas duas regiões em análise, sem levar em conta as estruturas locais das comunidades e as ações dos indivíduos, corre o risco de fazer com que populações, como aquelas da área rural não se coloquem a disposição dos estranhos e, até mesmo, de seus conhecidos como mediadores, parceiros de luta dessas populações, sem dar consciência e conceitos específicos às ferramentas e métodos facilitadores da participação (GOMES e VILELA: 2004).

4.2 INTERPRETANDO A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE A ESCOLHA DAS FAMÍLIAS E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS

Para analisar o processo de escolha das famílias inseridas no PROAMBIENTE e identificar as razões destas escolhas, procurei levantar os aspectos da estrutura social através do levantamento dos interesses e valores que perpassam pelas relações sociais, como nos chama atenção Radcliffe-Brow (1969), associada ainda às análises de Araújo e Schiavoni (2002) no que se refere às formas associativas nos processos de mobilização dos agricultores que, muitas vezes, é demarcada pelo personalismo e o clientelismo.

Analisando o discurso de agricultores, inseridos e não inseridos no programa, foi possível destacar diferenças marcantes entre as regiões Panela e Candeuca, primeiramente em razão de uma região ser composta basicamente por relações de parentesco, como é o caso de Candeuca. Outro elemento que se pode observar é que os espaços de organização e interação dos agricultores como a associação, o grupo de mulheres, os grupos de trabalho e as atividades religiosas da comunidade do Candeuca, ao estarem submetidos aos mesmos agrupamentos domésticos, facilitaram a delimitação da divulgação e a seleção das famílias o que foi constatado no discurso do AC.

P: Aqui, na região na hora de divulgar o programa, fazer a seleção, teve alguma conversa com as organizações que estão aqui, por exemplo, o grupo de mulheres, o 24 de junho ?

E: Teve, não foi assim uma conversa particular, não teve, particular não, mas porque quando surge qualquer coisa aqui, na verdade todos ficam sabendo, porque tá ligado tudinho. O grupo das mulher são da comunidade, entendeu?, da associação, fazem parte da comunidade, quer dizer, tão tudo interligado, o clube [grupo de mulheres] por exemplo faz parte da comunidade, quando qualquer coisa chega na comunidade, todo mundo fica sabendo, fica informado, porque tudo fica

interligado um no outro, tanto o grupo das mulheres, como o da associação tudo são ligado. (Agente comunitário da Região Candeua do PROAMBIENTE, Outubro de 2005).

E: Acho que o Z [o agente comunitário], como agente, né, ele sabe... ele tem uma visão assim... ele conhece as famílias da comunidade, né. Então, quando ele fez a reunião, ali no salão da comunidade, foi pras... pras famílias, né, pro cadastro, né, ele avisou a comunidade em geral na igreja. Ele deu aviso que a partir daquele dia as pessoas ia ser cadastradas no programa do PROAMBIENTE, né. Aí, foi que compareceram as... são trinta, né, as famílias cadastradas aqui na comunidade, né. E, as famílias que foram cadastradas é porque estavam presentes na reunião, né. (LFM, Comunidade do Candeua, Outubro de 2005).

O que podemos interpretar sobre a divulgação do programa apontadas pelo AC e que não podemos esquecer é o que nos diz Wanderley (1997), ao destacar que, em comunidades rurais é comum a estreita relação entre vizinhos, às vezes confundindo-se com parentesco, através das relações de “compadrio” ou “parentes por aliança”. Por outro lado, as famílias entrevistadas, da região Candeua, em geral destacaram, como entrevistado acima, a delimitação da divulgação na estratégia de divulgação do AC, onde as famílias reconheceram a Igreja, como o espaço de organização e interação dos agricultores mais utilizado na divulgação do programa.

Na região Panela houveram outras condições que demarcaram o processo de divulgação:

E: Assim, chegava nas comunidades... nas delegacias. Primeiro porque lá o sindicato tem delegacias, né. Você sabe, né? Então, tinha uma delegacia lá no Castanheira, o G foi lá e anunciou lá. “– Os sócios da delegacia daqui do Castanheira, tem um projeto, os que quiserem é bom procurar o B, que é da secretaria... como é o nome da secretaria? Secretaria Agrária, né. Ele que toma conta disso aí, ele que vai fazer essas fichas, tem que preparar as ficha, os nome, os dados do nome tudo direitinho, pra mandar pra Belém, pra depois vir um... vem com a ficha pronta pra cada um de vocês assinar” (DRS, na comunidade do Menino Jesus do Alto Murureteua, Setembro de 2005).

Entretanto, os agricultores de ambas regiões, em sua maioria, deixam bem claro desconhecer como aconteceu o processo de seleção das famílias inseridas no programa, onde muitos disseram não saber muita coisa ou absolutamente nada, mas algumas exceções foram encontradas, geralmente justificando a não inserção de algumas famílias em função de sua falta de interesse ou pelas condições pessoais daqueles que se interessavam. Nesta situação, um agricultor destacou um dos aspectos que perpassam pelos efeitos das intervenções,

visando o desenvolvimento da área rural, que é a preocupação dos agricultores com possíveis conseqüências, com a repercussão do insucesso das propostas a eles apresentadas, podendo inviabilizar futuras ações e comprometendo a imagem dos próprios agricultores:

*E: Olha, porque eu acho que essas famílias foram aquelas que acreditaram no programa, né. Porque infelizmente nem todas acreditam, né. Quando se lança uma coisa na comunidade, nem todo mundo vai acreditar. Então, eu acho que essas trinta famílias que foram cadastradas foram as trinta famílias que acreditou no programa. Por que aqui a gente tem mais de trinta famílias, mas **nem todas são cadastradas, porque não acreditavam, acham que não vale nada esse negócio de PROAMBIENTE**, quer dizer, não acreditou, né, e não foi cadastrada, né (LFM, Comunidade do Candeuca, Outubro de 2005, grifo nosso).*

*E: Olha, pelo menos aqui a Dona E, ela não ficou porque ela não dá mais conta de trabalhar. Ai, isso aí o Z [o agente comunitário] achou que era difícil, ela tinha um filho de criação e um neto, mas eles nem se interessaram. E verba vinha, né, pra pegar, a verba e fazer... vem a verba e deve ter como fazer, né.[...]. Porque se o grupo se... **se o projeto vem pra nós tem que acolher**, porque que nem uma vez um cara me falou, pra nós, né, **se nós não pega o projeto vai voltar e quem vai ficar no prejuízo somos nós, né. Porque se o projeto vem pra nós e nós não se prepara pra pegar, nós somos preguiçoso**. Nós temo que pegar o projeto, de qualquer maneira nós temo que topar... (JDR, Comunidade Panela, Outubro de 2005, grifo nosso).*

Mas a preocupação do agricultor, em caso de recusa das propostas de intervenção de desenvolvimento a ele apresentada ou de seu insucesso, reflete as conseqüências das propostas de intervenção, que na materialização do enfoque participativo criaram um fator mobilizador (material), elementos da análise de Gomes Vilela (2204) quando tratam da dimensão subjetiva da participação, onde eles destacam este fator na existência do traço cultural brasileiro do assistencialismo.

Os relatos seguintes trazem, nos interesses dos agricultores, elementos que Friedberg (1993) destaca ao mostrar uma relativização da racionalidade mediada pela afetividade, que o homem não é movido unicamente pelo apetite do ganho, mas também motivado pela afetividade, por suas necessidade psicológicas mais ou menos conscientes, que na expressão de M. Crozier (Apud Friedberg 1993, p. 36) “*Ele não é só uma mão, é também um coração*”.

*E: Eu resolvi participar pra... porque **de tudo um cara tem que experimentar**, né? E... O meu problema mais de participar dele ficou fôra de saber o que vai acontecer na frente, né? e a gente sem às vez participa das coisas não sabe de nada, né? O problema mais vai ser*

isso. (MJL, na Comunidade São Mateus do Jurujaia, concedida em Outubro de 2005, grifo nosso).

*E: O que levou eu a participar foi o seguinte, quando o B trouxe pra cá trinta ficha, aí, ele diz olha, tem que participar o PROAMBIENTE vai ser bom, vai ter um custo de vida pra cada um que... não é muito, mas uma ajuda de custo de vida vai ter, né, e vai ter os técnicos, né, nós temos que se preparar pra isso. Aí, isso me levou, né... que um dia eu conversando com um camarada, né, aí ele dizendo: “ – É seu D, você sabe que esse programa vai ser bom pra nós, porque nós **sem a ajuda de ninguém já faz muita coisa, e se nós tiver ajuda do governo, né.** Porque com a ajuda dessa coisa aí, a gente não tem pro almoço, mas a merenda tá segura, né.” (por RGB, na Comunidade Divino Espírito Santo, concedida em Outubro de 2005).*

*E: Eu achei interessante porque o PROAMBIENTE é um programa pra preservar a natureza, as queimadas, né. Então, foi... foi essas coisas que me levou a... a entrar pro... pro PROAMBIENTE, porque eu **achei interessante a maneira de... de como, por exemplo, preservar a natureza, plantar, por exemplo.** Eu achei interessante, por isso eu entrei pro programa, né (CSM, na Comunidade Candeua, concedida em Outubro de 2005).*

E: Foi a minha necessidade de mudar esse plantio, dessa cultura planta e arranca pra essa cultura permanente, foi isso que me levou. Quando eu criei o projeto do FNO, lá em casa eu criei animado, pensava uma coisa, chegou no fim deu outra, então eu entrei no PROAMBIENTE que é pra me dá um suporte pra mim levar ele pra frente, ta entendendo como é que é, trabalhar nos dois mas que me ajude, quer dizer a me sustentar nos dois projeto. (DAS, Comunidade do Candeua, Outubro de 2005).

Vale destacar que o interesse dos agricultores, em participar do programa, não passou necessariamente pelo envolvimento com outros programas de atendimento à agricultura familiar, já destacado neste trabalho, ao tratar do acesso ao crédito para suas atividades produtivas. Os agricultores de ambas as regiões, neste aspecto, tiveram suas experiências limitadas ao FNO ou PRONAF, ainda assim, quando questionados se conheciam algum programa de atendimento a agricultura familiar, não reconheciam estes como uma forma de programa voltada à agricultura familiar, mesmo entre aqueles que tiveram acesso a uma das duas formas de programa. Por outro lado, a participação em cursos e oficinas não é uma característica que predomine entre os agricultores inseridos no programa das duas regiões, ainda que na região Panela tenha ocorrido com mais frequência cursos e oficinas voltados para os sistemas de cultivo, associada a preocupação com as condições ambientais, na maioria das vezes, mobilizados pelo STR-Irituia por sua forte atuação nas comunidades

desta região do programa.

A opinião dos agricultores sobre o pagamento dos serviços ambientais é reforçada por argumentos à favor, justificados principalmente pela substituição do sistema técnico de corte-e-queima, ressaltando a necessidade de assistência técnica, como podemos observar na fala dos agricultor a seguir:

E: Eu acho... eu acho assim, porque por exemplo... eu acho que é interessante pagar sim, porque vai diminuir, por exemplo, a quantia do nosso roçado, né. Acho que a partir de que ele diminui, é interessante a gente receber alguma ajuda para que possa manter as famílias, né. Até porque, no caso do programa, se a gente colocava dez tarefas de roça, no caso, a partir de que a gente começa, por exemplo, a ter um benefício, assistir... ter uma assistência do programa, a gente vai ter que diminuir ela. A gente vai ter que diminuir, vai ter que colocar cinco, vai colocando três, desde que o programa dê uma assistência pra gente, né, sobre como você fazer a roça sem as queimas, né. Quer dizer... então, é interessante assim que você receba uma ajuda pra se manter, né, a sua família, né (LFM, Comunidade do Candeuca, Outubro de 2005, grifo nosso).

Entretanto, o aspecto da substituição do sistema técnico de corte-e-queima não é o único elemento ressaltado na justificativa à favor do pagamento dos serviços ambientais, mas emerge ainda a preocupação dos agricultores em fazer com que os demais membros da família se sintam estimulados a participarem do programa, preocupação esta possivelmente originada sobre o conhecimento do propósito do programa em inserir a família como um todo em suas ações.

*E: Sobre essa ajuda, né? Eu acho que é uma coisa muito importante, porque... Porque, aquilo que eu tô dizendo, se a gente com sacrifício, fazendo das tripas coração, a gente já faz, tendo uma ajuda a mais, né, **com mais coragem, com mais ânimo, os filho da gente tem mais coisa de ajudar também a gente** (RGB, Comunidade Divino Espírito Santo, Outubro de 2005).*

O pagamento aparece ainda justificado para a contratação de prestação de serviços, sendo utilizado por agricultores diante da opção de se dedicarem a outra atividade que melhor lhes remunere ou que permita a ampliação do rendimento. Segundo Neves (1995, p. 28), esta ampliação pode se dá em atividades que impliquem a revalorização do rendimento agrícola, e que “Neste caso o pagamento de trabalhos extrafamiliares não pode ser compreendido pelo aumento nos custos de produção ou pela pauperização do detentor da unidade produtiva.”, para a autora, “[...] O objetivo e a resultante dessa opção podem se traduzir em projetos de expansão dos meios de produção.”, acrescenta ainda em sua análise que a expansão dos meios de produção não signifique o objetivo de se tornar capitalista, mas que entre outros

aspecto pode sim “[]se reverter em alternativas futuras de utilização do trabalho familiar ou na criação de melhoria de condições sociais de vida para a família[...].” vejamos então a entrevista a seguir:

E: Era necessário, se houvesse esse pagamento era um coisa boa. Porque é uma ajuda pra gente, a gente as vez aqui tem muita necessidade na colônia, as vez a gente não faz uma coisa porque não tem como fazer... Olhe! Se, por exemplo, se eu tivesse sido ajudado, se eu tô com uma roça pra capinar, mesmo pra capinar a minha roça eu dava o dinheiro, né? E aí...

P: Como assim, por que o senhor ia pagar pra alguém capinar seu terreno?

E: É pagar porque eu tenho outros trabalho pra fazer na, na roça. Eu tenho o Janeiro pra capinar e já tenho e o... Verão pra capinar de novo. O janeiro é a segunda capina, o verão é o primeiro... E aí... Eu pagava um e fazia outro já. Inclusive eu tenho um filho que mora até comigo aqui na casa, mas ele tem o trabalho dele... Aí tem que fazer a roça dele. Então o pagamento era importante, Era importante porque já ajudava a gente. Eu vou fazer uma capina agora esses dias não sei nem qual é que vou fazer primeiro se é do janeiro ou se é do verão, porque todas duas é preciso.

Esposa: Cadê o dinheiro que não tem?

E: É essa ajuda desse pagamento que ele de qualquer maneira serve, para, servia ou serve pra gente ou pra melhorar o plantio ou pra ajudar a gente, a gente já tira do plantio pra fazer outra coisa (MJL, Comunidade São Mateus do Jurujaia, Outubro de 2005).

O próximo relato, por outro lado, traz uma outra percepção dos agricultores sobre o pagamento, que perpassa pelos receios frente às experiências por eles já vividas em outras proposta de intervenção de desenvolvimento para agricultura familiar:

E: Eu acharia assim que a gente deveria trabalhar com as nossas própria força, depois se vier algum recurso pra ajudar, [...] porque agente vai tomando mais experiência.

P: O senhor tem receio de receber o dinheiro e depois ter algum problema?

E: É isso passa pela cabeça, mas não é o receio isso, se não mudar se for daquele jeito que foi o FNO lá, aí isso me deixa apensativo, mas se for pra melhora... (DAS, Comunidade Candeuva, Outubro de 2005).

Para a interpretação acerca da percepção dos agricultores sobre a proposta de pagamento dos serviços ambientais, acrescentei um questionamento sobre os benefícios e/ou avanços que o agricultor acredita que o programa pode trazer para sua família e a comunidade. Neste sentido, tomo como referência a observação de FEARNSSIDE (2002, p. 335) quando discute a proposta de serviços ambientais nos dizendo que:

Uma questão a ser considerada é se povos locais que receberam fundos resultantes de serviços ambientais devem ter independência completa na decisão de como os fundos serão utilizados: se tudo ou uma parte do dinheiro deve ser empregado na manutenção dos habitats naturais que fornecem os serviços, ou se os fundos devem pelo menos ser limitados às utilizações que não prejudiquem esses habitats.

Vejamos então como os agricultores, inseridos no programa, articulam, em suas percepções, os benefícios que o programa pode trazer para sua família e sua comunidade:

*E: Pra família? Pelo menos é o conhecimento, né. Porque, olha, a formação... aí, quer dizer, na minha área, né. Nós temos uma área aqui, não vai só eu, **fica envolvida a família toda**. Tem que participar. O marido, a mulher, os filhos tem que tá lá junto dentro da área trabalhando, né. Não posso ir pra lá sozinho. Numa reunião eu posso ir só, mas pro trabalho eu não posso ir só, tenho que tá com eles.[...] Bom, pra comunidade é... o critério. Na forma que nós tiver dentro que nós tiver o nosso bom trabalho, é trazer trabalho pra comunidade. Que dizer, a comunidade pode... que nem a nossa aqui, pode... através do programa nós pode adquirir um projeto pra criar galinha dentro da comunidade (JDR, Comunidade Panela, Outubro de 2005, grifo nosso).*

E: O que fica a cargo dele fazer porque as comunidades, a comunidade precisa de muita coisa. Olha! Aqui a gente precisa de água, precisa de energia... Que a gente não tem e aí, por exemplo, eu não sei se o programa pode, é...

Esposa: Transmitir.

E: Transmitir isso, se ele transmitisse isso pra comunidade já seria um....

Esposa: Uma ajuda.

E: Uma ajuda pra comunidade. (MJL, Comunidade São Mateus do Jurujaia, Outubro de 2005).

*E: **Pra melhora de vida, pra minha família e pra comunidade**, como eu vinha falando, eles [a comunidade] querem vê acontecer mas eles não querem fazer né, então por isso eu tô entrando assim nesse programa que é pra **nós fazer e mostrar** pros outros e aí servir pra minha comunidade. (DAS, Comunidade na Candeua, Outubro de 2005, grifo nosso).*

*E: Olha! Eu aí pelo que eles falaram pode né porque... É... Através do programa a gente pode **melhorar o nosso plantio**, né? pode melhorar, pode até aumentar (CSM, Comunidade Candeua, Outubro de 2005, grifo nosso).*

Apreende-se claramente, através dos discursos dos agricultores, que eles articulam entre os possíveis benefícios e avanços do programa, aspetos que envolvem a manutenção da família e da comunidade, quando ressaltam as relações de trabalho no interior da agricultura familiar, condições de infra-estrutura na comunidade, a busca pelo conhecimento em direção à mudanças técnicas no sistema de cultivo e o reconhecimento da potencialidade da

agricultura. Entretanto, não aparece em suas falas, nenhuma inferência sobre a prestação dos serviços ambientais, que a população local pode estar oferecendo, no que se refere aos recursos naturais; como uma possibilidade da ação coletiva no nível local por aqueles inseridos no Programa. Isso pode significar que os agricultores ainda têm uma certa dificuldade de perceber o sentido da prestação dos serviços ambientais, em suas práticas seja no âmbito da propriedade ou da localidade.

4.3 A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES/AS DE CANDEUA E DO PANELA COM OS RECURSOS NATURAIS

Para a análise do processo de escolha das famílias inseridas no PROAMBIENTE, procurei ainda levantar informações acerca da relação desses agricultores com os recursos naturais em sua propriedade e na localidade. Esta relação foi considerada em decorrência do PROAMBIENTE trazer, na proposta de serviços ambientais, a promoção de modificações profundas em práticas e conhecimentos técnicos dos agricultores. Neste aspecto, não devemos esquecer o que alguns estudos sobre saberes técnicos dos agricultores amazônicos como de Veiga (2003), que nos chamam atenção para o fato de que dentro de uma única comunidade, grupos locais podem desenvolver atividades e sistemas técnicos de cultivo com *savoir-faires* e práticas bem diferenciadas.

Vejamos nas entrevistas a seguir, relatos sobre as práticas e conhecimentos técnicos dos agricultores, primeiramente, na região Panela e, em seguida, na região Candeuca:

E: Olha! Quando nós chegemos o que tinha aqui nessa parte aqui dos fundos do terreno era um castanhal muito grande que hoje não existe mais.

P: Mas por que não tem mais? Como foi que acabou?

E :O meu pai vendeu um bocado de castanheira mesmo...[...], o que acabou mais com o castanhal aqui foi... o fogo do roçado, era mais pelo fogo. Essas frutivas o que acabou com elas foi o fogo e a castanheira ainda tem uma desvantagem que ela tem fruto, tem pau, tem tudo, né? [...] Depois que ficou as outras que ficaram nos descampado, olha! Aqui no terreno do vizinho, no inverno só num, só um ano virou doze castanheira [...], além do fogo ela é fraca pra virar quando fica no descampado... E hoje você não vê castanheira. (Informação verbal) ³⁸.

P: Como era tua propriedade, quando você adquiriu o teu lote? Quando você pegou o teu lote, o que tinha nele?

E: Ah, só tinha mesmo é... a terra mesmo. Não tinha, não tinha sítio, não tinha benefício nenhum dentro dela não tinha nada. Quer dizer, só

³⁸ Entrevista fornecida por MLF, na comunidade São Mateus do Jurujáia, em outubro de 2005.

tinha área de terra lá, né. [...] Ela não tinha assim nada de alguma coisa... de benefício dentro dela assim, não, tava capoeira, tava capoeira, inclusive, tinha uma parte que... tinha uma porção da terra lá que ela... é brejo, né, ela não é apropriada assim pra colocar roçado, porque quando chega inverno, né, época de chuva, ele embreja, aí agente não põe roça lá, né [...] Embrejar quer dizer que ele... alaga no inverno. Aí, se você for fazer um plantio de mandioca, no caso, não vai... ele não vai por exemplo, produzir porque ele vai morrer. Ela morre quando é época da chuva que fica tudo cheio de água, né, aí não sai a mandioca. E essa parte desse meu terreno lá é mata. É uma mata que eu tô preservando ela lá e... ela dá assim mais ou menos umas doze ou quinze tarefas assim de mata, né. Então, não bota roça pra lá. Só de uma certa parte pra cá que boto roça, né (LFM, Comunidade do Candeuá, Outubro de 2005).

Uma outra situação a ser destacada diz respeito às condições estruturais vivenciadas pelos agricultores na região Candeuá, que tem relação direta com a divisão dos lotes e que perpassou pela relação com recursos naturais nas propriedades. Pelos relatos seguintes, podemos considerar que o fato dos agricultores não terem um lote definido como sua propriedade, também estimulou a prática do sistema de corte-e-queima, de forma que após a divisão, muitas famílias se sentiram mais incentivadas diversificar a produção:

P: Desde quando você começou a plantar outras espécies além da mandioca?

E: Faz uns 10 ano, desde quando eu soube que era meu mesmo, sempre trabalhamos lá mesmo, fazendo roça, aí depois que foi dividido, que ficou pra nós mesmo, aí nós investimos mesmo lá, de plantar. (Informação verbal)³⁹.

E: Eu tenho agora. Eu tenho... plantei açaí, plantei cupuaçu, abacate, tangerina, laranja, pupunha, são essas coisas que eu já tenho plantado lá na minha área já.

P: Mas você plantava ou só depois que foi dividido o lote...?

E: Depois que foi dividido.

P: Antes você não plantava?

E: Antes não tinha não, não. Até porque não deveria plantar porque não era da gente. Não sabia... era coisa de... herança...

P: Você só começou a plantar quando foi dividido?

E: Quando foi dividido... (LFM, Comunidade do Candeuá, Outubro de 2005).

Nas declarações acerca do uso dos recursos naturais entre os agricultores, quando questionados sobre as atividades que desenvolvem hoje em suas propriedades e como fazem, encontrei situações entre as duas regiões, Panela e Candeuá, onde os agricultores praticam o sistema de corte-e-queima associada à novas práticas, em busca de mudanças em seus

³⁹ Entrevista fornecida por ACM, na comunidade do Candeuá, concedida em Outubro de 2005.

sistemas de cultivo:

E: Olha! O que a gente planta mesmo todos os anos é a mandioca e... Eu ainda planto milho.[...] Os filhos também plantam milho... Mas a atividade mesmo direto é a mandioca. É só a mandioca é, é uma coisa que, que nós na nossa região... Por isso que só farinha hoje não deu mais dinheiro porque... Todo mundo planta mandioca... E faz a farinha...

P: Mas o senhor tá namorando outros cultivos ou tá só casado com a mandioca ainda?

E: Olha! Foi a tal coisa que eu disse numa reunião. No qual foi feita numa dessas pergunta que eu queria outras... E eu disse que sim, eu tenho vontade. [...] Duas vontade eu tinha de fazer... Um... Um sítio.

Esposa: Plantar açaí que eu tinha. Eu tinha vontade de ter um açaizal. [...] porque é, é a única coisa que nós precisamos de vida pra gente é o açaizal.

E: O que eu plantei foi lá naquele pedacinho que nós viveu, que é um pedacinho pequeno. Mas nós plantemo lá o açaí, o abacaba e o cupuaçu. [...] Mas ta morrendo tudinho.

Esposa: Pois é.

E: Tá todo, os limoeiros [...] só que agora quando nós limpemo nós escondemo por debaixo do mato. Pra que eles crescesse, né? Pra ver se... seria melhor.[...] E... Foi limpei tudinho depois de limpo... Eu... Afastei o matos dos pé, chamei um filho, “– Bora cortar umas folhas e botar aqui na frente dos pé de laranja e botar fogo.”, botamo fogo, botei fogo lá, queimou até as folhas verde que eu botei com laranja com tudo (MLF, Comunidade São Mateus do Jurujáia, Outubro de 2005).

P: Quais são as atividades que tu faz hoje na tua propriedade?

E: A gente só faz assim limpar né, por causa de num ficar assim no mato, porque tando é assim no feio é mais fácil de queimar e tando no limpo é mais fácil dagente proteger do fogo.

P: E o que você planta?

E: Nessa parte aí tem muita coisa plantada, tem cupuaçu, tem café, tem pupunha [...] e tem açaí, aí eu plantei já uns 200 pé de açaí, já esse ano,

P: Tu pretendes aumentar essa plantação?

E: Eu pretendo aumentar, a gente tá esperando a chuva, porque a gente tava plantando mais tava muito ruim né, porque tava muito verão né,

P: E como é que você ta fazendo?

E: A gente só faz limpar, mas deixa o bagaço no chão,

P: Você aprendeu em algum lugar essa coisa de limpar e ir deixando?

E: É a gente aprendeu no programa (PROAMBIENTE)), a gente só faz é limpar né, se cortar a rama em cima, deixar aquela folha proteger né o chão, e aí assim que a gente faz né, gora.

P: Mas essas coisas você plantava antes do programa.

E: Foi, antes do programa, só o abacaxi que foi depois, essa área toda já foi antes do programa (MGL, na Comunidade do Panela, Setembro de 2005).

Mesmo no caso de comunidade onde ainda ocorre o uso coletivo da terra, ou seja,

ainda não houve a divisão de lotes entre os moradores, os agricultores têm buscado implementar mudanças nos cultivos. Neste caso, vejamos os relatos de agricultor inserido e não inserido no programa na comunidade de São João do Murureteua, região Panela do PROAMBIENTE:

P: Quais são as atividades que o senhor faz hoje no seu terreno? O quê que o senhor tem plantado?

E: Tem plantado é... tem açaí tem banana, tem mandioca.

P: Mas antes do Prambiente o senhor já vinha plantando essas coisas?

E: Já, aí com as coisas que vem o cara vai plantando mais né?

[...]

P: Aqui todo mundo coloca roça onde quer, então o quê que o senhor tem plantado mais?

E: Acho que é só isso

P: Mas tem algum lugar que o senhor tá fazendo esses plantios

E: Não só esse aí mesmo (plantação ao lado de sua casa)

P: E aí o que o senhor tem plantado mais?

E: Açaí, acerola, maracujá, mangueira.

Esposa: Aí plantio acho que tudo quanto é marca de fruta aí tem

E: Tá tudo misturado, aí tem.

P: Mas aí já estava ou o senhor tem plantado?

Esposa: As árvores aí na beira do gapó é, mas essa árvore aí não.

(SST, agricultor inserido no PROAMBIENTE, na comunidade de São João do Murureteua, Setembro de 2005)

E: Até macaxeira plantei aqui, tá ela (a filha) que tá de testemunha aí, plantei mandioca que eu dava pra porco, plantei macaxeira, aí comecei a plantar banana, comecei a plantar açaí. [...] O que eu tenho plantado mais é a pupunheira, é o açaizeiro, tem um bocado de coisa plantada pelo meio disso aí. [...] Aí vendo também, o que eu mais vendo é a banana e o açaí. Porque como se diz tá tudo novato ainda né, porque eu comecei a trocar a idéia né, porque se eu tivesse começado mais logo. [...] Mas eu já fiz pra outro campo aí, mas só que eu larguei de mão, saí de lá e deixei lá. Porque ali na frente tem um açaizal que eu fiz lá e eu quero que você veja é grande o açaizal lá e é bonito, tem até um rapaz que toma conta. Porque aqui é de todo mundo né, aí você deixa, outro vai lá pra perto aí eu não vou fazer mais questão, porque se eu não tivesse saído de lá, aí deixa ficar pra quem tá lá e pra onde eu vou não de fazer, eu faço também né, eu sou assim, enquanto eu tiver força...[...] tudo isso eu fui fazendo por conta própria. (SST, agricultor inserido no PROAMBIENTE, na comunidade de São João do Murureteua, Setembro de 2005).

Os agricultores entrevistados, ao pontuarem suas intenções com essas mudanças, quando questionados sobre o que pretendem fazer com os plantios desenvolvidos, demonstram que são mudanças impulsionadas, na maior parte do caso, pelas reais condições em que se encontram os recursos naturais de suas propriedades, mas também, pela ações

individuais ditadas pelos projetos pessoais de vida para a família, visando qualidade de vida e/ou numa perspectiva de futuro:

E: Por enquanto agente pretende trabalhar aí mesmo, só nesse tamanho mesmo por causa que aí a gente dá conta de zelar.

P: Você pretende colocar outras espécies?

*E: A gente pretende é plantar mais o açaí e o caju né,[...] **Por enquanto a gente pretende só zelar né mesmo pra mais na frente a gente ter mais o que colher** (MGL, Comunidade do Panela, Setembro de 2005, grifo nosso)*

*E: Olha o que eu pretendia fazer era aumentar, no caso de trabalhar assim que nem nós tava trabalhando junto pra um e pra outro... A minha programa era de limpar de lá de onde nós limpemo até da beirada do garapé e dali pra baixo eu quero mexer é com açaí... Não dá por causa das outras coisas que tem pelo meio, mas a minha atitude mais era aumentar açaí, mas hoje a disposição pra trabalhar já não tá que nem era, a mulher não pode me ajudar em certas coisas também. [...] **A minha vontade de fazer um sítio que tivesse quase todo tipo de plantio** lá, eu plantei, uma, uma vez cento e quinze pé de laranja lá. (MLF, Comunidade São Mateus do Jurujaia, Outubro de 2005, grifo nosso).*

E: Ah, o plantio eh... que eu tô fazendo lá, eu pretendo ampliar mais ainda, que o caso dessa área lá pra fazer, que pra água é que é difícil. A minha tendência é plantar mais, plantar mais...

P: Pra quê?

E: Olha, pra, por exemplo, pra futuro... o açaí, por exemplo, o açaí hoje ele tá sendo muito vendável hoje aqui na comunidade, não é. Então, não se perde. A tangerina, que você vende. A pupunha você vende. O cupuaçu você vende. A polpa do cupuaçu tá cinco reais e pouco, a polpa. Quer dizer, então tudo se vende aqui, né. Então, acho que plantar é a solução nossa. Eu sempre digo: “– Nós vamos ter que plantar, porque só de mandioca, só de farinha, não dá.” Acho que não dá pra viver não, tem que plantar mesmo, né. Pretendo ampliar, se Deus quiser. Porque pretende garantir o futuro. Isso, pra futuro (LFM, Comunidade do Candeuca, Outubro de 2005).

E: [...] eu planto assim não é nem na intenção pra mim, eu planto por causa das criança, olha agora esses dias, eu trago o caju, faço o suco, aí já num compro né, a castanhazinha eles ajuntam, é R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) o quilo. Então já é um serviço que eu faço sozinha, vendo, se não der pra vender eles come assado. O que tu pretendes fazer com esse plantio?[...] pretendo ampliar esse plantio? Pretendo porque eu sinto que eu vou melhorar né, aí da pra ti vender, pra ti dá pra ti beber (ACM, Comunidade do Candeuca, Outubro de 2005).

Mas essas mudanças perpassam pelo processo de trabalho que se faz no interior de um processo de relações pessoais conforme nos dizem Woortmann e F Woortmann (1997).

Processo esse expresso na preparação da terra, e que não é iniciada de forma ou em local aleatória, mas que segue uma direção definida⁴⁰, direção essa determinada pelo *pai de família*, detentor *do governo* do trabalho, indicando que ele é quem ‘dá a direção’ e que também detém o controle do processo como um todo, sendo que:

A mulher pelo contrário é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro trazendo para dentro da casa os produtos da roça transformando-os em mantimento, para torná-los comida, inserida em sua própria ‘direção’ a do consumo. Em oposição ao homem, o movimento da mulher dá-se de um espaço já domesticado por ele para outro espaço, a casa núcleo simbólico da família.

Podemos perceber no fragmento da entrevista seguinte que de fato o processo de trabalho se faz no interior de relações pessoais, bem como as possíveis mudanças reafirmado no fragmento seguinte de nosso interlocutor, apontando que essas mudanças em direção a uma transformação da natureza, muitas vezes, vêm acompanhadas de mudanças no movimento a que foram remetidos homens e mulheres a partir da sua condição de gênero.

P: O que foi que levou o senhor a plantar essas espécies?

E: A minha esposa, a minha esposa que me levou a conhecer e me ajudou a fazer, com o conhecimento que ela tem.

P: Isso foi antes do PROAMBIENTE?

E: Antes do PROAMBIENTE. Quando chegou a gente já fazia alguma coisa

P: E como é que o senhor faz? O senhor faz sozinho sem a orientação se ninguém?

E: [...] Eu faço com orientação da minha esposa porque pelo conhecimento que ela pegou aí fora né,⁴¹ em outros estados e ela leva com que eu a gente tenha conhecimento.[...]. E hoje eu até falo pra você que eu tenho tanto conhecimento que eu guardo uma palavra, que a minha filha disse quando eu derrubava, a minha filha disse “– Pai o senhor derruba a plantação e mais tarde o que é que os quatro[outros filhos] vão sentar?” É até uma tristeza pra gente né. Mas, esse conhecimento que ela me deu e trouxe pra gente, é com esse conhecimento que agente tá levando as coisa pra frente.

P: E o que é que o senhor pretende fazer com esse plantio?

E: Olha, se Deus quiser, porque ele quer mesmo é no futuro quando eu puder tirar uma árvore dali pra mim vender pra mim sobreviver daquela é eu tirar uma e substituir pela outra;.

P: O senhor pretende ampliar esse plantio?

E: E pretendo, eu pretendo pela seguinte forma porque eu gostaria de

⁴⁰ E. Woortmann e F. Woortmann (1997, p. 37) ao analisarem a “direção da produção”, tomando como realidade o interior de Sergipe, chamam atenção para o fato de que: “O mato se opõe a casa e, sendo um espaço não dominado pelo trabalho, o deslocamento se dá do domesticado, conhecido (o espaço dentro) para o natural, desconhecido (o espaço fora; fora do domínio humano). Tanto ‘a direção vai da casa para o mato’ quanto ‘a direção vai de dentro para fora’ – num movimento centrífugo que tem na casa o núcleo organizador do processo de trabalho.

⁴¹ Cursos e oficinas oferecidos para o grupo de mulheres do Candeua por organizações como Movimento de Mulheres Do Nordeste Paraense

ver é nos dando fruto e crescendo mais, é de amplia é plantar mais porque um dia a gente consegue ver a mata virgem novamente

P: *E como é que o senhor faz o plantio dessas espécies?*

E: *A gente faz assim, abre o caminho por debaixo do mato, plantando por debaixo do mato, porque quando uma cair já tem outra pra substituir aquela, aí certamente essas plantação, elas são frutífera da mata, então na mata que ela gosta de estar (SAM, na comunidade do Candeuca, concedida em Outubro de 2005, grifo nosso).*

Portanto, ainda permanece a casa como o núcleo organizador do processo de trabalho, entretanto, neste caso há uma mudança no movimento centrífugo analisado por E. Woortmann e F. Woortmann (1997). Essa mudança pode ser atribuída ao fato das mulheres de Candeuca terem uma participação mais ativa no grupo de mulheres, possivelmente proporcionado à elas maior contato com agentes externos e, assim, provocando mudanças no processo de trabalho e no interior das relações sociais familiares.

Em Candeuca e na região Panela o processo de mudança nos sistemas de cultivo também aparecem, em alguns casos, demarcadas pela proposta do PROAMBIENTE, que inclusive fez retomar ações coletivas estimuladas pelo programa e movidas pela determinação dos próprio ACs:

P: *E desde quando vocês fazem esse mutirão? ... Antes do PROAMBIENTE já fazia?*

E: *Não. Antes do PROAMBIENTE, não. Não fazia assim, não. Cada um trabalhava na sua assim... Trabalhava mais particular, cada um na sua área.*

P: *Então, começou depois do PROAMBIENTE?*

E: *Antes do PROAMBIENTE a gente trabalhava no mutirão sim. A gente fez um mutirão só que era... já era... nós trabalhamos num mutirão ali no papai, já era mais na família mesmo. Era eu, o papai e juntava mais os irmãos, eram uns três irmãos: G, outro meu irmão, lá o D [...]: Agora não. Agora pegou mais gente. Aí acabou...*

P: *Parente distante entra.*

E: *Entra todo mundo.*

P: *E quem não é parente também entra?*

E: *Entra. (Agente comunitário da Região Panela do PROAMBIENTE, Setembro de 2005).*

E: *Olha, quando nós começamos aqui a trabalhar em mutirão, fomos cadastrados, começamos fazer mutirão de roça com queima e capina de roça. Então, nós começamos assim. Só que eu decidi ultimamente de nós parar de mutirão de roça sem queima dos cadastrados, sabe. Porque eu vi que nesse mutirão de roça sem queima, a gente não ia avançar um dado importante que o PROAMBIENTE tá querendo, plantar, né. Porque o objetivo do PROAMBIENTE é plantar pra prestar serviços ambientais. Então eu decidi, fiz uma reunião com eles pra gente parar um pouco assim, não de... trabalhar com roça de fogo, né,*

mas um grupo dos cadastrado fazer um trabalho mais... que vamos envolver mais o PROAMBIENTE desse lado. Então a gente decidiu que os mutirões seria só de roça com queima, aliás, sem queima e de manejo.

P: *Manejo do açai*

E: *Manejo do açai. Aí, nós decidimos, por causa dessa questão. Se a gente ficasse no nosso costume, de fazer roça com queima, agente não vai avançar esse lado aí. Então, nós decidimos por isso. Mas, não que a gente fosse parar, mas, quer dizer, o grupo se divide pra fazer as atividades com roça.[...] Eu tirei essa idéia porque eu vi que a gente não ia avançar desse lado como eu falei. Porque pro PROAMBIENTE, nós temos que prestar serviços ambientais, então o programa do PROAMBIENTE, ele foi... é um programa que vai fazer que as pessoas prestem esses serviços ambientais [...].*

P: *Mas o mutirão, eles foram organizados quando começou o PROAMBIENTE aqui, ou antes vocês trabalhavam com mutirão.*

E: *Mutirão? Sempre trabalhamos com mutirão aqui. Só que, só como falei com roça de fogo. Tinha só pra roça de fogo. Pra plantar... (Agente comunitário da Região Candeua do PROAMBIENTE, Outubro de 2005).*

Além de ações coletivas desenvolvidas no nível de propriedades, passaram a ocorrer outras no nível da comunidade, por exemplo, através de atividades visando a proteção e recuperação dos recursos naturais ainda existentes nas comunidades. Vejamos primeiramente o caso de Candeua no relato seguinte, demonstrando que os motivos das condições em que se encontram os recursos naturais perpassam muito mais pelas atitudes dos agricultores diferenciando, assim, as ações coletivas desenvolvidas pelos moradores:

E: *Antes... a gente não tinha conhecimento como tratar as margens dos igarapés. Agente não tinha aquele conhecimento. **A gente colocava roça, né, desmatando as cabeceiras dos igarapés.** Quer dizer, tudo aquilo prejudicou o igarapé, né. A partir de quando agente entrou no programa do PROAMBIENTE, a gente vai conhecer, mas a gente já tinha destruído. Porque agente não sabia. Agente não tinha conhecimento, não é. Hoje não. Hoje a gente já tá preservando, né, as margens dos igarapés não plantando roça, a cabeceira do igarapé pra não botar roça, pra preservar pra que torne a viver como era antes. É um pouco difícil, mas agente vai fazer o possível ele voltar como era antes. [...] Aqui, nós é o seguinte: a gente tá fazendo a recuperação no sentido de preservar, né, as margens dos igarapés. A gente tá preservando. Acho que é a melhor maneira de nós recuperarmos.[...] Preservar quer dizer que a gente não tá colocando roças nas margens dos igarapés, né. Porque a roça... quando você põe uma roça, você queima, quer dizer, pronto... quer dizer ela queima tudo, quer dizer, aí fica só o igarapé, né, aí ele vai sofrer conseqüências, que ele vai secar, por causa que não tem árvore, né, a gente derruba tudo. Nesse igarapé que eu lhe digo, por exemplo, tem local que ele tem igapó. O igapó, né, mas tem local que não tem, a terra vai até o igarapé, aí você bota uma*

roça que vai até e beira do igarapé, aí o igarapé vai sofrer as conseqüências, né, porque a gente vai desmatar e vai queimar, aí fica sem a proteção as margens do igarapé.

[...]

*E: A gente só participou assim de um trabalho de grupo assim no igarapé grande, agente já mobilizou aqui as famílias. A gente fez um trabalho lá, quer dizer, um trabalho de limpeza do igarapé. Por exemplo, a malva... você conhece o que a malva, né? Um produto que a gente tem muito aqui... quer dizer, a malva, a gente corta ela e coloca no igarapé pra amolecer, né. Quando agente tira a malva dali, aqueles talos a gente joga na beira do igarapé. Quer dizer, a malva, ela acaba com o igarapé, então, esse igarapé grande aqui, esse que eu tô falando, essa parte de baixo, a gente costumava afogar malva, né, e a malva, ela praticamente eliminou o igarapé, **Então, nós mobilizamos as família aqui, né, o Z [o a gente comunitário] mobilizou as famílias aqui, a gente foi pra lá e começamos a limpar o igarapé de novo**, porque ele se espalhou, a gente não sabia onde tinha igarapé mais. Aí a gente foi conseguindo. Agora não, o igarapé já voltou por onde ele era, porque nós limpamos o leito do igarapé, porque tava todo acabado, né (LFM, Comunidade do Candeuca, em Outubro de 2005, grifo nosso).*

Na região Panela, as condições em que se encontram os recursos naturais não se dão pelas mesmas razões de Candeuca e as ações coletivas também não se dão da mesma forma que em Candeuca, vejamos estas diferenças na entrevista seguinte:

E: Os igarapés estão agora, devido ao fazendeiro ta ruim porque aquela questão, hoje mesmo, numa reunião que nós fizemo em Irituia, Fizemo a Associação Viva Igarapé, né, associação que nós fizemo aqui pra proteger o igarapé, o rio, porque tem um pessoal que pesca pra comercializar e não cuida.

P: Mas o senhor tem um igarapé bem aqui [dentro de seu terreno]. O senhor tem feito algum trabalho pra recuperar, pra conservar ele? Como é que o senhor tem feito?

E: Até agora eu ainda não fiz nada nele, até agora não. Ele tá aí, a água aí, né, até agora não recuperei ele, a limpeza, nada. Mas, através do Prambiente, uma hora a gente pode fazer, né, a limpeza do igarapé. Ai eu lhe digo porque tem um pessoal aí que tá pescando lá no coisa... no rio Irituia, tá pegando o camarão, lá de Irituia, parece que na desova dela é vinte mil ovos. Vinte mil. Então, eles tão pegando as fêmea e levando pra Belém, não sei pra onde, pra vender pra outro lugar aí fora. O que mais tá produzindo é de Irituia... o rio Irituia tá produzindo mais que do Jupiri (LFM, Comunidade do Candeuca, Outubro de 2005).

Mas as condições em que se encontram os recursos naturais na região Panela não têm como origem apenas os problemas decorrentes do latifúndio, mas também, pelas práticas dos pequenos agricultores em seus sistemas produtivos:

E: [...] o que já ta prejudicando mais são os pequenos criadores né,

porque o I também já cria um gadinho aí e hoje mesmo eu vi M ir pra lá e reclamar, porque cumeu todinha a rocinha dele, então já ta prejudicando, né, o fazendeiro até hoje não prejudicou, nem teve conflito com o fazendeiro. (JDR, Comunidade Panela Outubro de 2005).

E: [...] Olha tem muita gente que queima, olha esse homem aí mesmo e ele é do programa, além dele queimar a propriedade dele ele ainda queimou o nosso aí, quer dizer dois anos que ele queima nosso sítio aí. [...] no ano passado ele queimou o nosso cocal que não ficou nada, eu acho que essas pessoas não deve fazer uma coisa dessas (MGL, Comunidade do Panela, Setembro de 2005).

A situação levantado pela segunda entrevista, apresentada acima, presenciei por duas ocasiões durante o trabalho de campo, o que caracterizo como queimadas acidentais ⁴² decorrente da prática da agricultura de corte-e-queima pelos agricultores desta região do PROAMBIENTE.



Figura 35 – Queimada acidental na propriedade de agricultor inserido no PROAMBIENTE, na comunidade do Panela.

Fonte: Elizabeth Raiol em 2005.

Os dados aqui apresentados da relação dos agricultores, inseridos ou não no PROAMBIENTE, com os recursos naturais, nos lembram o que nos diz Fearnside (2002, p. 336), ao nos chamar atenção para o fato de que “*O valor do papel de uma comunidade local na conservação de um recurso não pode ser calculado à base, por exemplo, do que a área de terra envolvida produziria*”, e que “*A identificação de que parceiros em uma comunidade devem receber benefícios ou entrar em acordos é mais difícil do que parece e pode ter efeitos decisivos*” (FEARNSIDE, 2002, p.338). Estas questões nos conduziram ainda, a saber a quem os serviços ambientais beneficiariam, as populações locais ou ao apenas o governo e os

⁴² Considerando que o sistema de corte-e-queima desenvolvido pelas populações amazônicas, tornou o uso do fogo uma prática comum pelos agricultores, aplico aqui a da queimada acidental, conforme a definição de R. Costa (2002, apud L. COSTA, 2004) sendo o fogo da queimada intencional como aquele que escapa o controle do agricultor, portanto se diferencia da queimada intencional apenas nos resultados pois tanto a queimada acidental quanto a intencional o fogo tem efeito desejado, seja para preparo de área para roça e pasto, ou par limpeza de pasto e de sítios, ou seja nos dois casos a origem do fogo é intencional.

intermediários ? Segundo Fearnside, isso é essencial para julgar se a opção pelos serviços ambientais constitui uma forma de desenvolvimento sustentável.

Existe uma diversidade de relações dos agricultores e seus recursos naturais entre as regiões Candeuca e Panela. No Candeuca em decorrência do forte elemento histórico do uso coletivo da terra, as famílias que utilizavam os recursos naturais foram as mesmas, e as novas que apareceram ao longo do tempo ocorreu, em sua maioria, pela descendência. Os relatos demonstram ainda que não havia uma preocupação com o futuro dos recursos naturais, uma vez que o agricultor não tinha uma propriedade sob sua responsabilidade para garantir o sustento de sua família, mas por outro lado, o uso coletivo da terra possibilitou ações coletivas no nível de comunidade com mais frequência e intensidade do que nas comunidades da região do Panela.

As modificações que ocorreram nos recursos naturais na região Panela e Candeuca têm na identificação, pelos pequenos agricultores, a aplicação das mesmas práticas adotadas em seus sistemas produtivos, o sistema de corte-e-queima. Práticas estas em condições estruturais que diferem, não apenas de uma região para outra, mas entre as próprias comunidades das duas regiões. Na região Panela, como a formação das comunidades predomina como característica, não ocorre apenas pela descendência de famílias nativas, mas também pela inserção de moradores de comunidades vizinhas e até de outros estados, demarcou o uso dos recursos existentes pela maior variação de famílias que passavam pelas terras em decorrência da venda das propriedades.

Quanto às novas práticas, em busca de mudanças em seus sistemas de cultivo, seguem na mesma direção, em ambas regiões, que é modificar as condições atuais em que se encontram os recursos naturais, a busca pelas mudanças não em função da inserção das famílias no PROAMBIENTE, mesmo porque muitas delas já vinha inserindo novas práticas em seus sistemas de cultivo antes de conhecerem a proposta do programa.

Essas diferenças, na forma de lidar com as conseqüências das alterações ocorridas no uso dos recursos naturais entre as duas regiões, nos possibilitam inferir algumas possibilidades de como a participação dos agricultores no PROAMBIENTE influencia a relação dos agricultores com os recursos naturais. Partindo da compreensão de que há uma mútua interação entre as relações estruturais com as ações coletivas da comunidade, podemos dizer que no Candeuca a participação dos agricultores no PROAMBIENTE pode não influenciar em direção a formação de organizações mais modernas como associações. Na medida em que, conforme demonstra o relato do agente comunitário do programa em Candeuca, começaram a retomar os trabalhos de mutirões para o preparo de roças sem queima

e de manejo, enquanto uma prática de ação coletiva que faz parte das características das estruturas sociais do Candéua. Mutirões estes envolvendo o grupo das famílias cadastradas no programa na intenção de prestar os serviços ambientais.

Nas comunidades da região Panela, os trabalhos para o preparo de roça sem queima, na perspectiva de prestar os serviços ambientais, ocorre com uma certa frequência apenas com a formação de um grupo de trabalho, formado por agricultores vizinhos inseridos no programa de duas comunidades, da região do PROAMBIENTE, Menino Jesus do Alto Murureteua e de São Tomé do Panela. Ainda que outros agricultores, juntamente com o Agente comunitário, tivessem formado grupos de trabalho entre agricultores inseridos no programa, para o preparo de roça sem queima, estes não funcionaram, ocorrendo de forma individual as atividades e experimentos em direção a uma perspectiva da criação de sistemas agroflorestais em algumas propriedades. Por outro lado, diferentemente de Candéua, anterior ao Programa na região, criaram a Associação Viva Igarapé na perspectiva de cuidar dos recursos hídricos utilizados pelas famílias, através dos Igarapés que atravessam diversas comunidades, envolvendo desta forma não apenas os agricultores inseridos no PROAMBIENTE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decidir realizar a pesquisa que resultou nessa dissertação, percebi logo de início, nas conversas com meu orientador, que encontraria pela frente um grande desafio, pois teria que realizar um estudo de campo em uma comunidade.

Minha experiência prévia consistia em inserções no espaço rural através de algumas atividades relacionadas, muito mais com a extensão, através de cursos e oficinas voltadas para o processo de organização política de agricultores e agricultoras, visando sua participação em ações direcionadas para o desenvolvimento rural, do que para com a pesquisa. Embora, em minhas atividades acadêmicas e em minhas curtas trajetórias pelo espaço rural, tenha tomado a consciência da necessidade de se articular pesquisa e extensão, sem excluir o ensino. Sentia que muitos elementos me faltavam para realizar essa articulação necessária.

Sempre questioneei a minha prática nas inserções e atuações no espaço rural pelas propostas que defendia, através dos cursos e oficinas que realizara junto aos agricultores. Neste sentido, o curso de Mestrado em Agricultura Familiares me proporcionou amadurecer as minhas próprias reflexões a respeito das minhas práticas, me fazendo perceber que na verdade, elas perpassavam pelos meus questionamentos acerca das propostas de intervenção de desenvolvimento das quais eu fazia parte.

Este trabalho possibilitou, não apenas responder questões levantadas em uma proposta de pesquisa, visando um produto de investigação para obtenção de um título e/ou o cumprimento de uma regra institucionalizada na vida acadêmica, mas também esclarecer situações que para muitos podem parecer um movimento idealista, de quem é movido por utopias vislumbrando a capacidade de transformar a sociedade.

Ao tecer a trama que me levou à investigação realizada neste trabalho, percebi o já observado por Veiga e Albajadejo (2002a) de que as relações sociais no nível local nem sempre são apreendidas através de um modelo de relações contratuais e, sim, muitas vezes, pelas relações personalizadas de tipo doméstico família. Este fato ficou claro quando procurei levantar as estruturas sociais da localidade, identificando e caracterizando as práticas sociais construídas no processo de mobilização para a escolha das famílias e das zonas. Por outro lado, as narrativas referentes à seleção das famílias demonstraram que as próprias famílias, em decorrência de sua vivência na comunidade, reconhecem que criam formas de organização visando garantir a manutenção de suas famílias, por meio das relações de parentesco,

garantindo a manutenção das famílias trabalhando na propriedade de seus pais ou irmãos, aspecto que apareceu, até mesmo, entre as famílias não incluídas no programa.

A realização desta pesquisa, através das técnicas de investigação utilizadas para caracterizar as estruturas sociais da localidade, me permitiu verificar, na comparação entre as duas regiões de atuação do PROAMBIENTE, que a estrutura social no interior da “localidade” demarca a relação da comunidade com uma intervenção de desenvolvimento. Neste aspecto, as reflexões de Gomes e Vilela (2004) nos ajudam a compreender as possíveis conseqüências de uma ação de intervenção de desenvolvimento em uma localidade rural, como por exemplo, no caso da Região Candeua do PROAMBIENTE, onde temos um conjunto de famílias com uma prática de ação coletiva mais tradicional, que foi revelada no envolvimento das famílias, aquelas inseridas no programa, com as formas de organização existentes na comunidade.

Neste aspecto, uma intervenção de desenvolvimento em uma localidade como a região Candeua pode contribuir para articular laços de convivência já existentes, gerando efeitos sobre a motivação subjetiva da participação através de processos coletivos, como ocorreu com o retorno dos mutirões e os trabalhos de grupo. Mas, pode também provocar novas correlações de poder no seio da comunidade, devido uma divisão na localidade entre famílias inseridas e não inseridas no programa, que por sua vez fazem parte de uma mesma descendência familiar, caso não ocorra um espaço aberto de discussão, em nome de manter um processo de aprendizagem das relações sociais, por exemplo, pela do uso e gestão dos recursos naturais. Desta forma, a relação da comunidade, com uma intervenção de desenvolvimento, estaria articulando estrutura e ação na medida em que estivesse motivando os laços de convivência entre os agricultores desta localidade.

No caso da região do Panela, onde temos um conjunto de comunidades com relações sociais diferentes, com famílias mais demarcadas pelo envolvimento, com formas de organizações menos tradicionais, como o sindicato e as associações, a relação da comunidade, com uma intervenção de desenvolvimento, pode levar ao amadurecimento dessas organizações e a uma maior diversidade de famílias nas ações coletivas da localidade, com a formação dos grupos de trabalho ou dos mutirões. Mas, não necessariamente a uma maior participação dos agricultores, na medida em que o personalismo e o clientelismo não fogem a realidade dessas formas de organização social, privilegiando famílias ligadas às lideranças políticas dessas organizações. Desta forma, os fenômenos de inovação técnica e social nas unidades familiares e nas comunidades pode ficar restrito a determinados grupos sociais, sem contribuir para ação coletiva dos agricultores de uma localidade, comprometendo

assim as mudanças no âmbito do desenvolvimento rural e da agricultura familiar.

Um outro aspecto que nos chama atenção, relacionado com o envolvimento dos agricultores com as formas de organização, em particular no caso da região Panela do PROAMBIENTE, nos faz lembrar Costa (2004), ao mostrar as diversas estratégias e táticas desenvolvidas pelos agricultores familiares no campo ambiental através de suas instituições representativas (STR e associações) e campanhas, quando reconstróem discursos, com diferentes sentidos, para afirmar seu lugar na disputa simbólica. De forma que estas instituições e campanhas representam uma possibilidade a mais de acesso ao campo político, abrindo janelas de interlocução e conhecimento/reconhecimento de demandas do campo da agricultura familiar.

Ainda ao comparar as especificidades das estruturas sociais da região Candeua e de Panela, foi possível perceber, como nos chama atenção Veiga e Albaladejo (2002), de que o local não é sinônimo de participação. Neste aspecto, a existência de mediadores da própria comunidade, como os agentes comunitários do PROAMBIENTE, em uma intervenção de desenvolvimento, não garantem processos democráticos de participação no nível. As estratégias elaboradas pelas lideranças locais e pelos agentes comunitários para seleção das áreas de atuação do programa e escolha das famílias, revelaram no desconhecimento por grande parte das famílias inseridas no programa, a falta de uma transparência e maior circulação da informação, o que pode comprometer uma intervenção de desenvolvimento, mesmo daquelas voltadas para agricultores familiares, originada de um longo processo de amadurecimento da luta dos próprios agricultores.

Portanto, se partimos do princípio de que as mudanças ou adaptações no sistema de produção implica também em mudanças nas dinâmicas sociais de uma localidade, a divulgação e seleção das famílias enquanto prática social já realizada pelo Proambiente, não aparece nos relatos obtidos como processos de aprendizagem que represente uma inovação na prática social, em direção a relações sociais renovadas para então estimular o dinamismo nas comunidades em nenhuma das duas regiões do programa.

Penso que os dados da pesquisa aqui apresentados nos ajudam a entender o que nos diz Giddens (Apud BUSTOS CARA; 2002; CHAZEL, 1995), quando nos fala da necessidade de raciocinar em termos da “dualidade da estrutura” e, não em termos de dualismo. Implicando em conceber a estrutura como o produto das práticas sociais e como o próprio meio da reprodução dessas práticas. O significado de dualidade da estrutura, através da visão dos agricultores sobre as propostas de pagamento dos serviços ambientais do PROAMBIENTE, nos revelou esse fenômeno dialético, que ocorre na estratégia de

empreendimento humano na construção do mundo, onde o produto humano retroage continuamente sobre seu produtor (PETER BERGER, 1985).

As opiniões e ações que envolvem o pagamento dos serviços ambientais, demonstraram que a ação do agricultor é planejada em função do que acha “satisfatório”, dos efeitos acumulados das decisões e, não em função do possível, ou para conseguir o resultado máximo (ALBAJADEJO e VEIGA, 2002b). Os agricultores combinam de maneira complexa as decisões estratégicas e táticas, aqui comparado ao raciocínio do agricultor com o “bricolagem” de Claude Lévi-Struss (1997, apud ALBALADEJO e VEIGA, 2002b). Situação que verificamos ao mobilizar uma série de elementos quando tratam acerca do pagamento dos serviços ambientais, como novos conhecimentos acerca do sistema técnico; o estímulo à participação, no sentido de agricultura familiar, por envolver todos os membros da família; ampliação do rendimento.

Um entendimento mais aprofundado da recíproca relação entre estrutura e ação deverá incorporar outros autores que certamente trariam contribuições significativas para a análise que propôs aqui, no sentido de superar a dicotomia entre as teorias da ação (microsociológicas) e teorias estruturais (macrossociológicas), além de um tempo de convívio mais intenso nas comunidades. No entanto, tratando-se de um recorte com limites histórico (por envolver à análise de um uma proposta de intervenção, de desenvolvimento, que está em seu início de execução), teórico/metodológico, geográfico e de tempo, que implica uma dissertação de mestrado, se fez necessário refletir sobre alguns dos elementos que perpassam pela recíproca relação “estrutura e ação”. Elementos estes levantados nas entrevistas realizadas e nas observações, através das curtas passagens pelas comunidades e na participação em atividades promovidas pelos agricultores, envolvendo não apenas as família inseridas no PROAMBIENTE, mas também outras; além da análise de documentos que possibilitaram a chegar às conclusões até aqui apresentas.

Embora os estudos de comunidade ou de problemáticas em torno da participação de agricultores em ações de intervenção de desenvolvimento rural, não signifique um campo de pesquisas recentes e escassas no âmbito das ciências sociais, o complexo caminho para análise que envolva a integração entre a ação e a estrutura em uma perspectiva da interdisciplinaridade, visando a superação de visões exclusivamente econômicas, permanece como um campo a ser explorado no contexto da sociologia contemporânea. Pesquisas a partir de novos questionamentos no sentido de comprovar, por exemplo, que os agricultores não são os maiores responsáveis pelos maiores índices de queimas e desmatamento na Amazônia (FEARNSID, 2002), podem contribuir para a implementação de intervenções de

desenvolvimento, como o PROAMBIENTE, no sentido contrário aquelas ações que acabam reforçando as idéias de que o agricultor familiar é aquele que tem o desconhecimento ou a falta de informação, sendo preciso ensiná-los técnicas para agir corretamente. Neste caso, sem reverter o enfoque predominantemente econômico das atividades praticadas por monocultores e pecuaristas, como os do nordeste paraense (COSTA, 2004).

A título de recomendação é importante que se pense, conjuntamente, o nível de ação e o nível de estrutura no âmbito da intervenção do desenvolvimento rural, como nos sugere Giddens (1987 apud CHAZEL, 1985), uma vez que a participação dos agricultores expressa sentidos diferentes, resultante da construção histórica das relações sociais, demarcada pelas estruturas sociais e pelas ações coletivas, que diferem de uma localidade para outra.

Desse modo, mediadores, sejam eles técnicos ou agentes comunitários, podem estar criando impedimentos aos agricultores sobre a motivação subjetiva para continuar em processos coletivos. Sejam estes demarcados por relações de parentesco, como o caso de Candeua ou não, como nas comunidades da região Panela. Os mediadores da participação dos agricultores, em uma intervenção de desenvolvimento, não devem reforçar práticas sociais que não facilitam processos de aprendizagem social, e sim criar mecanismos por meio dos quais possam fortalecer e motivar o segmento dos agricultores familiares na implementação de políticas de intervenção de desenvolvimento local, como o PROAMBIENTE. Por certo haveria outras sugestões a se somarem as que apresentei nesse estudo, mas encerro aqui minhas reflexões, no intuito de poder dividir com os futuros leitores, as novas questões apresentadas para a agricultura familiar no sentido de contribuir na superação dos desafios.

REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. Introdução. Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. Na direção de um território cidadão. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. Número temático: A construção dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental) Partes 2 e 3 – Organizações sociais e saberes e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. V. 1 nº 3, 2002a, p.1-12.

_____. Gestão da fertilidade dos solos de uma localidade na Amazônia Oriental. A formação dos pontos de vista dos agricultores visando um diálogo entre agricultores e agrônômicos. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. Número temático: A construção dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental) Partes 2 e 3 – Organizações sociais e saberes e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. V. 1 nº 3, 2002b, p.109-137.

_____. Introdução: a intervenção local em questão. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. V 1 nº 2, 2000, p. 1-3.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese de Doutorado. UFRJ/MN/PPGAS, 1992).

ARAÚJO, R.; SCHIAVINI G. A Ilusão genealógica. Parentesco e localidade na fronteira agrária da Amazônia. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. Vol.1, nº 3 (2002) - Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002. p. 15-40.

BANDEIRA, P. *Participação, Articulação de Atores e Desenvolvimento Regional*. Textos para Discussão nº 630. IPEA/BNDES/ANPEC. Brasília: Fevereiro, 1999.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais. In: _____. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1994: 118-133.

BERGER, P. L. *O dossel sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, 1985.

BRANDENBURG, A. Ciências Sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. In: *Ambiente & Sociedade* – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a04v08n1.pdf. acesso em: 28/06/2006

BUAINNAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de ; SILVEIRA, J. M. Inovação tecnológica na agricultura e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. de A; WILKINSON, J. (Orgs). *Inovações nas tradições da agricultura familiar*. Brasília, CNPq/ Paralelo 15, 2002. p. 47-81.

BUSTOS CARA. R. Cambios en los sistemas territoriales. Actores y sujetos entre la estructura y la acción. Propuesta teórico-metodológica. *II Jornadas interdisciplinarias Del Sudoeste Bonaerense*. Bahia Blanca, 2002.

CARDOSO, A. et al. Preparo de área sem uso de fogo, em lote de Agricultores Familiares mo nordeste paraense. In: SIMÕES, A. (Org.). *Coleta Amazônica: iniciativa em pesquisa*,

formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves Ed., 2003. p. 291-213.

CARVALHO, C. R. V. Inovação, diversidade cultural e sociabilidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, F. de A. (Org.). et al. Belém: UFPa/ NAEA, 2000. p. 55-93.

CASTELLANET A., HEBETTE J.; HENCHEN M. J. Os níveis pertinentes para a pesquisa sobre gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da Trasmamazônica. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. V 1 n° 2, 2000, p. 57-87

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: *Faces do Trópico Unido: Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs). Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1977, pp.221-241.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais. Referências conceituais e de política. In: *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Vol. 01, n° 01 (jul.-dez.1982) Campina Grande: 1982. p. 248-255.

CHAZEL, F. Poder. In: BOUDON, R. (dir.). *Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.213-245.

COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, território de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2003.

_____. *Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: Um Trem, a Terra e a Mandioca*. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP. Campinas: 1990.

COSTA, C. *Sociologia: Introdução a Ciência da Sociedade*. 2. ed. São Paulo: Moderna. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP. Belém, Pará. 1997

COSTA, L. *Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar, na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*. Tese. Curso de Doutorado em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará. 2004.

D'INCAO, M. A.; JÚNIOR, H. C. Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'Incao, M. A.; ALVARES, M. L. M. A.; A, SANTOS, E. F. dos (Orgs.). *Mulher e Modernidade da Amazônia*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001. p. 429-466.

FEARNSIDE, P. M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Rural. In: CAVALCANTI, C. (Org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p. 314-344.

FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organização e introdução Bela Feldman-Bianco. São Paulo: Globo, 1987.

FORTES, M. O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. In: *Cadernos de Antropologia* 6, Brasília: UNB, 1974.

FROTA, M. G. da C. *A delimitação das unidades de análise em ciência da informação*. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a03.pdf>. Acesso em: 27/01/2006.

GALVÃO, et al . *Introdução de mudanças tecnológicas em sistemas de produção familiares: o caso da associação dos pequenos e micro produtores rurais do Panela. Irituia-Pa*. Embrapa Amazônia orienta, Documento nº 17, novembro de 1999.

GERRTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis- RJ: Vozes, 1997.

GOMES, A. O.; VILELA, G. F. Uma dimensão subjetiva da participação: o aprendizado como motivação nos processos participativos da extensão rural . In: BROSE, M. (Org.) *Participação na Extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004, p. 227-244.

GUERRA, G. A. D. e ACEVEDO MARIN, R. E. Das Associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - O caso do Pará. In: *Cadernos do CEAS*. Nº126, Março/Abril, 1990. p. 38-46.

GUERRA, G.; CASTELLANET, C. As relações entre pesquisadores e sindicalistas nos programas de pesquisa-ação: reflexões sobre as experiências no Pará. In: SIMÕES, A. et al (Org.) *Agricultura Família: Métodos e experiências de pesquisa desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAPUFPA: GRET, 2001, p.121-153.

HURTIENNE. T. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al. (Org.). *Estado e políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: Vieira, I. C. G. et al. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: MPEG, 2001. p. 195-251.

LUZ, M. T. O interacionismo simbólico: breve exposição de uma corrente acionalista em ciência sociais. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, FADESP: Instituto de Estudos Especiais , PUC, 1993.

MANINGUENEAU, D. *Termos-chaves da análise do discurso*. Tradução de Márcio Vinício Barbosa e Maria Emília Torrers Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MANN, P. Pessoas como fonte de dados. In _____. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 89-107.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: Vieira, I. C. G. et al. (Orgs.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 369-384

MATA, P. da. A Igreja Católica na Amazônia da Atualidade. In HOOORNAERT, E. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis, Vozes: 1992. p. 341-365.

MITCHELL, J. C. A questão da quantificação na Antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organização e introdução Bela Feldman-Bianco. São Paulo: Globo, 1987. p. 77-126.

MONTIBELLER-FILHO, G. Economia Ecológica: os fluxos físicos de energia e materiais e o desenvolvimento sustentável. In: _____ *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001. p.111-138.

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para as mulheres de baixa renda. In: PORTELLA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana (Orgs.). *Idéias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo e Cidadania. 1999. p.213-221.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. In: *Boletim Rede Amazônia*, Ano 2 , nº 1, 2003.

_____. A Agricultura Familiar e o claudicante quadro institucional. Trabalho apresentado no *IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, NEAF/Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará. Belém: 19 e 22 de março de 2001, 19 pp.

_____. Agricultura Familiar: questões metodologias. *Revista Reforma agrária* Nº 2 e 3, Vol. 25, Maio-dez, Campinas: ABRA, 1995. p. 21-36

NEDER, R. T. *Crise socioambiental: Estado e Sociedade civil no Brasil*. São Paulo: Annna Blume, FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, C. D. de S. *Percepção de agricultores familiares na adaptação do sistema de cultivo de corte e trituração* – Belém: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. 140 f: il.

PACHECO, M. E. L. Agricultura Familiar um olhar de gênero. In: NOBRE, M. et al. (Orgs.). *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF-Sempre Viva Organização Feminista, 1998. p.45-53.

_____. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GTGênero - Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PRATES, A. P.; PAIXÃO A.L.; FREITAS, R. S. *Temas Contemporâneos da Sociologia Clássica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura y función en la sociedad primitiva*. Tercera edición. Barcelona: Julio de 1996.

RIOS, J. A. Ação Social. In: MIRANDA NETO et al.(Coord. Geral) *Diccionario de Ciencias Sociais*/Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de documentação. 1442 p.

RÖLIG, N. *Extension scienc: information systems in agricultura desenvolvimento*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ROMEIRO, A. R. As motivações para inovar do agricultor brasileiro. In: *Meio ambiente e dinâmica de inovação na agricultura*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 211-226

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: In. SIMÕES, A. et al (Org.) *Agricultura Família: Métodos e experiências de pesquisa desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAPUFPA: GRET, 2001, p. 39-90.

SHALAT, L. & PAREDES, U. *Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento: Uma abordagem básica*. Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas para Promoção da Mulher - INSTRAW/ONU. Tradução de Sylma Carvalho Corrêa. Edição Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal e Fórum Nacional de Dirigentes de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher. Brasília, DF, 1995.

THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, Editora, 1996.

TÖNNIES, F. *Comunidade e Sociedade Como Entidades Típico-Ideais*. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e Sociedade*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

VEIGA, I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. In: SIMÕES, A. (Org.). *Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. Belém: Alves Ed., 2003. p.125-146.

VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de marabá, Amazônia Oriental. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. Vol.1, nº 3 (2002) - Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002. p. 41-77.

VEIGA, J. B da et al. Contextos críticos e produtores críticos. In: *Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2004. p 33-94.

VIEIRA, E. M. M.; LIMA, I. M. M. R. de. *Por que o gênero é um tema de desenvolvimento?* Texto de apoio para a Capacitação em Gênero e Desenvolvimento para técnicos/as do PRORENDA RURAL - PRORURAL/PE - GTZ. Pernambuco: Jul. 1998.(mimeo)

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991) da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. *Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro, 1992.

WAGLEY, C. *Uma comunidade Amazônica. estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. Companhia Editora nacional. São Paulo: 1957.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro de Pesquisa sobre a questão agrária nos tabuleiros costeiros de Sergipe: Agricultura Familiar Em Debate, 2., 1997. Anais... Aracaju: EMBRAPA, 1997, p. 9-57.

WOLF, E. O dilema camponês. In: *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 27-34.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANM, K. *O trabalho da terra*. Brasília: UnB, 1997, 192p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso demográfico de 2002. disponível em <<http://.ibge.org.br>> . Acesso em: 11 jan. 2005

Documentos utilizados:

DIAGNÓSTICO INDIVIDUAL UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO PÓLO RIO CAPIM, Visando a Construção Participativa do Plano de Utilização da Propriedade. FANEP/PROAMBIENTE/Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2004(não publicado).

DIAGNÓSTICO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DO PÓLO RIO CAPIM. Novembro/2002 a janeiro/2003. Capanema/Pará: FANEP-Fundação Sócio Ambiental do Nordeste paraense, 2003, 79 p.

EMATER-Pará. *Nova sistemática de Planejamento*, Belém, 1990.

PERSPECTIVAS TRIENAL 90-92-FASE/Capanema, Agosto, 1988 (não publicado).

PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Proposta Definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal da sociedade. [s/l]: 2003. 32 p.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO. *Agricultura Familiar em Áreas de Reforma Agrária*: Estudo de Sistemas Agrários na Microregião de São Miguel do Guamá, PA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Ministério Extraordinário de Política Fundiária. [s/l] [s/d]. 37p.

APÊNDICE A

Roteiro para visita de campo nas regiões da Zona Panela do PROAMBIENTE

Aspectos da estrutura espacial e social das regiões:

Aspectos gerais do Município:

1. Como esta organizado/dividido o município (Quais, por quem? Limites entre elas)
2. Primeiras regiões ocupadas (Quando? Como?)
3. Aspectos ambientais (Mata, rios ...)

Quanto as comunidades das regiões do PROAMBIENTE:

1. Quando e como foi ocupada?
2. Quais as comunidades que fazem parte da região?
3. Número de famílias pó comunidade?
4. Quanto aos recursos naturais, no início da ocupação e hoje?
5. Tem escolas, até que série e onde fica e o acesso a elas ?
6. Tem igrejas? Quais?
7. Áreas de Lazer?
8. Tem associações? Quais?
9. Tem agente de saúde, quantos e em quais comunidades?
10. Serviço de energia elétrica?
11. Tem estabelecimentos comerciais?
12. Tamanho médio das propriedades?
13. Situação legal das propriedades?
14. Atividades dos moradores?
15. Tipo de construção das moradias?

Região: _____

Data : _____

Informante: _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A HISTÓRIA DA COMUNIDADE

1. Queria que começasse contando um pouquinho da história desse lugar, como é que vocês chamavam nessa localidade, as primeiras famílias que moraram aqui, como é que se chamava esse lugar.
2. As famílias que viviam aqui? Viviam de que como trabalhavam ?
3. Como foram se formando as famílias?
4. Os casamentos eram entre família daqui ou tinha casamento com famílias de fora da localidade?
5. Como é que as pessoas faziam pra chegar aqui nessa localidade? Elas vinham por onde como é que faziam?
6. Nessa época tinha a comercialização de algum produto da roça?
7. Como se deu a construção da primeira estrada?
8. Quando foi fundada a primeira escola?
9. Teve alguma época que vieram muitas famílias pra cá ou que teve muita saída das famílias? Isso foi quando?
10. A primeira religião aqui foi qual?
11. E o comércio, nunca teve um grande comércio?
12. no início da ocupação como era a vegetação? Os tipos de árvores, caça e pesca? Como era e como esta hoje? (mudanças)
13. Teve venda de madeira, quais eram as espécies?
14. As culturas que tinham logo no início da ocupação quais eram ? e hoje o que mais tem na comunidade ?
15. Em alguma época teve algum tipo de doença nas culturas ?
16. Sobre as formas de organização, as formas de trabalho.
17. A comunidade já participou de projetos, programas de apoio agricultura, quais, como ocorreu?

APÊNDICE C

Entrevista com Coordenadores das organizações sociais locais (associações, Clubes, etc.)

01) Origem, objetivos, público e atividades desenvolvidas pela organização e número inicial de associados/as

02) Envolvimento da comunidade (forma de participação) com a organização

03) Relação com outras organizações locais

04) Relação da organização com o PROAMBIENTE (desde quanto e como)

05) Situação atual da organização (Composição da direção, associados e atividades desenvolvidas)

APÊNDICE D**ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM O AGENTE COMUNITÁRIO DO PROAMBIENTE (envolvimento com o programa e estratégia de escolhas)**

- 01) Tem mutirão na comunidade? Para quais atividades? Desde quando e como é organizado?
- 02) Como você ficou sabendo do PROAMBIENTE e quando foi ?
- 03) Você participou de cursos ligados a questão do meio ambiente antes de fazer parte do PROAMBIENTE? Qual(is) e quem organizou?
- 04) Me fale um pouco de sua entrada no programa.
- 05) Porque você resolveu participar do programa?
- 06) O que o motivou a participar do programa? Porque?
- 07) O que você acha da proposta de pagamento dos serviços ambientais?
- 08) Como vem se dando o processo de acompanhamento das famílias inseridas no programa?
- 09) Fale um pouco como foi organizado a divulgação do Programa ?
- 10) Houve articulação com as organizações políticas locais (associações, grupos de mulheres, etc.) e como estão as discussões hoje as discussões com estas organizações:
- 11) Você participou da seleção das famílias? Como foi ?
- 12) Na época você conhecia os critérios para selecionar as famílias?
- 13) Na sua opinião tem alguma família e/ou comunidade que deveria estar no programa e não foi inserida? Quais (is)? Porque?
- 14) Tem famílias que não foram inseridas no PROAMBIENTE e procuram para participar no programa? O que você faz?
- 15) O poder público local (legislativo, prefeitura e secretarias) tem acompanhado/apoiado na implementação do programa (na elaboração do PDLs do Pólo, reuniões e outras atividades relacionadas ao programa)? Quem? Como?
- 16) Quanto a forma de organizar o trabalho você acha que o programa pode trazer alguma mudança/ benefício?
- 17) Você conhece a composição do Conselho Gestor do Pólo PROAMBIENTE?
- 18) O que você espera do programa?

APÊNDICE E**Formulário de caracterização das relações sociais das famílias inseridas no PROAMBIENTE**

Formulário nº : _____

Informante: _____

Data: ____/____/2005

I – IDENTIFICAÇÃO:

01) Nome do proprietário/a: _____

02) Origem: _____

03) Situação ocupacional (atividade principal anterior e atual) _____

II – SOBRE A PROPRIEDADE:

04) Localização da propriedade: _____

05) Tamanho e condição da propriedade: _____

06) Tempo de residência e como adquiriu a propriedade? _____

07) Quem reside na propriedade e qual é a relação de parentesco? _____

III – TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA:

08) Quando chegou na propriedade, de onde veio e porque veio: _____

09) Locais por onde passou e atividades desenvolvidas (produção e políticas): _____

IV – RELAÇÕES SOCIAIS LOCAIS:

10) Você tem parentes na comunidade? () Não () Sim, quem é ? porque? e como é sua relação com ele? _____

11) Existiam grupos de trabalho na comunidade: () Não () Sim, como era e quem participava (parentes) _____

12) Existe associações na comunidade: () Não () Sim, quais ?

13) Quanto a sua participação nas associações

Quais	A quanto tempo participa	Como começou a participa (através de alguém? Quem?	Porque Participa?	Com que frequência			Em que condição?
				Às vezes	Sempre	Nunca	

14) De quais você não participa, porque não ?

15) Alguém mais da família participa de alguma organização (associação, clube esportivo, cooperativa, igreja, etc.)? Caso sim:

Quem	Qual	A quanto tempo	Com que frequência			Em que condição?
			Às vezes	Sempre	Nunca	

16) Nas atividades em sua propriedade trabalha com outras pessoas que não sejam de sua própria família? () Não () Sim, neste caso:

Com quem? _____

Porque? _____

Para quais atividades? _____

Como é organizada?(do convite a execução) _____

Desde quando? _____

17) Quais as formas de trabalho existentes na comunidade (troca de dia, mutirão..)? como, quando desde quando ocorre e quem participa?

18) Você participa : () Não () Sim, quais e como você participa:

APÊNDICE F

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS INSERIDAS NO PROAMBIENTE

I – SOBRE O PROAMBIENTE:

Envolvimento com o PROAMBIENTE

- 01) Você conhece algum programa de atendimento a agricultura familiar? qual?
- 02) Você participou de eventos (cursos/oficina, etc.) sobre a questão ambiental? quem proporcionou e quando
- 03) Você já recebeu algum tipo de assistência técnica em sua propriedade ?Quais? Quando e como foi?
- 04) Desde quando você participa do PROAMBIENTE?
- 05) O que o levou a participar do programa ?
- 06) Qual a sua opinião sobre o pagamento dos serviços ambientais?
- 07) Que benefícios e/ou avanços você acredita que o programa pode trazer para sua família e a comunidade?

Divulgação

- 08) Como ficou sabendo do PROAMBIENTE?
- 09) Você sabe como foi organizada a divulgação do programa na localidade? Como foi?
- 10) Você conhecia as pessoas que divulgaram o programa na localidade? Quem?

Seleção

- 11) Você conhecia todos os critérios de seleção das famílias? Como?
- 12) Você sabe como aconteceu a seleção das famílias inseridas no programa? Como foi?
- 13) Qual a sua opinião sobre a seleção das famílias inseridas?

II-RELAÇÃO COMO OS RECURSOS NATURAIS:

14) Como era a sua propriedade quando você chegou aqui ?

- 15) Quais as atividades que você desenvolve hoje na sua propriedade, e porque, como faz e o que pretende?
- 16) Você plantou/planta árvores ?quais e desde quando começou?
- 17) O que pretende fazer com esse plantio?
- 18) Você pretende ampliar o plantio dessas árvores? Porquê?
- 19) Da época que chegou até hoje você observa alterações no rio/igarapé principal? que tipo de alterações?
- 20) Você faz algum tipo de recuperação do rio/igarapé principal ? como?

APÊNDICE G

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS NÃO INSERIDAS NO PROAMBIENTE

I. Relação social:

1. Quando e como adquiriu a propriedade ?
2. Você conhece algum programa para a Agricultura Familiar? E participou ?
3. Você faz parte de alguma associação, do sindicato ou grupo de trabalho?
4. Você já recebeu algum tipo de financiamento e assistência técnica na sua propriedade? Quando e de quem ?

II. SOBRE O PROAMBIENTE: Divulgação e Seleção

05. Você ficou sabendo do PROAMBIENTE, quando? Onde ? como? E teve interesse, se sim ou não porquê?
06. Você sabe como foi organizada a divulgação do programa na localidade? Como foi?
07. Você conhecia as pessoas que divulgaram o programa na localidade? Quem?
08. Na época que comeram a falar do PROAMBIENTE Você ficou sabendo ? Como ? E você teve interesse ? Porquê?
09. Você sabia que havia critérios de seleção das famílias? Como?
10. Você sabe falar como se deu a divulgação do PROAMBIENTE na localidade? conhecia as pessoas que divulgaram o programa na localidade? Quem?
11. Você sabe como aconteceu a seleção das famílias inseridas no programa? Como foi?
12. Você conhece as famílias que estão hoje no programa e qual sua opinião sobre a seleção dessas famílias?
13. Você sabe da proposta de pagamento no PROAMBIENTE? O que você acha da proposta?
14. Se o programa abrisse para novas seleções você teria interesse? Porquê?

III. RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS:

15. Você já participou de algum curso sobre a meio ambiente?
16. Quais as atividades que você desenvolve hoje na sua propriedade, e porque, como faz (Relações de trabalho) e o que pretende?
17. Você plantou/planta árvores ? quais e desde quando começou?
18. O que pretende fazer com esse plantio?
19. Você pretende ampliar o plantio dessas árvores? Porquê?
20. Da época que chegou até hoje você observa alterações no rio/igarapé principal? que tipo de alterações?
21. Você faz algum tipo de recuperação do rio/igarapé principal ? como?

APÊNDICE H

Lista de Siglas

ACs – Agentes Comunitários
 ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural
 BASA – Banco da Amazônia
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
 COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
 CONGEN – Conselho Gestor Nacional
 CONGEP – Conselho Gestor do Pólo
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 EMATER-PARÁ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FANEP – Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense
 FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
 FETAGRI/AP – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amapá
 FETAGRI/PA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará
 FETAGRO – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Rondônia
 FETAGs da Amazônia – Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura da Amazônia Legal
 FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente / MMA
 FNO – Especial – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte Especial
 GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
 MAFDS – Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
 MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
 MEB – Movimento de Educação de Base
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MIN – Ministério da Integração Nacional
 MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
 PPA – Plano Plurianual
 PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
 PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
 TNMs – Técnicos de Nível Médio
 TNS – Técnico de Nível Superior
 ULTAP – União dos Lavradores e Trabalhadores Livres do Pará